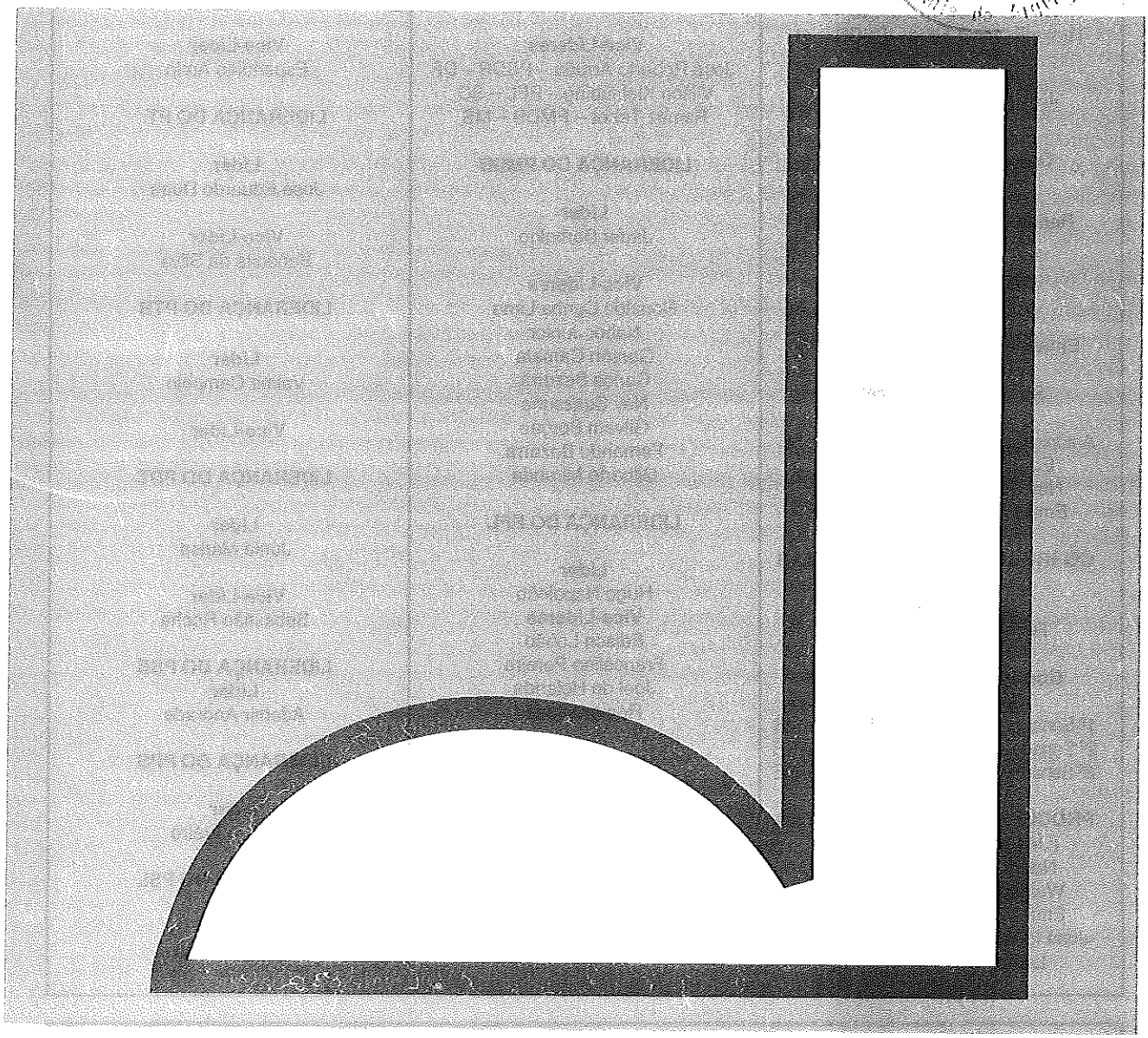
SENADO FEDERAL
Secretaria de Arquivo

República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LI - Nº 137 SÁBADO, 27 DE JULHO DE 1996 BRASÍLIA - DF

MESA
Presidente
José Samey – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Emandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
Eduardo Suplicy – PT – SP
Ney Suassuna – PMDB – PB
Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líder
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB
Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, nº 31 RISF).

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 25ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 26 DE JULHO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 169, de 1996, de autoria do Senador Pedro Simon, que regulamenta o inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a identificação criminal. 13279

1.2.2 – Discursos do Expediente

SENADOR *JONAS PINHEIRO* – Esgotamento do modelo de desenvolvimento adotado a partir da década de setenta para a produção agrícola nacional. Regozijo pela ampliação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, anunciada pelo Governo Federal, e pela iniciativa da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA e da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG de criação do Banco Nacional da Agricultura Familiar – BNAF. 13280

SENADOR *JEFFERSON PÉRES* – Congratulando-se com o Presidente da República pela adoção de medidas importantes para a Amazônia: a proibição por decreto de exploração de mogno e virola por dois anos e redução de 50 para 20% da área legal de desmatamento, através de medida provisória alterando o Código Florestal. 13281

SENADOR *BERNARDO CABRAL* – Necessidade de fortalecimento do Poder Legislativo. 13282

SENADORA *REGINA ASSUMPÇÃO* – Alertando as autoridades sobre a situação de abandono e descaso em que se encontra a população de idosos no País. 13287

SENADOR *ADEMIR ANDRADE* – Encaminhando à Mesa projeto de lei que estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos recursos federais destinados aos estados e municípios..... 13290

1.2.3 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 1996, de autoria do Senador Ademir Andrade, que estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos recursos federais destinados aos estados e municípios. 13291

1.2.4 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *OSMAR DIAS* – Defesa de incentivos para a cultura do café no Brasil. 13293

SENADOR *TOTÓ CAVALCANTE* – Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-vereador Izac Cavalcante, na cidade de Paraíso do Tocantins – TO. 13295

SENADOR *ROMERO JUCÁ*, como Líder – Posse do Deputado José Jorge na presidência do PFL, em virtude do Sr. Jorge Bornhausen ter sido indicado Embaixador em Portugal..... 13296

SENADOR *EDISON LOBÃO* – Escassez conjuntural de alimentos no mundo. Vinculação do risco de escassez de alimentos, no Brasil, e a queda no preço das terras agricultáveis. 13296

SENADORA *BENEDITA DA SILVA* – Destacando a atuação dos atletas brasileiros nas

Olimpíadas. Candidatura da cidade do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2004. 13297

SENADOR *JOSÉ ROBERTO ARRUDA*, como Líder – Satisfação dos Líderes dos Partidos que dão sustentação ao Governo pelos resultados da convocação extraordinária do Congresso Nacional, neste mês de julho. 13303

SENADOR *JOEL DE HOLLANDA* – Prestando homenagem ao Hospital Universitário Oswaldo Cruz, por ocasião do transcurso de seus 112 anos de existência, em Recife – PE. 13305

SENADOR *ROMERO JUCÁ* – Descumprimento do art. 37 da Constituição Federal pelo Governador Neudo Campos, de Roraima, por uso de verbas públicas para propaganda pessoal. 13306

1.2.5 – Ofício

Nº 635/96, de 17 de julho do corrente, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 506, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, mediante o qual encaminha resposta aos itens 1 a 5 e esclarece que deixa de responder o item 6 por considerar que a avaliação solicitada pressupõe uma opinião pessoal do Ministro, não se enquadrando, portanto, no conceito de informação, tal como previsto no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal. 13308

1.2.6 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR *CASILDO MALDANER* – Sugerindo a classificação dos programas de televisão, com o objetivo de oferecer à criança e ao adolescente brasileiro uma perspectiva de formação mais saudável. 13308

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – DISCURSOS PRONUNCIADOS EM SESSÕES ANTERIORES

Do Senador Josaphat Marinho, proferido na sessão de 25-7-96. 13310

Do Senador Humberto Lucena, proferido na sessão de 23-7-96. 13313

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nºs 917 a 922, de 1996 13318

4 – MESA DIRETORA

5 – COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

6 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

7 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

8 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

9 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

10 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

11 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

Ata da 25ª Sessão Não Deliberativa em 26 de julho de 1996

2ª Sessão Legislativa Extraordinária, da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Jefferson Péres e João França.

(Inicia-se a sessão às 9 horas)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 169, DE 1996

Regulamenta o inciso LVIII do art. 5º da Constituição Federal, dispondo sobre a identificação criminal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A pessoa civilmente identificada não será submetida a identificação criminal, salvo nas hipóteses em que:

I – não for apresentado documento de identidade ou, se apresentado, contiver rasuras ou mostrar-se visivelmente falsificado;

II – os dados fisionômicos relativos à cor da pele, tipo de nariz, forma dos olhos e outros sinais fenotípicos descritos no documento não corresponderem aos do portador;

III – a fotografia do portador não contiver o carimbo, à tinta ou pressão, ou outra forma de chancela lançada pelo órgão responsável pela expedição;

IV – for encontrado, com o portador, documento de identidade de outra pessoa, ou evidência de que o portador utiliza-se de documento de terceiro;

V – o órgão expedidor do documento, se consultado pela autoridade policial, não confirmar a identidade ou atribuí-la a outrem.

Art. 2º Os Estados da Federação, o Distrito Federal e os Territórios, observado o disposto na Lei nº 7.116, de 29 de agosto de 1983, centralizarão, em suas capitais, sistemas de controle dos documentos expedidos, por números seqüenciais, e do lote ou série, objetivando o intercâmbio interestadual de informações relativas a furto, falsidade ideológica, extravio, cancelamento, óbito do portador ou falsificação de documentos.

§ 1º Para efetuar o controle de documentos de identidade, as autoridades responsáveis por sua emissão poderão convencionar códigos, com a utilização de letras e números, atribuíveis aos portadores em razão da idade, do sexo, do ano de expedição e de outros dados que permitam a imediata verificação da legitimidade do documento, quando exibido pelo portador.

§ 2º Os códigos adotados na forma do parágrafo anterior serão comunicados ao órgão competente do Ministério da Justiça.

§ 3º Os cartórios responsáveis pelo registro de óbitos remeterão, mensalmente, às autoridades policiais do município, as relações dos óbitos assentados no período, objetivando o arquivamento dos respectivos prontuários e o cancelamento dos documentos de identidade.

§ 4º Juntamente com os nomes constantes das relações de óbitos serão indicados a filiação e os números de documentos de identidade.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A identificação criminal no País tem duas fases: a primeira, antes da promulgação da Constituição Federal de 1988, quando vigia, incontroverso, o inciso VIII do art. 6º do Código de Processo Penal, com a determinação de que as pessoas indiciadas fossem identificadas pelo processo datiloscópico, juntando-se, se possível, a folha de antecedentes criminais.

O tema iniciou sua segunda fase a partir de 5 de outubro daquele ano, quando passou a viger, entre outros, o dispositivo constitucional do art. 5º, inciso LVIII. Associado a este, o inciso LVII eliminou do ordenamento jurídico a presunção antecipada de culpa. Diz o inciso: "ninguém será considerado cul-

pado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória".

Com isso, modifica-se também a filosofia, até então predominante, com alicerce na necessidade de se identificarem quaisquer pessoa sob suspeita, ainda que já identificadas civilmente.

O entendimento então vigorante tinha como uma de suas expressões na Súmula nº 568, do Supremo Tribunal Federal: "a identificação criminal do indiciado pelo processo datiloscópico não constitui constrangimento ilegal, ainda que já identificado civilmente".

Sobrevindo a nova norma constitucional, não houve, porém a pacificação do tema, porquanto o inciso LVIII do art. 5º, atinente às identificações criminais, ainda pende de delineamento jurídico definitivo, à vista de estabelecer que a matéria terá sua definição e norma legal, a qual regulará as hipóteses em que se procederá à identificação criminal da pessoa que já o seja civilmente.

A expectativa dessa norma acabou por alentar interpretações antagônicas, em que alguns pretórios consideram a ausência de norma específica como condição à remissão automática do tema ao art. 6º do Código de Processo Penal, reforçado pela Súmula nº 568 do Supremo Tribunal Federal mencionada antes, e ora entendem outros tribunais que o preceito constitucional tem eficácia plena e imediata, a despeito de ainda não ter sido editada a norma ali preconizada pelo constituinte de 1988.

Assim, para evitar-se a interpretação restritiva do preceito constitucional contido no inciso LVIII do art. 5º, impende seja editada norma estabelecedora das hipóteses e condições em que a identificação criminal se realizará. Estas são as razões da presente proposição.

Sala das Sessões, 26 de julho de 1996. – Senador **Pedro Simon.**

LEGISLAÇÃO CITADA

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

.....

TÍTULO II

Dos Direitos e Garantias Fundamentais

CAPÍTULO I

Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

LVII – ninguém será considerado culpado até o trânsito em julgado de sentença penal condenatória;

LVIII – o civilmente identificado não será submetido a identificação criminal, salvo nas hipóteses previstas em lei;

.....

LEI Nº 7.116, DE 29 DE AGOSTO DE 1983

Assegura validade nacional às Carteiras de Identidade, regula sua expedição, e dá outras providências.

.....

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania – Decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O projeto lido vai à publicação e à comissão competente. O início de sua tramitação será no dia 1º de agosto.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Jonas Pinheiro

O SR. JONAS PINHEIRO (PFL – MT. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o modelo de desenvolvimento agropecuário adotado a partir da década de 70 proporcionou ao Brasil um crescimento significativo da oferta de produtos agrícolas, com importantes excedentes para exportação.

Esse modelo privilegiou um padrão tecnológico com elevado requerimento de capital e de escala de produção, em realidade, elitista e que provocou um processo de concentração da renda e da propriedade da terra, sem paralelo em outros países.

Como conseqüência, acelerou-se o êxodo rural em direção aos grandes centros urbanos e às regiões de fronteira agrícola, ampliando a marginalidade social nas metrópoles de destino e a miséria no campo.

Por outro lado, a expansão rápida, e muitas vezes desordenada da fronteira agrícola, vem provocando a contaminação de vertentes, cursos d'água e dos solos pelo uso intensivo de fertilizantes e defensivos químicos, associados a um manejo inadequado da terra e outros recursos nos diferentes ecossistemas naturais.

Ao lado desses sinais evidentes de esgotamento do modelo de desenvolvimento que se instalou em nosso País, amplia-se a perspectiva de conferir à agricultura de base familiar um papel protagônico no processo de desenvolvimento rural.

Apesar da discriminação sofrida na formulação das políticas públicas, a agricultura familiar mantém a sua importância na economia nacional como geradora de produtos agropecuários para o mercado interno e externo, como fonte de emprego a baixo custo e como fator de equilíbrio da dinâmica populacional.

Assim, Sr. Presidente, os estabelecimentos agropecuários com menos de cem hectares, cujas áreas somadas correspondem a 21% da área total dos estabelecimentos existentes, respondem por expressiva participação na produção agrícola do País: 87% da produção de mandioca; 79% de feijão; 69% do milho; 66% do algodão; 46% da soja; 37% do arroz; e 26% do rebanho bovino.

No que se refere à geração de empregos, dados do IBGE revelam que esta faixa de estabelecimento com até 100 hectares emprega 84% do pessoal ocupado na agricultura, enquanto os estabelecimentos com mais de 1.000 hectares empregam apenas 2,5% no País.

Esse panorama vem exigindo a urgente adoção de uma política diferenciada, dirigida ao fortalecimento e expansão do setor familiar de produção na agricultura brasileira. Uma política que privilegie a tecnificação das atividades agropecuárias, de modo a tornar mais eficiente a gestão das unidades de produção, aumentar a produção e a produtividade física e do trabalho e diminuir os custos de produção e os danos ao meio ambiente.

Uma política que viabilize a produção agrícola a custos mais baixos, como forma, inclusive, de enfrentar os mercados internacionais, cada vez mais abertos e competitivos.

Em boa hora, o Governo Federal anuncia a ampliação do Plano Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Inserido no recente pacote de medidas do Plano de Safra 96/97, esse programa conta com recursos da ordem de R$1 bilhão a serem aplicados em financiamentos aos produtores em agricultura familiar, em condições favorecidas.

Paralelamente a essas medidas, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag acabam de criar o Banco Nacional da Agricultura Familiar - BNAF.

Essa iniciativa constitui um sistema inédito de parceria, com o objetivo de assegurar a transferência das tecnologias, serviços e produtos gerados pelo Sistema Embrapa e prestar assistência técnica diretamente aos produtores rurais dedicados à agricultura familiar, também em parceria com os órgãos responsáveis pela extensão rural nos Municípios.

Sem dúvida, a criação do BNAF vem ao encontro de uma necessidade nacional e do esforço do Governo Federal de fortalecer a agricultura familiar, além de promover uma desejável aproximação entre as instituições de pesquisa agropecuária e extensão rural.

O BNAF não envolverá operações monetárias junto aos seus usuários, já que as suas "moedas" serão produtos e informações, como sementes e mudas; animais e semens; tecnologias de produto: como máquinas, implementos, adubos, etc; e tecnologias de processo: como informações, **know-how**, etc.

Inicialmente, serão implantadas 11 agências-piloto do BNAF em igual número de Municípios, distribuídos em 8 Estados do Nordeste, do Centro-Oeste e da Região Sul.

Assim, como parlamentar comprometido com a agricultura brasileira, gostaria de registrar nessa tribuna a criação do Banco Nacional da Agricultura familiar - BNAF e o meu entusiasmo com essa iniciativa. Estou seguro de que o BNAF trará retornos significativos para os grupos de pequenos produtores usuários do Banco, como também beneficiará os órgãos governamentais em seus processos de planejamento agropecuário.

Gostaria também de parabenizar a Embrapa e a Contag pela criação do BNAF, que, sem dúvida, representa uma oportuna, criativa e inovadora iniciativa em favor desse importante segmento dos produtores da agricultura familiar e que merece de todos os Parlamentares desta Casa o reconhecimento e, sobretudo, o integral apoio.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.*

Durante o discurso do Sr. Jonas Pinheiro, o Sr. Jefferson Péres deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João França.

O SR. PRESIDENTE (João França) – Concedo a palavra ao Senador Romeu Tuma. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Romero Jucá. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Francelino Pereira. (Pausa)

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (PSDB – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, embora

com atraso, o Presidente da República adotou ontem duas medidas de grande importância para a Amazônia. Refiro-me ao decreto que proibiu a exploração de mogno e virola por dois anos e à medida provisória que alterou o Código Florestal, reduzindo de 50 para 20% as áreas que podem ser desmatadas em cada propriedade rural, para fins de exploração agrícola.

São medidas que vinham sendo reclamadas com muita insistência pelas entidades ambientalistas no Brasil e no exterior e que o Governo relutava em adotar.

As exportações de mogno, uma das madeiras mais nobres da região, vinham sofrendo boicote no exterior e protestos veementes por parte das ONGs, como o **Greenpeace** e o **World Wildlife Fund**, preocupadas com a possibilidade de extinção dessa espécie de madeira muito abundante, até há pouco tempo, na Amazônia, e que hoje vai escasseando.

A redução da área desmatável em cada propriedade é uma medida recomendada até pelo bom-senso, Sr. Presidente.

O Estado do Pará, até há poucos anos, sofreu um processo violento de desmatamento para a implantação de projetos pecuários que muito afetaram o revestimento florístico daquele Estado até os anos 80.

O Estado do Amazonas, felizmente, é dos mais preservados da região. Sendo o de maior extensão territorial da Amazônia e do País com hum milhão e quinhentos mil quilômetros quadrados, o meu Estado, segundo dados transcritos, hoje, pelo **Correio Braziliense**, vem sofrendo desflorestamentos em índices anuais muito inferiores aos dos Estados vizinhos. Os dados referentes ao período 1992/94, por exemplo, revelam que, enquanto Mato Grosso teve seis mil e duzentos e vinte quilômetros quadrados desflorestados e o Pará com quatro mil e duzentos e oitenta e quatro quilômetros quadrados, o Amazonas perdeu apenas trezentos e setenta quilômetros quadrados, ou seja, quase vinte vezes menos do que o Mato Grosso e cerca de quinze vezes menos do que o Estado do Pará.

A área desmatada no Estado do Amazonas representa hoje, Sr. Presidente, apenas 3% do seu território, o que nos deixa em posição invejável no País. Nem, por isso, podemos nos descuidar. Já começam a chegar ao Amazonas grandes empresas madeireiras da Malásia, como é do conhecimento público. Trata-se de empresas que produziram estrago monumental naquele país do sudeste asiático e que adquiriram, recentemente, grandes extensões de terras do Amazonas, anunciando que produziriam madeira mediante projetos de manejo florestal. Tais projetos ainda não foram testados na Amazônia; mesmo aprovados, dificilmente serão cumpridos, devido à ineficácia das entidades do Governo brasileiro, como o Ibama, encarregadas de fiscalizar.

E por falar em fiscalização, Sr. Presidente, Srs. Senadores, esse é o grande problema. Receio muito que o decreto presidencial, em boa hora assinado, proibindo ou suspendendo por dois anos o corte de virola e mogno, fique no papel, como letra morta, pelo total desaparelhamento do Ibama na região para proceder à necessária fiscalização. E receio também pelos violentos **lobbies** de políticos empresários que, certamente, se levantarão no sentido do descumprimento do decreto.

O contrabando de madeira para os países vizinhos é muito grande, e temo que vá continuar em que pese ao decreto presidencial. De qualquer maneira, a simples existência da proibição, em se tornando ilegal a exploração, dará margem a que as entidades ambientalistas mobilizem-se no sentido de exigirem das autoridades o seu cumprimento.

De forma que, as duas medidas, ontem, adotadas pelo Presidente da República, propostas pelo Ministério da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente, só podem merecer aplausos daqueles que desejam o desenvolvimento sustentável da Amazônia e não um falso desenvolvimento à custa da devastação ecológica da região.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João França) – Concedo a palavra ao nobre Senador José Ignácio Ferreira.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Josaphat Marinho.(Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente e Srs. Deputados - perdão - primeiro Srªs. Senadoras - farei a justificativa.

Quando Deputado Federal, Sr. Presidente - cheguei, aqui, no Congresso Nacional, muito moço, mal entrava na casa dos 30 - fiz um discurso sobre o fortalecimento do Poder Legislativo.

Depois voltei, em 1986, para a Câmara dos Deputados e aquele discurso que tinha ficado adormecido, reclamando providências – nós estávamos em pleno regime autoritário que fazia com que o Judiciário se enfraquecesse e o Legislativo se desmo-

ralizasse – eu concluía o discurso, conclamando os meus colegas Deputados - vêem V. Exªs o por que da falha inicial -, dizendo que àquela altura se poderia deitar como Deputado e acordar no dia seguinte cassado. Os atos institucionais estavam aí à espreita de todos nós. E, como quem faz uma previsão, acabei tendo o meu mandato parlamentar cassado - eu era Vice-Líder da Oposição - e dez anos de meus direitos políticos suspensos.

Mas nunca me saiu da mente o fortalecimento do Poder Legislativo.

Quando voltei, em 1986, uma das minhas alegrias foi poder ter convívio com vários colegas que tinham sido cassados e com outros que emergiam na vida pública e que hoje são líderes nacionais - refiro-me, com muita alegria, à Senadora Benedita da Silva. E ali fizemos o desenrolar da nossa constituinte que desaguou na Constituição de 1988, imprimindo ao Poder Legislativo aquele fortalecimento com que eu sonhava em 1967/68.

Sempre que alguém quer atirar pedras, é esta Casa, no cenário político da Nação, que recebe sempre as manifestações desairosas.

Pouco se fala do Executivo e, às vezes, se poupa o Judiciário, mas ao Congresso Nacional há sempre uma má vontade; uns dizendo que os Deputados lá na Câmara não comparecem e que aqui os Senadores estão ausentes.

Sr. Presidente, tenho uma estatística em mãos que coloca por terra todos os qualificativos que são pejorativos ao Congresso Nacional. A estatística refere-se apenas ao Senado. Vejam, eminentes Senadoras, que, na convocação extraordinária do Congresso Nacional, o Senado, apenas o Senado tem o seguinte quadro: matérias aprovadas em projetos enviados à Nação, 3; projetos aprovados e enviados à promulgação, 14; acordos internacionais, 7; operações de crédito, 7; projeto aprovado e enviado à Câmara dos Deputados, 1; mensagens relativas a escolha de autoridades, 3; mensagens relativas a escolha de chefes de missões diplomáticas, 2; total de matérias aprovadas, 23.

Ora, Sr. Presidente, se considerarmos os sábados e os domingos, a cada dia, de segunda a sexta, tivemos mais de uma matéria aprovada. Apenas uma, porém, daria à Nação a resposta do Senado Federal do que é um trabalho sério, consistente e que dignifica uma casa legislativa. É o Projeto de Lei nº 63/94, que institui o Código Nacional de Trânsito. Aprovado em primeiro turno, retornou à Ordem do Dia ontem, quando - e V. Exª deve estar lembrado - teve a sua discussão encerrada em turno suplementar e a apresentação de 209 emendas no espaço de cinco dias.

Ora, isso dá bem a idéia de que não é possível se atirar indiscriminadamente pedras àqueles Parlamentares que contribuem para com a Nação. E seria injusto, para não dizer reprovável, que não disséssemos e trouxéssemos para cá o trabalho que a assessoria faz, o que as taquígrafas realizam e o que os contínuos desempenham. Sintetizo tudo em dois companheiros de trabalho aqui, que são o Dr. Raimundo Carreiro Silva e a Drª Claudia Lyra Nascimento. Citando o nome de ambos, estou fazendo a abrangência de todos os que vêm e que trabalham, às vezes com dificuldades - e agora refiro-me às taquígrafas. Tantas vezes a Casa está em uma conversa - quem senta aqui na primeira fila consegue descobrir a todo instante - em que não se percebe o que é dito. Enquanto uma colhe, a outra revisa. Esse trabalho dignifica o Parlamento.

Ora, quando se pega um noticiário, seja de jornal ou de televisão, o que se ouve, o que se lê é simplesmente o bater na tecla de que o Poder Legislativo não trabalha.

Ainda hoje quando vinha para cá, ouvia o rádio e a notícia que se registrava era a de que os Parlamentares tinham saído em revoada e só voltariam no dia 6, o que é absolutamente inverídico. Quando nada, a maioria expressiva das Srªs Senadoras, 40% delas, estão aqui numa manhã de sexta-feira. Só por isso já daríamos a resposta àqueles jornalistas que, em não freqüentando - e aqui faço justiça aos repórteres que colhem aqui e sabem quem trabalha -, apenas buscam matéria para desmoralizar o Legislativo.

E eu digo sempre: infeliz daquele que, em não valorizando o Legislativo, não sabe o que é uma fonte da democracia.

Nunca me pergunto qual é o custo para os cofres da Nação de um Legislativo aberto, mas sei o quanto custa a liberdade de um povo quando este Congresso está fechado, quando aqui não ecoam os seus clamores, quando para cá não vêm os reclamos populares. E quando sinto que alguém diz que um Deputado ou que um Senador está ganhando pouco, eu gostaria que dissesse que os que ganham pouco são aqueles que não estão ganhando à altura do que merecem, porque Lincoln já dizia que "aquele que não produz mais trabalho do que para o qual é pago não merece o que ganha". E eu acrescento: os que ganham trabalhando além daquilo que deveriam fazer, por certo, mereceriam ganhar um pouco mais.

A Srª Benedita da Silva – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço, com muita honra, V. Exª, nobre Senadora Benedita da Silva.

A Srª Benedita da Silva – Senador Bernardo Cabral, estou atenta ao pronunciamento de V. Exª e não poderia deixar de manifestar-me. V. Exª fez alusão a meu nome.

O SR. BERNARDO CABRAL – E com muito prazer.

A Srª Benedita da Silva – Pude desfrutar da companhia de V. Exª na Câmara dos Deputados. Sempre tivemos uma relação muito cordial, independentemente das nossas siglas partidárias. E V. Exª, não posso negar, acompanhou toda a minha trajetória desde quando eu era praticamente uma caloura na Câmara dos Deputados. Lá, juntamente com o nobre colega, pude introduzir vários artigos à Constituição brasileira que resgatam a cidadania do povo negro, do povo pobre, das minorias em nosso País. Jamais esqueço o papel que V. Exª exerceu como relator, função que pôde extrapolar por conta da sensibilidade que teve diante das propostas novas que provinham do povo brasileiro. E hoje V. Exª nos revela para a mídia como aqueles que produziram, e produziram muito, durante esta convocação extraordinária, ao contrário do que se tem noticiado. V. Exª, mais uma vez, é a testemunha viva da trajetória política não apenas da Senadora Benedita da Silva, mas de tantos outros companheiros nesta Casa, porque V. Exª é um dos Senadores mais assíduos, é um dos que se têm pronunciado acerca de vários temas, e, talvez, seja um dos que mais têm aparteado os seus colegas, entre os quais me incluo. V. Exª falou a respeito do que foi feito por este Senado Federal nesta convocação extraordinária, destacando aqui o trabalho da Taquigrafia, o trabalho do Dr. Raimundo Carreiro da Silva, da Drª Claudia Lyra Nascimento, e eu gostaria de destacar, também, o trabalho da imprensa do Senado. Senador Bernardo Cabral, eu não o vejo manifestar-se somente neste plenário, mas, todos os dias, eu o vejo no **Jornal do Senado**, uma testemunha verdadeira do que temos aqui produzido. Eu quero parabenizar também o trabalho extraordinário desse jornal, porque ele tem dado a alguns, talvez, o único espaço para projeção e repercussão do que faz aqui. Temos, com o **Jornal do Senado** – e não falo apenas para o **Jornal do Senado** -, levado, e também pela TV, informação ao País inteiro, o que acho relevante. Concluindo o meu aparte, quero dizer a V. Exª que incluo, na relação dos projetos relevantes que aqui foram votados, um projeto que imputo de necessidade extrema, que é o projeto da pequena e média empresa, que persigo juntamente com o Senador José Sarney e, quero crer, com V. Exª, porque entendo que com ele criaremos mais empregos, e, com pequenas empresas, grandes negócios. Muito obrigada.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminente Senadora Benedita da Silva, é claro que, neste pronunciamento singelo, o que destaco são os trabalhos deste Poder. Mas nada mais justo do que ressaltar a figura de V. Exª, que, ainda há pouco, acometida de uma hepatite, portanto dela convalescendo, tem comparecido às sessões. E o tem feito eu diria até que de uma forma heróica, porque há algumas pessoas que, com uma simples gripe, já têm desculpa para não comparecer ao trabalho. V. Exª, atravessando um mal que é muito mais forte, não se curvou, não se intimidou e veio para cá dizer "estou presente".

V. Exª relembra a época da Constituinte, ainda há pouco citou as pequenas e médias empresas, cuja inserção na Constituição de 88, através de uma emenda do então Constituinte Afif Domingos, foi aprovada – e teve a minha aprovação, como Relator -, e às quais, ainda ontem, o Senador José Sarney fazia referência no discurso que pronunciou ao final da tarde, sobre a maldade que se comete contra esse projeto, porque ele é oriundo do Senado.

Acolho o aparte de V. Exª e, como nas vezes da nossa Assembléia Nacional Constituinte, podemos divergir na matéria mas, no fundo, temos sempre, no conteúdo, as mãos dadas, lutando em favor da sociedade. Muito obrigado, Senadora Benedita.

O Sr. Osmar Dias – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Quero ter o prazer de ouvir V. Exª, Senador Osmar Dias, antes de prosseguir.

O Sr. Osmar Dias – Senador Bernardo Cabral, eu estava em meu gabinete quando V. Exª iniciou o seu pronunciamento. Imediatamente, vim ao plenário para solidarizar-me com V. Exª, porque, como disse a Senadora Benedita da Silva, não é V. Exª um dos mais assíduos. No ano passado, V. Exª compareceu a 98% das sessão deliberativas do Senado, estando ausente apenas de uma, por compromissos que, sei, teve em seu Estado. A presença de V. Exª na tribuna desta Casa é constante e traz assuntos de relevância para o País. Principalmente por ter sido o Relator da Constituição, em 1988, tem

sido fundamental a presença de V. Exª no Senado para nos orientar nas discussões das emendas que estamos votando, aqui, à Constituição, que deve ser, sim, reformada. Pelo menos, eu sigo constantemente a sua orientação, pelo vasto conhecimento que V. Exª tem não apenas da Constituição, mas das leis em geral. Também sou daqueles que acham que o Senado, durante a convocação extraordinária, trabalhou, e trabalhou muito. Não fossem os entraves regimentais, com certeza teríamos avançado mais. No entanto, mesmo destacando apenas três matérias que foram aqui discutidas e votadas, é de se notar que valeu a pena esta convocação. De um dos projetos tive a honra de ser o Relator, na Comissão de Assuntos Econômicos. Aprovamos, aqui, a privatização do serviço de telefonia celular e a sua abertura para o capital externo, o que vai ensejar investimentos da maior importância para o País, não apenas porque vai gerar empregos, mas porque vai tornar a nossa economia mais competitiva. Estudos de consultores internacionais demonstram que a abertura do mercado da telefonia celular permitirá a melhoria da qualidade, a modernização, a equiparação com os países mais desenvolvidos e, assim, um crescimento da nossa atividade econômica em 10%, com crescimento, portanto, de 10% no nível de emprego. Somente este projeto já justificaria, Senador Bernardo Cabral, a convocação extraordinária. Votamos, em primeiro turno, o Código de Trânsito, inclusive com a participação de V. Exª, que fez inúmeras sugestões para o aperfeiçoamento desse código, importante para todos os cidadão brasileiros. Votamos o estatuto e a nova regulamentação das micros e pequenas empresas. Somente esses três projetos já justificariam a nossa permanência aqui em Brasília. Trabalhamos, sim, e trabalhamos muito. Mas há equívocos, Senador Bernardo Cabral, e não costumo perder a ética, mas jamais deixo de ser sincero. Vi uma análise do DIAP e gostaria de aproveitar o momento para fazer um comentário. Nela foram citados 100 Parlamentares como sendo políticos de destaque. Do Paraná apareceu um Senador, e aí sim é que me impressiono, porque a imprensa não enxerga os que não comparecem ao Senado. O meu lado esquerdo, Senador Bernardo Cabral, está sempre vazio! E a imprensa não diz que o meu lado esquerdo jamais foi preenchido, em nenhuma votação importante! E lá está o Senador José Eduardo Andrade Vieira como um dos cabeças do Senado, como grande articulador. Devo concordar com o DIAP. Ele é um grande articulador, sim! Articulador do Proer, articulador do Proer para o seu banco e articulador de bons negócios, que podem resultar na compra da sua carteira imobiliária pela Caixa Econômica Federal; a carteira imobiliária de um banco que não pertence, repito, ao povo do Paraná – desculpem-me os hipócritas: o Bamerindus pertence ao ex-Senador José Eduardo Vieira, e ele é um grande articulador em favor do seu Banco e dos seus negócios. Parabéns, Senador Bernardo Cabral, pelo seu pronunciamento, mas parabéns por defender esta instituição que V. Exª honra e que nos honra a todos.

O SR. BERNARDO CABRAL - Senador Osmar Dias, em primeiro lugar, agradeço o aparte de V. Exª. Em segundo, quero reparar uma omissão que V. Exª faz propositadamente: omitiu que o Parlamentar mais assíduo no ano passado foi V. Exª. O nobre Senador Osmar Dias, Sr. Presidente, ganhou de mim por ter uma presença a mais, porque a minha única falta foi por ocasião do falecimento do meu irmão, quando tive que ir a Manaus para o enterro.

A Imprensa, contudo, não registrou a assiduidade do eminente Senador Osmar Dias, que, agora, faz um registro que não fere a ética, mas que promove um desabafo, que comprova uma assertiva. Não importa se os lá de fora não sabem quais os que fazem presença nesta Casa. Os que estão aqui sabem muito bem quais os colegas que trabalham, que produzem, que emitem opinião, que discutem, que votam, que discordam, que somam e que tantas vezes fazem críticas construtivas.

Quando eu me referia ao Código Nacional de Trânsito que está em estudo, eu tinha certeza de que, na concessão dos apartes, eu perderia a chance de abordar dois assuntos sobre os quais eu gostaria de falar, porque há tantos talentos nesta Casa que eles não deixam passar a oportunidade. O primeiro aparte foi da Senadora Benedita da Silva, que lembrou o estatuto das micros e médias empresas; depois, foi o do Senador Osmar Dias, que lembrou, com muita propriedade, o problema das telecomunicações.

É preciso, é necessário, impende reagir contra a forma discriminada com que se pretende destruir o que há de mais forte numa democracia, que é o Poder Legislativo.

Sr. Presidente, tenho dito aqui que precisamos ter a Imprensa como aliada. Observem que, quando uma parte não funciona, a outra é amordaçada; quando uma não reclama, a outra não tem como registrar. No entanto, parece que há uma produção disseminada no sentido de sempre fornecer notícias ou plantar aquelas que não merecem ser chamadas de notícias,

como se verdadeiras fossem, o que diminui, reduz a potencialidade daqueles que trabalham.

Digo isso porque não sou um novato no Legislativo. Como dizia no começo do meu discurso – e quero me valer dele para o encerramento -, a cada instante que se constrói passo a passo o edifício da democracia, se um dos pilares, que é exatamente o Poder Legislativo, for dele retirado, o edifício desabará com os outros dois, porque o Executivo tornar-se-á um ditador, e o Judiciário ficará amordaçado.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Exª me permite um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Com muita honra, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Exª cuida do problema do fortalecimento do Poder Legislativo. Faz bem em situar o problema. Na verdade, o Poder Legislativo, no Brasil, sofre injustiças e justifica críticas. Nem tudo que aqui se faz é devidamente noticiado, essa é a realidade. Os trabalhos permanentes da Casa não são devidamente acompanhados e levados à opinião pública, só os assuntos excepcionais ou os que causam escândalos. Os trabalhos ordinários, constantes, permanentes, das Comissões, por exemplo, são inteiramente desconhecidos da grande opinião. Não se julga, no Brasil, que há um dever de informar independentemente da aceitação das teses defendidas. Isso é grave para o Congresso Nacional. Mas, por outro lado, o Congresso Nacional justifica críticas que não deveriam ocorrer; ocorrem, porém, pela sua falta de autodefesa. Toda vez que é preciso agradar o Governo, o Poder Legislativo cede contra a sua própria autoridade. Esta semana, os jornais noticiaram, quase todos os dias, que os relatores das próximas emendas constitucionais que aqui vão chegar não serão escolhidos pela forma regimental, mas de acordo com os entendimentos entre os partidos, sobretudo com o interesse da posição oficial do Governo. Ora, o que é regulado normalmente pela Casa não pode ser objeto de transações. Pouco importa ao Congresso Nacional que, na forma do Regimento, seja designado relator alguém que não comungue com as práticas do Governo, com a sua orientação. Devem prevalecer as normas regimentais da Casa. À maioria cabe o dever de resistir ao parecer que seja porventura contrário. Mas é preciso assegurar a prática normal. Na medida em que o homem comum lê que as escolhas dos relatores, em relação aos assuntos fundamentais, não obedecem regularmente à disciplina da Casa, mas ao interesse político, sobretudo ao interesse do Governo, descrê da seriedade do Poder Legislativo. Isso precisa ser corrigido. Não é apenas a injustiça que se faça a determinados Parlamentares, o problema não é tanto de natureza individual, mas é de caráter institucional. Uma vez, no exílio, num dos seus longos exílios – foram dois -, Octávio Mangabeira fez uma reflexão e escreveu: "Foi a teoria das acomodações ilimitadas que aluiu no Brasil a política e os políticos." Continua aluindo. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL – Senador Josaphat Marinho, no início deste despretensioso discurso, eu dizia que aqui chegava muito moço e, portanto, no ano de 1967, eu podia me dar o direito de fazer esse exercício sobre o fortalecimento do Poder Legislativo – lá se vão quase 30 anos!

O Senador Josaphat Marinho era Senador à época. A partir daí, nasceu uma amizade entre mim e S. Exª do tipo suficientemente forte para vencer o tempo, a distância e o silêncio. Ele, como Senador, e eu, como Deputado Federal, fazíamos parte de algumas comissões mistas do Congresso.

Veja V. Exª, Sr. Presidente, que o depoimento do eminente Senador Josaphat Marinho se casa exatamente com o meu. Evidentemente há uma diferença entre a lamparina e o sol; S. Exª, o sol; eu, a lamparina. Mas a lamparina também dá alguma luz, também clareia. Vê-se que ambos defendemos a instituição.

Não importam as pedras que são dirigidas a este ou àquele Parlamentar. O que é preciso é não deixar soçobrar o Poder Legislativo. Parlamento fechado é sinônimo de ditadura, em pleno apogeu.

O Sr. Jefferson Péres – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL – Ouço V. Exª com muita honra, Senador Jefferson Péres.

O Sr. Jefferson Péres - Senador Bernardo Cabral, seguindo a mesma linha do eminente Senador Josaphat Marinho e de V. Exª neste pronunciamento, digo que é verdade que a imprensa freqüentemente é injusta conosco: não reconhece, não ressalta o trabalho silencioso e quase subterrâneo das comissões, por exemplo. O que se faz de bom neste Congresso não é enfatizado, mas todas as falhas são divulgadas com enorme estardalhaço. No entanto, Senador Bernardo Cabral, não há dúvida – V. Exª reconhece isto – de que o Congresso também tem pecados.

O SR. BERNARDO CABRAL – Sem nenhuma dúvida.

O Sr. Jefferson Péres – Devemos ser autocríticos; jamais nos rendemos ao corporativismo. O Se-

nador Josaphat Marinho critica, com toda a razão, o fato de que, segundo noticiou a imprensa, os relatores dos projetos foram escolhidos no Planalto. Penso que, dessa forma, o Congresso abdica dos seus poderes e até da sua dignidade. Senador Bernardo Cabral, as medidas provisórias, enxurradas delas, são reeditadas, sem que o Congresso nada faça para pôr cobro nisso, o que realmente depõe muito contra a Instituição. Ontem, li as conclusões, as recomendações da Comissão da CPI do Orçamento a respeito da sistematização que deve ser feita no Orçamento, e até hoje não a fizemos, Senador Bernardo Cabral. Há uma semana estou colhendo assinaturas – e V. Exª foi o segundo subscritor – para a criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar denúncias não de favorecimento político, mas de intermediações nas liberações de verbas. Esse requerimento encalhou em 23 assinaturas. Os Srs. Senadores concordam com a criação da CPI, consideram-na necessária, mas, como o Planalto não quer, não assinam. Isso significa autocastração do Congresso, Senador Bernardo Cabral. Portanto, embora a imprensa seja muitas vezes injusta, somos muito complacentes com nós mesmos.

O SR. BERNARDO CABRAL – Eminente Senador Jefferson Péres, os que recusam a assinatura apesar de concordarem esquecem-se daquele cidadão que, à época da Monarquia, ao tentarem que ele sucumbisse ao desejo do Imperador, disse: "Tudo ao Imperador, menos a minha consciência". Esses deveriam estar lembrados de que a consciência não se deve dar a quem quer que esteja à frente da Presidência da República.

Ao concluir, Sr. Presidente, em primeiro lugar, agradeço a V. Exª pela paciência, uma vez que meu tempo já terminou há muito, e aos eminentes Senadores que me apartearam e que me ouviram. Finalmente, conclamo que se faça distinção entre o joio e o trigo. Há bons parlamentares, há parlamentares regulares, e pode haver maus parlamentares; o que não se pode é levar a Instituição, o Poder Legislativo, ao descrédito da população brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João França) – Concedo a palavra à nobre Senadora Regina Assumpção.

A SRª REGINA ASSUMPÇÃO (PTB – MG. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o motivo da minha manifestação nesta sessão é alertar, mais uma vez, as autoridades federais, estaduais e municipais para a situação de abandono e descaso em que se encontra a população mais idosa deste País. Esse alerta também se dirige às entidades representativas das categorias de médicos, enfermeiros e assistentes sociais, encarregadas de fiscalizar o exercício profissional daqueles que tratam diretamente com grande parte desse público.

Dirijo também esse alerta à Ordem dos Advogados do Brasil e ao Ministério Público, responsáveis que são pela preservação dos direitos de cidadania destes e dos demais segmentos da população brasileira. Os idosos requerem atenção especial, por se tratar de um segmento que vem crescendo mais em relação às demais faixas etárias.

É também um apelo às universidades, pessoas e instituições que têm compromisso com a comunidade, com todos aqueles que trabalham para o desenvolvimento do ser humano e para a conquista da justiça.

O Brasil, por tantos anos detentor da imagem do país jovem e de jovens, não está preparado para a inversão da pirâmide social pelo envelhecimento de sua população. As estatísticas disponíveis são preocupantes quanto ao crescimento da população idosa no país. Encontrou-se uma denominação mais simpática e menos preconceituosa para ela: terceira idade, mas não foram criadas condições efetivas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas dessa faixa etária.

O que podemos constatar é o abandono puro e simples daqueles cidadãos idosos situados nas camadas de menor renda, e igual desprezo, verdadeira segregação, daqueles que dispõem de renda própria ou cujas famílias têm condições de mantê-los. São degredados de luxo em casas de repouso ou em cômodos apartados do resto da família.

Embora preocupação antiga, despertou-me a atenção para o tema uma matéria publicada pelo jornal **Estado de Minas** na última terça-feira, dia 23, em noticiário dedicado à Semana do Idoso. A matéria informa que fiscais constataram uma série de problemas na Clínica de Repouso Nossa Senhora do Carmo, em Betim. Entre os aspectos mais graves está a promiscuidade entre os internos de diversas patologias ou patologia alguma, daqueles que ali estão apenas por não ter onde ficar e não por estarem doentes.

Segundo a reportagem do **Estado de Minas**, assinada pela jornalista Sandra Kiefer, estão sob o mesmo teto idosos, doentes mentais e alcoólatras. É óbvio, até mesmo para os leigos, que são situações que não podem ter o mesmo tratamento. O doente mental requer cuidado específico, totalmente diverso do que se aplica aos dependentes do álcool ou outras drogas.

Mas o absolutamente inaceitável é a convivência desse tipo de doentes com idosos saudáveis. A simples presença dos idosos nessa clínica ou casa de repouso já indica o grau de preconceito que se tem contra a terceira idade. É preciso ficar bem claro que idade não é doença. Aqueles que já não são jovens nem por isso devem ser encarados como doentes, imprestáveis ou dependentes. Ainda que eventualmente mais fragilizados pelo passar dos anos, muitas dessas pessoas têm mais disposição para o trabalho, mais capacidade de aprender e mais vontade de servir que muitos jovens.

Minha preocupação em buscar soluções para a melhoria da qualidade de vida da terceira idade assume agora caráter de emergência pela obrigação de alertar para que não se repitam novos casos como o da Clínica Santa Genoveva, do Rio de Janeiro, onde o número de vítimas do descaso e da cobiça, segundo a imprensa, já chega a 200.

Não sou a primeira, e certamente não serei a última, a abordar esse tema nesta Casa. Outros já o fizeram, até com mais brilho. O caso lamentável e dramático registrado no Rio de Janeiro certamente não é único: outras casas de horrores, sem dúvida, estão em pleno funcionamento em outros pontos do País.

Entendo que soluções simples, de baixo custo, podem ser adotadas para que tais fatos não se repitam. Mas o importante agora é que o Brasil passe a ter efetivamente políticas públicas voltadas para a terceira idade, para que essa possa ser, em breve, chamada até de melhor idade, aquela em que o cidadão, já tendo prestado sua contribuição para a sociedade, criado filhos e netos, passe a ser encarado na plenitude de sua cidadania.

Para isso, em primeiro lugar, é necessário assegurar aos idosos aposentadorias dignas. Para aqueles já desprivilegiados por toda uma vida e que chegam à velhice sem qualquer renda, que lhes seja assegurado o direito constitucional à pensão mensal.

Não podemos, no entanto, restringir nossa atenção ao aspecto econômico, por mais fundamental que seja. É preciso que encontremos mecanismos e instrumentos para que as prefeituras, bairros, associações e organizações não-governamentais sintam-se estimulados a construir centros de convivência para idosos.

Não é necessário sofisticação para esses centros, senão conforto, e que eles, localizados estrategicamente, possam oferecer oportunidade de encontro entre os mais idosos e que desenvolvam projetos que os levem a reconquistar a própria cidadania; centros que os estimulem a participar ativamente da vida política de suas comunidades e do País.

Da mesma forma como essa impessoal figura, o chamado "mercado", já descobriu a capacidade de consumo dos mais velhos e trabalha ativamente para lhes oferecer opções de compra e lazer, é importante que a classe política veja na geração da terceira idade um contingente crescente de votos.

Talvez essa realidade venha a despertar a única coisa que realmente fará com que se promovam as profundas mudanças necessárias: vontade política de mudar. É indispensável, pensando num futuro bastante próximo, que sejam oferecidas aos mais idosos, aos que estão saindo do mercado formal de trabalho, oportunidades efetivas de acesso a cursos reabilitadores e conscientizadores.

O Sr. Josaphat Marinho - Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. REGINA ASSUMPÇÃO – Tem V. Exª o aparte, Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Senadora Regina Assumpção, primeiro, quero louvá-la pela oportunidade do seu primeiro pronunciamento na Casa. Quero até assinalar, com franqueza, o seu bom senso. Aqui chegando, não se precipitou em falar; buscou, primeiro, conhecer as práticas da Casa para falar com a naturalidade com que o faz neste instante. Por outro lado, permita que destaque a importância do pronunciamento. V. Exª trata do problema fundamental do País ou de qualquer país: o ser humano, e o ser humano na idade em que precisa de ajuda e de auxílio. Vale dizer que, no seu pronunciamento, há uma observação valiosa: não basta crescimento econômico, porque só há desenvolvimento real quando a política se faz na direção de proteger a pessoa humana. Essa é a grande essência do desenvolvimento sociopolítico no nosso tempo. É o que o seu discurso salienta, pelo que a cumprimento.

A SRA. REGINA ASSUMPÇÃO - Muito obrigada, Senador Josaphat Marinho.

A Srª Benedita da Silva – Permite-me V. Exª um aparte?

A SRA. REGINA ASSUMPÇÃO – Com prazer, ouço V. Exª.

A Srª Benedita da Silva – Senadora Regina Assumpção, estava aguardando o final do seu discurso para solicitar-lhe o aparte. No entanto, o Senador Josaphat Marinho, com brilhantismo, antecipou-se. Não o fiz antes porque sei que V. Exª ocupa, pela primeira vez, a tribuna para fazer o seu discur-

so. Isso me fez lembrar o dia em que cheguei à Câmara dos Deputados e, como V. Exª, aguardei um tempo propício para me pronunciar. Pensei que, pela minha prática cotidiana de falar para multidões – todo protestante vive esta experiência de falar em praça pública ou nos púlpitos das igrejas em que se encontra, para 500 a 1.000 pessoas no mínimo -, seria fácil ocupar a tribuna. Contudo, no dia do meu primeiro discurso, tive uma forte tremedeira, mas me mantive firme, porque os meus Pares estavam lá me ouvindo, todos de pé. Eu estava nervosa, mas não queria deixar transparecer o meu nervosismo. Pedi a Deus que não permitisse que ninguém solicitasse um aparte antes que eu chegasse ao final do meu discurso; a partir dali, poderiam dizer o que bem quisessem. Hoje, lembrando-me desse dia – espero que não esteja acontecendo o mesmo com V. Exª -, preferi aguardar o final de seu discurso para aparteá-la. No entanto, já que o Senador Josaphat Marinho, repito, com brilhantismo, aparteou-a, tomei a coragem de também fazê-lo. Estou acompanhando o pronunciamento de V. Exª, que, como já disse o Senador Josaphat Marinho, é equilibrado, com o conteúdo perfeito para o momento, porque V. Exª aborda a questão social no País. A terceira idade não está colocada como prioridade, pois não existe vontade política para isso. Temos uma Constituição – mais uma vez, cito o Senador Bernardo Cabral, que sabe disso perfeitamente – que dá a cada um de nós, do Executivo ao Legislativo, e aos familiares, a responsabilidade do cuidado com a terceira idade. Não podemos ter assistência social apenas na base do clientelismo ou do fisiologismo, mas, sobretudo, como um direito do cidadão. A criança e o idoso no Brasil praticamente não têm cidadania; situam-se nas extremidades, e é preciso que haja vontade política para fazer cumprir as garantias colocadas na Constituição. Essa não é apenas uma preocupação diferenciada, Senadora Regina Assumpção, mas, sobretudo, a garantia da continuidade da espécie humana, não a vendo somente como um instrumento de prestação de serviço; por isso, a necessidade dessa preservação e, no campo social, a assistência diferenciada que garanta essa continuidade; daí, a prioridade para as crianças; devemos dar ao idoso, depois dele ter sido o grande instrumento de produção, o direito de continuidade, produtiva, sim, mas que também esteja socialmente integrado. Pois é um erro, um equívoco, pensar que a terceira idade signifique inutilidade, que não produza mais. Talvez não possa produzir – estou falando da relação de trabalho -, dependendo da profissão que exercia anteriormente, mas há toda uma necessidade, dentro do campo social, do aproveitamento da reserva de conhecimento intelectual da terceira idade, no sentido de que o idoso possa se adequar a uma nova condição, relativamente a sua profissão. Essa é uma das principais questões que deveríamos abordar com relação ao direito à cidadania. Por outro lado, Senadora Regina Assumpção, costumamos excluir a terceira idade da convivência, que é necessária, a qual se caracteriza por uma família integrada; tiramos do idoso essa participação, que é secular. Outra questão fundamental refere-se ao calor humano. Ao idoso nega-se até a prática amorosa, porque há o terrível equívoco de que ele já não pode ter atividade sexual. No entanto, há necessidade de que também se dê a ele esse espaço, que é garantido pela natureza, e que nós, tecnicamente, tiramos dele. São questões que precisam estar no consciente de quem verdadeiramente faz e aplica a lei, pois é sobretudo uma questão humana. Não é uma questão de direitos humanos, mas uma questão humana, das nossas relações de pessoa para pessoa. Portanto, V. Exª, com muita propriedade, enfoca esse assunto, sobre o qual muito bem outros já se pronunciaram, talvez não com tanto brilhantismo quanto V. Exª. Espero que no Senado Federal V. Exª e tantos outros possam dar continuidade à discussão de tema de tão grande importância. Espero também que possamos traduzir esse nosso discurso numa prática concreta da sociedade brasileira. Está de parabéns V. Exª por seu pronunciamento.

O Sr. Bernardo Cabral – Permite-me V. Exª um aparte? Dessa maneira, V. Exª responderá aos três aparteantes de uma só vez.

A SRª REGINA ASSUMPÇÃO – Ouço V. Exª, com prazer.

O Sr. Bernardo Cabral – Senadora Regina Assumpção, hoje estou com muita sorte. Ouvi não o discurso inaugural da Senadora Benedita da Silva numa câmara legislativa – pois é egressa da Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro -, mas ouvi o seu discurso de estréia na Câmara, e hoje ouço o de V. Exª. Claro que V. Exª traz uma carga de responsabilidade que ela não trazia, qual seja a de substituir um colega seu, Senador, que hoje é Ministro da Agricultura, o nosso companheiro, o Ministro Arlindo Porto. V. Exª, portanto, como bem acentuou o Senador Josaphat Marinho, não teve pressa em fazê-lo. O aparte não tem como abordar a linha filosófica do seu discurso, porque a Senadora Benedita da Silva o fez com muita propriedade. Enfatizo a lembrança da convivência com a terceira idade, em que foi res-

saltado que se trata de uma questão de pessoa humana para pessoa humana. O idoso, a terceira idade do nosso País, hoje já nem serve para vigia. Antigamente, dizia-se, quando a pessoa ultrapassava os cinqüenta anos, que podia ser convocada para vigia. Esquecem-se, por exemplo, de que na China, quando alguém quer aconselhar uma outra pessoa, pergunta se tem um velho, um idoso em casa; se não tem, a recomendação é para que trate de conseguir um. É que a maturidade dá não só o sentido humano da compreensão, da tolerância, mas também de uma convivência mais amena, de saber perdoar, de distinguir o essencial do acessório. O discurso de V. Exª é denso. Não é um discurso apenas de quem quer estrear numa tribuna para dar um recado, mas de fixar uma posição. Nesse sentido, quero cumprimentá-la.

A SRA. REGINA ASSUMPÇÃO - Muito obrigada.

Precisamos fazer com que todos os departamentos e decanatos de extensão das universidades e faculdades brasileiras passem a desenvolver projetos específicos para a terceira idade. Não só para que os idosos possam eventualmente voltar ao mercado de trabalho, à vida produtiva e ao convívio social, mas para que tenham o instrumental adequado para o exercício do voto.

Se não cuidarmos dos mais idosos, com que promessas de futuro vamos acenar aos mais jovens? Como motivar a nova geração, a geração que será o amanhã, se não assegurarmos dignidade aos que já percorreram a maior parte do caminho?

Essa é, Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, uma das minhas grandes dúvidas. Espero contar com a criatividade e competência dos meus pares para encontrar uma resposta, uma solução que possibilite o reencontro da cidadania àqueles que tantos serviços já prestaram e que possamos usufruir da grande experiência que acumularam.

E essa solução, tenho certeza, deve começar pelo atendimento ao idoso não mais como um apêndice do Ministério da Saúde, que não se limite a internar pessoas idosas como se doente fossem. A questão do idoso deve ser enfocada de forma multidisciplinar, congregando esforços de diversas áreas, como o Ministério do Trabalho, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Esporte e, principalmente, o Ministério da Previdência Social e sua Secretaria de Assistência Social. E, ao Congresso Nacional, cabe criar as condições para que esta Nação assuma a questão e que se forme a indispensável vontade política para sua solução.

Muito obrigada.

Durante o discurso do Sr. Regina Assumpção, o Sr. João França deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Jefferson Péres.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Ademir Andrade, nos termos regimentais, por cinco minutos.

O SR. ADEMIR ANDRADE (PSB-PA. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, acabamos de elaborar um projeto de lei que estamos apresentando à Mesa e que estabelece a obrigatoriedade da divulgação de recursos federais destinados a Estados e Municípios.

É um projeto extremamente detalhado, que obriga o Governo Federal a divulgar para toda a Nação, seja através do **Diário Oficial da União**, seja por intermédio da Voz do Brasil, todos os recursos possíveis de serem aplicados em obras prioritárias em Municípios e Estados da União.

Além disso, estabelece critérios para definição de onde esses recursos devam ser aplicados. Esses critérios incluem a avaliação da necessidade do Município; portanto, ele tem de ter dados sobre o número de alunos por sala de aula, número de leitos por habitante, número de ruas asfaltadas para investimento na urbanização, pessoas atendidas com água e energia para recursos nesse setor. Enfim, ele democratiza o acesso aos recursos da União e procura evitar o clientelismo ou a utilização política de recursos públicos.

Esse projeto, Sr. Presidente, vem em boa hora, porque V. Exª, por exemplo, é autor de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a distribuição de recursos públicos do Orçamento da União.

O Senador Carlos Wilson, que é um homem de linha de frente do Governo, fez graves denúncias aqui, há poucos dias, a respeito da má utilização ou da utilização política de recursos públicos da União. Isso no Governo Fernando Henrique Cardoso, que é considerado por todos um Governo decente, de um homem correto. Imagine V. Exª o que ocorria em governos anteriores.

De forma que nos preocupamos com essa questão e procuramos elaborar um projeto bastante detalhado, que faça com que qualquer prefeito, de qualquer lugar deste País, tenha acesso a essas in-

formações e possa repassá-las a todos, até para nós, parlamentares. Assim poderemos interferir no sentido de não permitir a utilização política desses recursos.

Quero registrar esse trabalho que fizemos com muita dedicação e com muita boa vontade, no sentido de corrigir esses erros e essas distorções, fazendo justiça à distribuição das verbas federais para os Municípios e para os Estados deste País.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ADEMIR ANDRADE – Com muita satisfação.

O Sr. Josaphat Marinho – Não posso nem devo entrar na análise do projeto porque ainda não o conheço.

O SR. ADEMIR ANDRADE – V. Exª terá, sem dúvida, a oportunidade, e gostaria que fosse o relator desse projeto.

O Sr. Josaphat Marinho – Quero apenas, na linha do seu pronunciamento, fazer uma observação sobre a oportunidade da matéria. A publicidade é a linha mestra de todo governo democrático. O que V. Exª está pretendendo exatamente é isto: a publicidade, sobretudo de atos que possam ser objeto de controvérsia.

O SR. ADEMIR ANDRADE – Agradeço a V. Exª. Vou fazer um apelo ao Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para que dê a V. Exª a relatoria dessa matéria.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era esse o registro que gostaria de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Antes de passar a palavra ao orador seguinte, há sobre a mesa projeto de lei que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Jonas Pinheiro.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 170, DE 1996

Estabelece a obrigatoriedade de divulgação dos recursos federais destinados aos Estados e Municípios.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica, a União, obrigada a publicar, em seção própria do **Diário Oficial**, todas as matérias de interesse dos Estados e dos Municípios, em forma de Aviso, com definição e numeração por órgão de origem.

§ 1º Os Avisos de que trata esta lei serão considerados:

I – de interesse geral, quando não determinados os beneficiários;

II – de interesse específico, quando determinados os beneficiários.

§ 2º Além da publicação a que se refere esta lei, fica o Poder Executivo obrigado a divulgar os Avisos:

I – de interesse geral, no programa "A Voz do Brasil", pelo período mínimo de cinco dias úteis;

II – de interesse específico, por meio de correspondência dirigida a cada possível beneficiário, com aviso de recebimento.

Art. 2º Para efeitos desta lLei, consideram-se de interesse dos Estados e Municípios:

I – as normas ministeriais e dos demais órgãos públicos que versem, no todo ou em parte, sobre direitos ou obrigações relacionados com Estados ou Municípios;

II – as dotações orçamentárias localizadas, regionalizadas ou as de caráter geral que possam interessar aos entes federados;

III – os extratos de convênios ou outros instrumentos congêneres celebrados entre a União e:

a. as entidades privadas que promovam serviços de interesse público;

b. órgãos públicos estaduais ou municipais;

IV – os pagamentos e empréstimos realizados por todos os órgãos públicos federais, inclusive da Administração Indireta, às entidades a que alude o inciso anterior, bem como, os relativos aos Fundos Constitucionais de Participação.

Art. 3º As normas que, por sua natureza, se desunirem a outros interessados além dos Estados e Municípios, serão publicadas na Seção I do Diário Oficial e na Seção Especial a que se refere o art. 1º

Art. 4º Sempre que houver qualquer recurso orçamentário ou crediário disponível à utilização por parte dos Municípios ou Estados, o órgão público responsável por sua administração fará publicar, na Seção Especial a que se refere o art. 1º

I – o montante dos recursos;

II – os critérios para a eleição dos Estados e Municípios a serem beneficiados;

III – o prazo para recebimento das solicitações;

IV – as condições necessárias ao recebimento dos recursos ou do crédito, observados os limites de endividamento exigido pelo Senado Federal, no uso das competências que lhe são atribuídas pelo art. 52 da Constituição Federal.

§ 1º O prazo a que se refere o inciso III deste artigo não poderá ser inferior a trinta dias, a contar da data de publicação do Aviso.

§ 2º Na definição de condições, não será admitida qualquer que venha, por sua natureza, criar distinções entre Municípios e Estados, salvo as relativas à própria natureza dos recursos, aceitar as de caráter regional, populacional, geográfica, econômica, entre outras.

Art. 5º Todos os recursos transferidos ou emprestados aos Estados e Municípios serão, obrigatoriamente, vinculados a objetivos precisos, que constarão do Aviso e do convênio ou instrumento congênere.

Parágrafo único. Os objetivos serão sempre proporcionais aos valores a serem transferidos.

Art. 6º Havendo demanda por determinado recurso superior ao montante disponível, será dada prioridade àqueles que apresentarem os mais baixos níveis de interferência do poder público na correspondente função de governo.

§ 1º As funções a que se referem este artigo serão as da Lei Orçamentária.

§ 2º No julgamento para priorização será levada em consideração a interferência pública pelas esferas federal, estadual e municipal.

§ 3º A definição dos beneficiários somente será efetuada após o prazo a que se refere o inciso III do art. 4º

§ 4º Para a aplicação dos critérios deste artigo, serão levadas em consideração as estatísticas produzidas pelo Instituto Brasileiro de Geográfica e Estatística – IBGE.

§ 5º Não dispondo, o órgão cedente dos recursos, dos dados necessários para a comparação, por inexistência no IBGE, será admitido o recebimento dessas estatísticas, como parte da instrução dos processos pelos interessados.

Art. 7º A decisão sobre os beneficiários dos recursos atenderá aos princípios da objetividade e da impessoalidade, sendo, para tanto, considerados, entre outros, os seguintes critérios:

I – número de salas de aula públicas por criança de classe pobre, para projetos de construção de escolas;

II – número de leitos públicos por cidadão, para construção de hospitais;

III – percentual de vias públicas pavimentadas, para urbanização;

IV – percentual de residências supridas com água e esgoto, para obras dessa natureza.

Parágrafo único. Em casos de calamidades públicas, será admitido o afastamento dos critérios de que trata este artigo.

Art. 6º O Sistema de Controle Interno do Poder Executivo e o Tribunal de Contas da União fiscalizarão o cumprimento do disposto nesta lei, cabendo a este último a aplicação das penalidades administrativas, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

Art. 7º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Justificação

A democracia exige, como seu pressuposto, a implantação de sistemas de atendimento às necessidades dos municípios com a adoção de critérios objetivos e claros, e que visem a alcançar o objetivo da República de reduzir as desigualdades inter-regionais.

Não tem sido esta a prática no Brasil. Temos um Governo Federal que abarca elevadíssima parcela de receita tributária, e que impõe aos Chefes do Executivo das entidades federadas a subordinação à humilhante trajetória de luta por recursos públicos.

Há melhora, atualmente, no sentido de se impedir a transferência de recursos federais para prefeituras inadimplentes, mas faltam os critérios justos e objetivos que norteiem a distribuição dos recursos federais.

Ninguém conhece todas as exigências feitas pelos diversos órgãos do Governo Federal para se obter recursos, incluindo convênios, financiamentos, repasses especiais, transferências sob todos os títulos, subsídios etc. Talvez apenas os lobistas ou os políticos intimamente relacionados nos círculos do poder.

O Brasil é um imenso País, e muitos municípios, pelo simples fato de desconhecerem as possibilidades, não conseguem obter recursos, junto ao Governo Federal, para atendimento das necessidades básicas de sua população.

O complexo universo de portarias, decretos e outros atos que diariamente são publicados no **DOU** liberando recursos diversos, dá apenas a publicidade desses atos. Inclusive nos últimos dias a imprensa veiculou matérias sobre a manipulação de recursos, no episódio da assinatura de convênios com municípios, antes do prazo final determinado pela lei eleitoral.

Entretanto, verifica-se que essas notícias que fazem parte do cotidiano da imprensa brasileira, sempre citam malversação de recursos, clientelismo e outras irregularidades.

A sistemática até hoje implantada é perfeita para prática do clientelismo, o que fere o princípio da moralidade que deveria reger a atividade pública.

Este projeto de lei vem, se não eliminar o clientelismo, pelo menos criar regras claras que dificultem sensivelmente tal prática, beneficiando os Municípios e Estados responsavelmente administrados e concomitantemente mais carentes.

Especialmente no que se refere à saúde e educação, propõe que os recursos federais destinem-se a comunidades menos assistidas.

Assim, oferecemos à Democracia um meio pelo qual possa ela cumprir com seus objetivos de atender o mais carentes e os mais responsáveis no trato com a coisa pública, lançando por terra o espaço hoje preenchido pelos oportunistas, inimigos que são daqueles a quem de fato se destinam os recursos públicos.

Sala das Sessões, 26 de julho de 1996. – Senador **Ademir Andrade.**

(À Comissão de Constituição Justiça e Cidadania – decisão derminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – O projeto será publicado e remetido à comissão competente.

O início da sua tramitação será no dia 1º de agosto.

Com a palavra, por 20 minutos, o Senador Osmar Dias.

O SR. TOTÓ CAVALCANTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável, com a permissão do ilustre Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, infelizmente, tenho um vôo a tomar. Se o Senador for usar da palavra, não terei tempo para o meu pronunciamento, pois tenho que ir para o aeroporto.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Como a Mesa já havia concedido a palavra a V. Exª, Senador Osmar Dias, fica a seu critério ceder ou não o tempo ao orador.

O SR. OSMAR DIAS (-PR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, em função do horário, peço escusas ao Senador Totó Cavalcante, que, com certeza, aguardará o meu pronunciamento para fazer a sua comunicação, que é inadiável.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, a cultura do café já proporcionou ao País muito desenvolvimento.

Nas décadas de 50, 60 e até na metade da década de 70, a cultura do café foi, sem dúvida, o motor de desenvolvimento não apenas da agricultura mas também da economia brasileira. O café era tão importante para o Brasil que houve uma inversão da população rural e urbana, motivada pela erradicação de parte do parque cafeeiro nacional nas décadas de 70 e 80.

Aqui, neste plenário, muitos Senadores já se manifestaram sobre o fato de que, há trinta anos, 78% da população vivia no campo; hoje, 78% da população vive na cidade.

Em função da erradicação da maior parte do parque cafeeiro nacional é que tivemos essa inversão, porque o café é uma cultura que emprega intensamente mão-de-obra, é a cultura que mais emprega mão-de-obra.

A dispensa do trabalho no campo levou os trabalhadores a procurar emprego nas cidades, o que muitas vezes não conseguiram, tendo que se conformar com subempregos, com subsalários. Por isso, venho à tribuna não apenas alertar para o fato que está ocorrendo mas também sugerir providências.

O café foi tão importante ao desenvolvimento nacional que chegou a dominar 60% do mercado mundial na década de 60; tanto é que o Porto de Trieste, na Itália, construiu um terminal apenas para receber o café brasileiro. A marca "Café do Brasil" era conhecida, respeitada e, sobretudo, comprada, consumida em todo o mundo.

Mas os anos se passaram, Sr. Presidente, e nós tivemos atitudes ou medidas, adotadas pelos governos que se sucederam, nefastas à cultura do café, tão nefastas quanto as geadas que levaram à erradicação de parte do parque cafeeiro. As geadas, principalmente as do Paraná, foram as responsáveis pela redução de área e, portanto, de produção. Mas, sem nenhuma dúvida, medidas do governo também concorreram para isso. E a principal delas, a mais negativa, foi a extinção do Instituto Brasileiro do Café, que tinha como atribuição principal gerenciar, coordenar as políticas comerciais de café do Brasil para o mundo. O Instituto Brasileiro do Café era um instituto respeitado no mercado internacional e, quando opinava a respeito do mercado, valia a sua opinião. Mas, infelizmente, sob pretexto de enxugamento da máquina administrativa e de racionalização administrativa, foi extinto, e uma cultura que proporcionou tantos empregos e tantas divisas, inclusive contribuindo para a balança comercial positiva em muitos anos no Brasil, ficou acéfala. Ora o Ministério da Agricultura tentava administrar a questão, ora o Ministério da Indústria e Comércio.

Mas, Sr. Presidente, enquanto o Ministério da Indústria e Comércio de hoje se preocupa, parece-me, apenas com carros e brinquedos, vamos vendo culturas importantes como a do café sendo destruí-

das em nosso País. O algodão é o exemplo mais recente, juntamente com o trigo; o café vem logo ao lado dessas duas culturas, com a importância que confere ainda para a balança comercial.

Se fizermos um cálculo de 17,5 milhões de sacas exportadas, em média, pelo Brasil todos os anos, a um preço que, há três meses, Sr. Presidente, estava a US$150,00 a saca, vamos chegar a uma soma de exportação de café em torno de US$2,4 bilhões em divisas que o Brasil conquista todos os anos. No entanto, fatores externos estão fazendo com que o preço do café caia. Assim, de US$140,00 a US$150,00, preço que se mantinha há dois, três anos, o café apresenta, hoje, um preço que não ultrapassa mais US$100,00 a saca. Perde o produtor, perde o exportador e perde o Brasil, que deixa de conferir à sua balança comercial recursos valiosíssimos, especialmente num momento em que o Brasil experimenta déficits sucessivos na balança comercial; tanto é que acumula, no primeiro semestre de 96, um déficit próximo a US$6 bilhões.

O café pode proporcionar fatores de desenvolvimento, como a geração de emprego, de divisas internas, o aquecimento da economia de Estados importantes dentro do contexto nacional e, sobretudo, o equilíbrio da balança comercial pelo valor agregado que representa no mercado internacional. Mas não há, por parte do Governo brasileiro, hoje, nenhuma atitude que leve a pensar que há uma preocupação com relação a esse assunto.

Ao ver o Senador Josaphat Marinho, lembro-me que fato semelhante está ocorrendo com o cacau da Bahia. São culturas, aliás, que fizeram a História deste País dentro do mesmo contexto – exportação, balança comercial, ajuda no desenvolvimento de Estados, geração de empregos – e, no entanto, aquilo que ocorreu com o cacau, corremos o risco de ver acontecer com o café. Não temos a vassoura-de-bruxa no café, mas temos as bruxas que fazem as suas medidas irresponsáveis interferirem diretamente no futuro da cultura. Extinguir o IBC foi uma irresponsabilidade. Não colocar um outro órgão para coordenar a política externa de um mercado sensível como o do café é outra irresponsabilidade sem proporções.

Sr. Presidente, o que estou pregando é que o Senado tome uma providência através da sua Comissão de Assuntos Econômicos.

O Sr. Totó Cavalcante – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS – Ouço o aparte de V. Exª.

O Sr. Totó Cavalcante - Apenas para lembrar que, além do cacau, também a borracha. Temos na Amazônia uma verdadeira selva de seringais e, no entanto, importamos borracha. Aonde estão querendo nos levar? Por aí, acho que a política brasileira esquece do setor de produção para investir no setor de indústria, causando prejuízo até na vocação do próprio brasileiro. Muito obrigado pelo aparte.

O SR. OSMAR DIAS – Muito obrigado, Senador Totó Cavalcante. Realmente incluo o seu aparte ao meu pronunciamento. O caso da borracha é parecido com o do cacau e muito semelhante ao caso do café.

O Sr. Josaphat Marinho – Permite-me V. Exª um aparte, nobre Senador Osmar Dias?

O SR. OSMAR DIAS – Ouço, com prazer, o aparte do nobre Senador Josaphat Marinho.

O Sr. Josaphat Marinho – V. Exª, além de referir-se agora, de passagem, ao cacau, cuida especialmente do problema do café. Mesmo na Bahia esse problema da cultura do café tem sofrido todas as inconveniências de administrações errôneas. Lembre-se V. Exª que, há anos, houve uma recomendação geral de erradicação do café. Grandes proprietários, em função da má orientação do Banco do Brasil, empobreceram, porque, depois da erradicação, não receberam o valor correspondente à lavoura desfeita. Embora os contratos feitos, não foram devidamente cumpridos sob a alegação de que as áreas não correspondiam à realidade. Mas isso depois de desfeita a cultura. Novamente recomendaram plantar café. Na Bahia plantou-se café, e a crise outra vez se instalou. Ainda no princípio deste ano, visitando a cidade de Conquista, que é a zona principal do café na Bahia, fui ali informado de que a queda na produção era assombrosa, influindo decisivamente no empobrecimento da região.

O SR. OSMAR DIAS – Senador Josaphat Marinho, além dessa besteira sem proporções de mandar erradicar e até pagar para erradicar o café na década de 70, li – e achei que era uma piada de mau gosto – no ano passado, nos jornais, que o então Ministro da Agricultura dizia que, para fazer com que o preço do café reagisse no mercado internacional, o Brasil teria que queimar estoques. Reduzindo a oferta, poderia, portanto, fazer reagir o preço. Ora, não dá nem para comentar uma proposta de tamanha burrice.

É assim que vem sendo conduzida a política do café em nosso País nos últimos anos. Sem um órgão técnico que possa orientar os produtores, fica-

mos sujeitos às informações de mercado dos importadores.

As informações de mercado vêm do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos. É o Departamento de Agricultura americano, Sr. Presidente, que diz qual é o estoque mundial, qual o potencial de exportação daquele ano, qual o estoque final, qual o consumo. E isso determina o preço. Qualquer economista – ou nem precisa sê-lo – sabe que são esses fatores que determinam o preço final de um produto.

Ora, a informação é muito importante e não temos um órgão técnico que possa oferecer informações ao mercado exportador. As informações estão todas nas mãos dos países importadores.

É por isso que estou propondo que o Senado Federal, por intermédio da sua Comissão de Assuntos Econômicos, constitua uma subcomissão para tratar especificamente desse assunto com Senadores de Estados produtores. Poderemos, por exemplo, convidar a Colômbia, que é o nosso parceiro – os dois países completam cerca de 42% da produção e do mercado exportador mundial -, para, juntos, fazermos um acordo de exportadores. O que existe hoje são acordos de importadores. Eles fazem o acordo, determinam o preço de mercado e os países exportadores são obrigados a obedecer.

Sr. Presidente, com essa queda de preços em três meses, podemos verificar, numa conta rápida, que estamos perdendo quase US$1 bilhão por ano. E o Brasil não está em condições de jogar US$500 milhões a mais num projeto Sivam, por exemplo; não está em condições de jogar tanto dinheiro nos bancos e abrir mão, no mercado exportador, de US$800 milhões a US$1 bilhão ao ano. Creio que precisamos fazer alguma coisa.

Não há, por parte do Itamaraty, nenhuma atitude que me leve a pensar que esse assunto faça parte da pauta de preocupações daquele Ministério. Também não faz parte da pauta do Ministério da Agricultura, que não se pronuncia a respeito; tampouco do Ministério da Indústria, Comércio e Turismo, cujo Ministro tem falado muito em brinquedos, carros e autopeças. No Brasil não há apenas carros, brinquedos e autopeças. Até prova em contrário, não comemos porcas, parafusos, arruelas. Precisamos cuidar da nossa agricultura, e acho que é o momento de o Ministro da Indústria, Comércio e Turismo sentar-se com o Ministro da Agricultura para proporem a criação de um órgão técnico conjunto entre os dois Ministérios para administrar a política comercial de uma cultura de extrema importância não só para a economia nacional, mas também no aspecto social.

Essa subcomissão do Senado terá que fazer reuniões com o setor produtivo, escutando, de quem entende ou de quem está vivendo o drama, sugestões para as providências a serem tomadas. Tenho, evidentemente, um plano, que apresentarei ao setor produtivo. Essa subcomissão também poderá ir até a Colômbia ou convidá-la para vir aqui. O Brasil produziu 27,5 milhões de sacas; a Colômbia, 13 milhões de sacas este ano, ou seja, 42% do mercado. Nós vamos exportar 16,5 milhões de sacas e a Colômbia 11,5 milhões, perfazendo cerca de 45% do mercado exportador. Portanto, precisamos chamar a Colômbia para conversar para que se organizem os países exportadores e daí partam para o acordo com os países importadores. Primeiro reúne-se quem vende, depois quem compra. Faz-se, então, o encontro dos dois para proporcionar o equilíbrio que possa dar estabilidade à cafeicultura nacional, que é geradora de renda e de emprego.

A proposta que fiz foi aceita pelo Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos. Pena que não tenha havido **quorum** na última reunião para que pudéssemos votar e já começar a trabalhar nesta semana. Vou aguardar, Sr. Presidente, a próxima reunião da Comissão de Assuntos Econômicos para pedir o apoio dos outros Srs. Senadores membros, pela importância que representa a cultura do café neste momento para o País e para o próprio Governo, que necessita equilibrar a balança de pagamentos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. TOTÓ CAVALCANTE – Sr. Presidente, peço a palavra para uma comunicação inadiável.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nos termos do art. 14 do Regimento Interno, tem a palavra o nobre Senador Totó Cavalcante.

S. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. TOTÓ CAVALCANTE (PPB-TO. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desejo apenas comunicar à Casa o falecimento do Dr. Izac Cavalcante, na cidade de Paraíso do Tocantins.

O Dr. Izac Cavalcante foi vereador de Pium, autor do Projeto de Emancipação da cidade de Paraíso, e o primeiro dentista em Paraíso do Tocantins. O Dr. Izac cumpriu dois mandatos de vereador e exerceu a função de 1º Escrivão do Crime de Paraíso. Dedicou-se à vida pública, finalizando recentemente como Presidente da Associação dos Aposentados e Pensionistas de Paraíso, da qual foi fundador.

Izac Cavalcante deixou esposa, D. Izaira Lopes Cavalcante, e seis filhos: Idelson Oder Lopes Cavalcante, José Francisco Cavalcante Neto, Idelvan Lopes Cavalcante, Izac Soares Cavalcante Filho, William Lopes Cavalcante e Shirle Maria Lopes Cavalcante.

Sr. Presidente, naqueles tempos duros de desbravamento da Amazônia, o Dr. Izac foi perseguido pela revolução e foi preso. Em razão de fazer da sua profissão de dentista um verdadeiro sacerdócio, resistiu à truculência daquela época e concentrou o seu idealismo na construção da democracia.

Muito obrigado.

O SR. ROMERO JUCÁ – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder do PFL.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Tem a palavra o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Como líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pedi a palavra pela Liderança do PFL apenas para comunicar à Casa que ontem houve a passagem da Direção do nosso Partido: o Presidente Jorge Bornhausen, que foi designado Embaixador em Portugal pelo Governo brasileiro, passou-a para o Vice-Presidente, Deputado Federal José Jorge Vasconcelos, de Pernambuco.

Gostaria aqui, Sr. Presidente, de registrar, em primeiro lugar, o grande trabalho realizado pelo Presidente do nosso Partido, Jorge Bornhausen. Homem de formação liberal, de extrema seriedade e competência, conhecido nacional e internacionalmente, o Presidente Jorge Bornhausen fez um belíssimo trabalho de consolidação do Partido e, mais do que isso, de posicionamento do Partido nos momentos importantes da história recente nacional.

Tem sido a direção do PFL um pilar importantíssimo não só das reformas democráticas mas também das reformas econômicas e sociais que o País tem vivido nos últimos tempos. Como Líder do PFL, é, mais do que meu dever, minha satisfação ressaltar aqui o trabalho grandioso empreendido por Jorge Bornhausen e agora também a sua nova missão que, sem dúvida, vai honrar muito não só o Governo brasileiro mas também e especialmente as cores do nosso Partido.

O Presidente Jorge Bornhausen assume a Embaixada de Portugal e poderá, sem dúvida nenhuma, com o seu trabalho, com a sua experiência, consolidar o espaço brasileiro na Comunidade Européia, tendo Portugal como porta de entrada.

Por outro lado, assumiu a Presidência do Partido o Deputado Federal José Jorge de Vasconcelos, a quem, pessoalmente, por laços de amizade, sou muito ligado. Tive a honra de ser seu chefe de gabinete quando ele foi Secretário de Habitação do Estado de Pernambuco, e trabalhei com ele também na Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco.

Por toda a sua história política, em Pernambuco e no País, por toda a sua garra, competência e espírito administrativo, tenho certeza de que o Deputado José Jorge vai continuar o brilhante trabalho realizado pelo Presidente Jorge Bornhausen. E, cada vez mais, o PFL, como um Partido soberano, democrático, que busca a melhoria das condições de vida da população brasileira, irá se consolidar estrategicamente no País.

Gostaria de registrar que a primeira ação do Presidente José Jorge foi exatamente organizar uma ampla discussão no Partido, com convidados, para a realização de um seminário sobre a proposta que o PFL fará para apoiar a reforma agrária – questão extremamente importante nos dias atuais.

Portanto, fica aqui este registro, Sr. Presidente, e a satisfação de ver, por um lado, o Presidente Jorge Bornhausen designado para as novas missões que vão engrandecer a sua vida política e o Partido; por outro lado, que o Partido continuará em excelentes mãos, as do Deputado José Jorge de Vasconcelos.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra, nos termos do art. 14 do Regimento Interno, ao Senador Edison Lobão. S. Exª dispõe de 5 minutos.

O SR. EDISON LOBÃO (PFL-MA. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, segundo dados diariamente divulgados pela imprensa, baseados em informativos de órgãos nacionais e internacionais, está ocorrendo no mundo uma conjuntural escassez de alimentos.

No Brasil, paralelamente a esse fato, registra-se, nos vários pontos do País, uma queda no preço das terras cultiváveis. Entre fevereiro de 1995 e fevereiro do corrente ano, caiu em 36,82%, no Estado de São Paulo, o preço médio por hectare das terras de qualidade, corrigido pelo IGP, e, no Paraná, houve uma queda real de 33% em relação ao hectare de terra destocada e mecanizada.

Estes os dados divulgados pelo Instituto de Economia Agrícola de São Paulo.

Entre nós, parece clara a vinculação do risco de escassez de alimentos, a serem produzidos por nossos produtores, e a queda no preço das terras agricultáveis.

Na essência de tais problemas estão as sabidas dificuldades por que passam os nossos homens do campo. Mesmo as terras de melhor qualidade, após proporcionarem boas colheitas, necessitam dos nutrientes que lhes foram extraídos das entranhas, e dos corretivos que devolvam sua produtividade.

Aí inicia-se o primeiro elo que envolverá o agricultor brasileiro num círculo vicioso do qual dificilmente escapará. Depara-se com os altos preços dos fertilizantes; vai ao banco, se tem crédito, para buscar os financiamentos que viabilizem a continuidade do seu trabalho. E, afinal, assume dívidas que, em função dos juros extorsivos, não terá condições de pagar com o resultado das suas futuras colheitas.

Temos acompanhado dramáticas reportagens, na televisão e na imprensa, que expõem tais dificuldades. Agricultores, muitos de porte médio, que simplesmente paralisaram suas atividades, dedicando-se apenas ao cultivo da sobrevivência familiar. Outros que, massacrados pelas dívidas assumidas junto aos bancos – entre os quais os estatais -, entregam todo o seu patrimônio aos credores e deslocam-se para as cidades, juntando-se aos tantos desempregados que se acumulam desesperançados nos grandes centros urbanos.

Já não me refiro, Sr. Presidente, à carência social que desestimula a fixação familiar no campo, objeto de pronunciamentos meus anteriores.

Estou hoje apenas enfatizando que, sem os cuidados exigidos pela terra agricultável, não se logram produções satisfatórias. E ao homem do campo está sendo praticamente inviável adquirir corretivos e fertilizantes sem cair na infernizante malha do círculo vicioso dos juros impagáveis, que o levarão à ruína.

Sem a adubação e outros cuidados não se alcança a produção adequada. Sem produção, não há lucro. Sem lucro, não há estímulo para o replantio.

Em face de tal realidade, perde o produtor e perde o País. Com a escassez de oferta de alimentos, há o encarecimento dos produtos e, no final do círculo, ressurge o fantasma da inflação.

O custo da terra em baixa, na verdade, barateia as desapropriações pretendidas para a reforma agrária. Esquece-se, porém, que os colonos assentados nessas terras, e que terão assim realizado o sonho das suas conquistas, transformam-se em produtores rurais e, do mesmo modo que os demais produtores brasileiros, vão sentir na pele as mesmas dificuldades para adquirir os fertilizantes necessários à produção das suas culturas.

O sem terra assentado, portanto, será uma nova vítima da nossa política agrícola, levada adiante sob a pressão de juros de agiota.

Os juros altos, como se sabe, vêm a ser uma estratégia necessária para frear o excesso de consumo, que levaria a uma expansão de pressões inflacionárias. No entanto, é preciso que se reveja tal estratégia – o que, aliás, tem sido freqüentemente dito pelas nossas principais autoridades, embora a teoria do discurso ainda esteja longe da prática. Não se pode apertar demais o cinto, para que não se invertam os resultados colimados.

Ainda recentemente, leu-se na imprensa que o **Bank for International Settlements**, o respeitado Banco de Compensações Internacional (BIS), que vem a ser um Superbanco Central, conclamou os Bancos Centrais nacionais a não perderem o senso da medida, ao se deixarem influenciar pela tentação do exagero na dose que impõem ao combate à inflação.

Compreende-se a dificuldade que envolve nossas autoridades econômicas diante de tal dilema: sabem do efeito desestimulante e desastroso dos juros altíssimos, talvez os mais elevados cobrados em todo o mundo, mas têm de se valer dessa estratégia para manter sob controle a inflação, corrosiva e destruidora.

No entanto, é preciso que se reexamine tal estratégia. Aparar os excessos que talvez existam.

O fato sabido e reconhecido é o de que os nossos agricultores não têm condições de produzir à sombra de uma espada de Dâmocles, pronta a decepar-lhes a cabeça. E o País não pode esperar por muito tempo as soluções que salvem a agricultura brasileira.

Sr. Presidente, são essas as dificuldades que estão sendo vividas, neste momento, pelos nossos agricultores. E no epicentro dessa crise toda, há também o problema da reforma agrária, o qual acaba de se referir o eminente Senador Romero Jucá.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra à Senadora Benedita da Silva. S. Exª dispõe de 20 minutos.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT-RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srªs. e Srs. Senadores, vou abordar um tema da atualidade da vida brasileira: as Olimpíadas. Faço-o, porque desejo aqui destacar a atuação dos atletas brasileiros.

As Olimpíadas têm origem na Grécia antiga, mas os jogos olímpicos modernos, disputados de

quatro em quatro anos, ressurgiram em 1894, também na Grécia, com a participação de 13 países e um total de 311 atletas, todos homens.

Já nos II Jogos, realizados em 1900, na França, 22 países participaram, com um total de 1.330 atletas, competindo, na oportunidade, as 11 primeiras mulheres atletas da história. Foi durante esse período que se formou o Comitê Olímpico Internacional, com sede em Lausanne, na Suíça, com o objetivo de organizar e administrar os Jogos.

A partir daí, ainda que muitas vezes improvisadamente, os Jogos foram acontecendo. Em 1908, em Londres, o evento realizava-se num nível um pouco mais profissional, e a sua organização e sucesso renovaram as esperanças e as expectativas com o futuro das competições.

O número de atletas participantes se manteve sempre crescente, assim como a participação das mulheres, que, a cada Olimpíada, se fazia mais expressiva. Em 1912, na Suécia, participaram 57 mulheres; em 1920, na Bélgica, 64 mulheres (foi quando, pela primeira vez, o Brasil participou das Olimpíadas); em 1924, na França, 136 mulheres; em 1928, na Holanda, 290 mulheres, e assim por diante, até os dias de hoje, quando milhares de atletas femininas participam ativamente das competições.

Quero aqui destacar que nós investimos muito pouco no esporte e, sem dúvida nenhuma, se temos algo para festejar, além das medalhas, é o fato de termos as nossas atletas colocando o Brasil em destaque com a sua atuação.

Sem querer aqui estabelecer um "Clube da Luluzinha", desejo registrar também que as nossas atletas não recebem nem mesmo o pequeno apoio dado aos atletas masculinos. No entanto, até mesmo atletas assalariadas, que percebem salário mínimo, estão conseguindo reverter a imagem do Brasil com a sua atuação. Não quero ser radical e severa, porque estou torcendo integralmente pelo sucesso do Brasil, do contrário de nada valerá a pressão que estaremos fazendo para que as Olimpíadas de 2004 aconteçam no Brasil.

O Sr. Romero Jucá – V. Exª me permite um aparte?

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Concedo o aparte a V. Exª.

O Sr. Romero Jucá – Senadora Benedita da Silva, o discurso de V. Exª é muito pertinente, porque, a par de todas as vitórias decorrentes do esforço empreendido pelos atletas nos Jogos Olímpicos, é importante também registrar – e não se pode esconder isso – que não há, efetivamente, uma política sistematizada e direcionada para a formação de atletas, incentivo ao esporte, enfim, de tudo aquilo por que V. Exª está pugnando da tribuna. Gostaria de registrar que as vitórias eventuais que estamos tendo são fruto ou de um esforço pessoal de atletas abnegadas e dedicadas, que, muitas vezes, sacrificam o próprio estilo de vida no sentido de buscar uma vitória – é o caso da maioria dos nossos atletas -; ou simplesmente é o esforço isolado de determinada empresa ou de determinado órgão público, que apóia ou patrocina determinado atleta. Penso que isso precisa mudar, precisa ficar claro que o Brasil tem que ter uma política de desportos voltada para a massificação, para a formação dos jovens, a fim de que não recorram às drogas, ao crime e não se deparem com todas as circunstâncias ruins que, como sabemos, a juventude é exposta. Eu gostaria de parabenizá-la, como também de parabenizar e registrar a grande participação da bancada feminina nessas Olimpíadas. Sem dúvida nenhuma, são as mulheres brasileiras que nos estão deixando mais alegres, que estão lavando a nossa alma, que estão demonstrando efetivamente que o brasileiro pode disputar essa competição mundial de igual para igual. Meus parabéns às atletas brasileiras. Minha recomendação e meu apoio ao discurso de V. Exª, no sentido de que o Governo brasileiro, um dia, tenha uma política de esportes voltada para a formação efetiva e apoio aos jovens desportistas brasileiros.

A SRA. BENEDITA DA SILVA – Agradeço o aparte de V. Exª, que muito acrescenta ao meu discurso.

Parece-me que o assunto reflete apenas momentos de lazer. Todavia, sabemos do espírito das Olimpíadas, do sonho realizado pelo Barão de Coubertin, uma vez que o surgimento da Vila Olímpica foi uma forma de incentivar o espírito esportivo e a aproximação dos povos. Não é algo banal. Sabemos que alguns avanços tecnológicos surgiram nessa ocasião, como os cronômetros automáticos e as câmeras para auxiliarem na precisão dos resultados. Parece que não estamos acompanhando os avanços tecnológicos que precedem a preparação dos atletas. É para isso que eu gostaria de chamar a atenção do Plenário.

Durante a Segunda Guerra Mundial, os Jogos estiveram parados. Mas, em 1948, Londres, em meio aos escombros da guerra, aceitou sediar os XIV Jogos, quando surgiu o prazo de duração inferior a um mês para a sua realização, adotado a partir de então. Foi a primeira Olimpíada com a presença

de atletas comunistas, devido à nova ordem política mundial.

Chamo a atenção para esses dados, a fim de que possamos entender a questão dos povos.

Estamos vendo hoje, por exemplo, Cuba e Estados Unidos nas Olimpíadas. É evidente que ali não há apenas uma competição de jogo, há também uma questão política com relação ao embargo que se faz a Cuba, que, por sua vez, demonstra, através de seus atletas, por que quer continuar sendo um país independente. É por isso que hoje entendemos a importância das Olimpíadas. Não significam apenas um momento de entretenimento, mas também uma demonstração política da potência que os países exercem no momento da disputa dos jogos.

Portanto, temos de dar ao Brasil o mesmo tratamento.

Foi nos jogos realizados em Los Angeles que o brasileiro Joaquim Cruz estabeleceu o recorde olímpico nos 800 metros rasos: 1 minuto e 43 segundos. E nos jogos de Barcelona, em 1992, os últimos realizados antes dos atuais, em Atlanta, as novas tecnologias a serviço do esporte ajudaram a estabelecer 16 novos recordes mundiais e 30 olímpicos.

É preciso que haja reflexão e perspectiva dessa situação.

A história dos Jogos Olímpicos se confunde com a própria história da humanidade. Através dos tempos, os níveis de complexidade atingidos pelas sociedades ocidentais e orientais estão retratados de múltiplas formas. Na cultura, nas artes, na ciência, na tecnologia, nos esportes, o ser humano vem desenhando uma espiral ascendente, rumo a um desenvolvimento cada vez mais pleno de suas inúmeras potencialidades.

Comemorando os 100 anos dos Jogos Olímpicos, sediados este ano em Atlanta, palco de discórdias e conquistas, berço do imortal líder pacifista Martin Luther King, seria interessante refletirmos a que nível de importância chegou esse evento, que mobiliza, de quatro em quatro anos, praticamente o mundo inteiro.

Àqueles que não conseguem dimensionar verdadeiramente a importância e o universo em que se inserem os Jogos Olímpicos, atualmente faz-se necessário relembrar que existem milhares de pessoas envolvidas direta e indiretamente na sua preparação e execução; milhares de atletas dos quatro cantos do Planeta treinam exaustivamente, dando seu suor e seu sangue para poderem bem representar seus países, para superarem recordes, para se colocarem como verdadeiros heróis. Isso sem contar a projeção que as cidades-sede das Olimpíadas alcançam a partir da realização desse evento colossal e sem contar as somas gigantescas que atingem a casa dos milhões de dólares a título de investimentos e lucros.

Nesse sentido, basta assinalar que, em Atlanta, os direitos exclusivos de transmissão pela televisão para os Estados Unidos, através da NBC, foram vendidos por US$435 milhões. Para as Olimpíadas de 2004, mesmo antes de escolhida a cidade, a transmissão já foi vendida, em concorrência pública, por US$793 milhões.

Os jogos de 1984, para os quais Los Angeles foi a única candidata, foram uma espécie de divisor de águas no que se refere ao interesse em sediar Olimpíadas. Desde então, a disputa tem sido cada vez mais acirrada: duas candidaturas para os Jogos de 1988; seis para os de 1992 e 1996; oito para os do ano 2000 e onze para os de 2004.

Como não poderia deixar de ser, as razões para isso devem ser buscadas menos no espírito esportivo e mais no campo econômico. Sediar uma Olimpíada é cada vez mais um excelente negócio, capaz de trazer enormes benefícios não apenas às pessoas e entidades diretamente ligadas à sua organização, mas a toda a população da cidade escolhida. Para se ter uma idéia do retorno potencial dos Jogos, basta examinarmos alguns números. As Olimpíadas de Atlanta estão reunindo cerca de 15 mil atletas e dirigentes de 197 países, distribuídos em 28 modalidades esportivas, mais 150 mil profissionais envolvidos – é a chamada família olímpica – para um público direto de 3 milhões de pessoas e mais 2 bilhões de telespectadores, diariamente, durante o evento.

Embora os custos dessa promoção sejam cada vez mais elevados, o Comitê Rio 2004 calcula que se obteria aqui uma receita da ordem de 1 bilhão, 575 milhões de reais contra gastos de 1 bilhão, 560 milhões de reais – um lucro, portanto, de 15 milhões de reais.

O Projeto Rio 2004 é um sonho possível.

Uma decisão de capital importância para governos e habitantes de onze cidades do mundo será tomada na cidade suíça de Lausanne, dentro de pouco mais de um ano: um grupo de dirigentes do esporte vai escolher, em setembro de 97, qual será a cidade-sede das Olimpíadas de 2004. Atenas, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Estocolmo, Istambul, Lille, San Juan de Porto Rico, São Petesburgo e Sevilha concorrem com o nosso Rio de Janeiro pelo privilégio de abrigar um evento

cuja significação ultrapassa em muito os limites do esporte.

O Projeto Rio 2004 aspira a tornar vitoriosa a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos que serão realizados no ano de 2004 e atrair, assim, para a cidade, o maior acontecimento desportivo mundial. Os Jogos Olímpicos possibilitarão, de forma concreta, a melhoria da qualidade de vida da população do Rio de Janeiro.

É importante ressaltar que, desde Barcelona, palco dos Jogos de 1992, o Comitê Olímpico Internacional vem utilizando o evento como forma de revitalizar as cidades que os sediam.

Programados para o período de 17 de julho a 03 de agosto, os Jogos ganharão ressonância especial se forem realizados no Rio de Janeiro - porta internacional de entrada para o Brasil. Durante oito anos, pelo menos, e em função das obras necessárias, vai-se desenvolver um potencial de empregos para cerca de oitenta a cem mil pessoas.

Com uma única exceção, todas as competições serão realizadas numa mesma cidade. Isso favorece não só o deslocamento dos atletas, mas também o do público, dado que todas as provas irão acontecer a uma distância que chegará no máximo a 20 km entre uma e outra. Corresponde, portanto, aos Jogos das distâncias curtas. A única prova mais afastada, a de canoagem em águas revoltas, se realizará no interior do Estado.

O clima do Rio é outro aspecto importante. Nessa época do ano chove pouco e a umidade relativa do ar é perfeita para competições desse nível. A temperatura varia em torno de 23º C, o que favorece a quebra de recordes. Outro fator relevante é que o nosso Continente, assim como o Africano, nunca sediou os Jogos Olímpicos. País sul-americano de maior área e população o Brasil participa, desde 1920, de atividades desportivas internacionais.

Quem apóia a idéia.

Em maio de 1995, a Rio 2004 foi constituída e teve a aprovação do Comitê Olímpico Brasileiro para representar junto ao COI a candidatura do Rio de Janeiro. O Presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman; o Presidente da Rio 2004, Ronaldo César Coelho, Governos federal, estadual e municipal, políticos, ONGs, empresas e entidades, estão envolvidos direta ou indiretamente no projeto e alimentam grandes esperanças na vitória da candidatura da cidade.

O Rio de Janeiro possui uma infra-estrutura esportiva de excelente categoria: 60% das instalações de treinamento e de competições já existem, afirma João Havelange, Presidente da FIFA e membro do COI, grande entusiasta do projeto.

Situação econômica:

A organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro custará cerca de 1 bilhão e 600 milhões de dólares. Já existe um plano de receita para cobrir esse montante: todos os recursos são provenientes da iniciativa privada e mais de 70% do exterior, através da venda de direitos para televisão, participação na receita dos patrocínios internacionais, venda de licenciamentos, etc.

Vantagens para a cidade:

O Projeto Rio 2004 prevê a criação de seis áreas destinadas às instalações esportivas: Fundão, Maracanã, Flamengo, Lagoa, Copacabana, Barra da Tijuca e Vila Militar.

As seis áreas ficarão interligadas basicamente por duas vias principais de transporte. Uma será a Linha Vermelha, que conecta quatro dessas áreas; a outra, a Linha Amarela, que será concluída este ano. Portanto, a infra-estrutura do transporte básico da família olímpica estará garantida, incrementando, também, o setor de transporte público.

Outro fator a destacar é que todos esses projetos estão sendo concebidos levando-se em conta o uso posterior das instalações. Quando não houver garantia de seu uso, as construções terão caráter temporário e a organização dos Jogos arcará com os custos. Por exemplo, na área do Fundão, no centro nervoso dos Jogos, ficarão a Vila Olímpica, o Comitê Organizador, a Vila da Mídia e o Hospital Olímpico. No decorrer de um evento da magnitude de uma Olimpíada é importante que estejam à disposição de todos que dela participam (atletas, dirigentes e público) recursos médicos capazes de atender às necessidades de uma clientela de ambos os sexos e de idades variáveis.

Eu poderia discorrer aqui sobre as vantagens de os Jogos Olímpicos no Brasil serem sediados na cidade do Rio de Janeiro, mas o tempo não me permite. Por isso, Sr. Presidente, peço que o meu pronunciamento seja registrado na íntegra, para que possamos, depois da sua leitura e análise, destacar as razões pelas quais desejamos que a cidade do Rio de Janeiro seja escolhida para sede dos Jogos de 2004. Queremos, evidentemente, contar com o apoio do Senado Federal.

Há grande interesse, de nossa parte, em que o Rio de Janeiro seja privilegiado e possa sediar as Olimpíadas de 2004. Isso justifica perfeitamente a pressão que o nosso Estado e a nossa cidade estão

fazendo, assim como o convite aceito pelos Parlamentares da Bancada do Rio de Janeiro para a ir à Atlanta. Isso se justifica pelo fato de que temos interesse em revitalizar a cidade do Rio de Janeiro, tão sofrida e difamada, projetada como a mais violenta e desestruturada cidade do País. Temos nessa oportunidade a perspectiva de revitalizá-la, pois já temos 32 empresas da iniciativa privada, organizações não-governamentais além dos Governos federal, estadual e municipal apoiando essa iniciativa.

O Comitê Rio 2004 convidou-nos para participar desse movimento, razão pela qual nos fazemos presentes nessa oportunidade, colaborando com a iniciativa perfeitamente legítima em defesa não só da cidade do Rio de Janeiro, mas do Brasil.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A SRª BENEDITA DA SILVA EM SEU PRONUNCIAMENTO.

RIO DE JANEIRO

– Sede das Olimpíadas 2004 –
UM SONHO POSSÍVEL

Senadora **Benedita da Silva** – PT/RJ

Histórico

As olimpíadas tem origem na Grécia antiga, mas os jogos olímpicos modernos, disputados de quatro em quatro anos, ressurgiram em 1894, também na Grécia, com a participação de 13 países e um total de 311 atletas, todos homens. Esse renascimento se deu a partir do trabalho notável do jovem Pierre de Fredi, educador francês, conhecido como Barão de Coubertin. Idealista, ele acreditava que a grandeza da cultura grega estava muito ligada ao fato de que aquela sociedade dera a devida importância às competições esportivas.

Já nos II Jogos, em 1900, realizados na França, 22 países participaram com um total de 1.330 atletas, competindo, na oportunidade, as 11 primeiras mulheres atletas da história. Foi durante esse período que se formou o Comitê Olímpico Internacional, com sede em Lousanne, na Suíça, com o objetivo de organizar e administrar os jogos.

A partir daí, ainda que muitas vezes improvisadamente, os Jogos foram acontecendo. Em 1908, em Londres, o evento realizava-se num nível um pouco mais profissional cuja organização e sucesso renovaram as esperanças e as expectativas para com o futuro das competições.

O crescimento do número de atletas participantes se manteve sempre crescente assim como a participação das mulheres, que a cada Olimpíada se fazia mais expressiva. Em 1912, na Suécia, participaram 57 mulheres; em 1920, na Bélgica, 64 mulheres (foi quando, pela primeira vez, o Brasil participou das Olimpíadas); em 1924, na França, 136 mulheres; em 1928, na Holanda, 290 mulheres, e assim por diante até os dias de hoje, quando milhares de atletas femininas participam ativamente das competições.

Os Jogos de 1932, em Los Angeles, foram bastante prejudicados devido à depressão econômica pela qual passava o país. Mesmo assim, foi aí que se realizou mais um sonho do Barão de Coubertin: o surgimento da Vila Olímpica como forma de incentivar o espírito esportivo e a aproximação dos povos. Alguns avanços tecnológicos surgiram nessa ocasião como os cronômetros automáticos e as câmeras para auxiliar na precisão dos resultados.

Coubertin faleceu em 1937. Um ano antes realizava-se os XI Jogos em Berlin. Hitler tornou essa olimpíada famosa porque buscou nela fundamentar sua lamentável teoria ariana da superioridade da raça branca. Os resultados negativos do seu país e a performance dos atletas negros, como o americano Jesse Owens, que conquistou 4 medalhas de ouro no atletismo, desmentiram seu raciocínio tortuoso e demente.

Durante o período da 2ª Guerra Mundial os Jogos estiveram parados. Mas em 1948, Londres, em meio aos escombros da guerra, aceitou sediar os XIV Jogos, quando surgiu o prazo de duração inferior a um mês para a sua realização, adotado a partir de então. Foi a primeira olimpíada com a presença de atletas comunistas, devido à nova ordem política mundial.

Os XIX Jogos, realizados no México, em 1968, tiveram fatos marcantes como a introdução dos testes de confirmação sexual para mulheres e o episódio que envolveu dois corredores americanos premiados. Esses, aproveitaram para protestar contra o racismo em seu país vestindo uma luva negra, cerrando o punho bem alto, durante a premiação no pódio. Foram punidos com a suspensão e o desalojamento da Vila Olímpica.

Munique, durante os Jogos de 1972, foi palco de uma tragédia envolvendo atletas israelenses mortos, extremistas palestinos e atiradores de elite. O terrorismo internacional tornou-se então uma preocupação constante. A partir daí, enormes esquemas de segurança foram montados para os Jogos.

Foi nos Jogos realizados em Los Angeles, que o brasileiro Joaquim Cruz estabeleceu o record olímpico nos 800 metros rasos: 1 minuto e 43 segundos. E nos Jogos de Barcelona, em 1992, os últimos realizados antes dos atuais, em Atlanta, as novas tecnologias a serviço do esporte ajudaram a estabelecer 16 novos recordes mundiais e 30 olímpicos.

Reflexões e Perspectivas

A história dos Jogos Olímpicos se confunde com a própria história da humanidade. Através dos tempos, os níveis de complexidade atingidos pelas sociedades ocidentais e orientais estão retratados de múltiplas formas. Na cultura, nas artes, na ciência, na tecnologia, nos esportes, o ser humano vem desenhando uma espiral ascendente rumo a um desenvolvimento cada vez mais pleno de suas inúmeras potencialidades.

Comemorando os 100 anos dos Jogos Olímpicos, sediados este ano em Atlanta, palco de discórdias e conquistas, berço do imortal líder pacifista Martin Luther King, seria interessante refletirmos a que nível de importância chegou esse evento que mobiliza, de quatro em quatro anos, praticamente o mundo inteiro.

Àqueles que não conseguem dimensionar verdadeiramente a importância e o universo em que se inserem os Jogos Olímpicos atualmente faz-se necessário relembrar que existem milhares de pessoas envolvidas direta e indiretamente na sua preparação e execução; milhares de atletas dos quatro cantos do planeta, treinando exaustivamente, dando seu suor e seu sangue para poderem bem representar seus países, para superarem recordes, para se colocarem como verdadeiros heróis. Isso sem contar a projeção que as cidades-sede das Olimpíadas alcançam a partir da realização desse evento colossal. Isso sem contar as somas gigantescas que atingem a casa dos milhões de dólares a título de investimentos e lucros.

Nesse sentido, basta assinalar que em Atlanta os direitos exclusivos de transmissão pela televisão para os Estados Unidos, através da NBC, foram vendidos por 435 milhões de dólares. Para a Olimpíada de 2004, mesmo antes de escolhida a cidade, a transmissão já foi vendida, em concorrência pública, por 793 milhões de dólares.

Os jogos de 1984 para os quais Los Angeles foi a única candidata, foram uma espécie de divisor de águas no que se refere ao interesse em sediar Olimpíadas. Desde então, a disputa tem sido cada vez mais acirrada: duas candidaturas para os Jogos de 1988; seis para os de 1992 e 1996; oito para os do ano 2000 e 11 para os de 2004. Como não poderia deixar de ser, as razões para isso devem ser buscadas menos no espírito esportivo e mais no campo econômico. Sediar uma Olimpíada é cada vez mais um excelente negócio, capaz de trazer enormes benefícios não apenas às pessoas e entidades diretamente ligadas à sua organização, mas a toda a população da cidade escolhida. Para se ter uma idéia do retorno potencial dos jogos, basta examinarmos alguns números. A Olimpíada de Atlanta está reunindo cerca de 15 mil atletas e dirigentes de 197 países distribuídos em 28 modalidades esportivas, mais 150 mil profissionais envolvidos – é a chamada família olímpica – para um público direto de 3 milhões de pessoas e mais 2 bilhões de telespectadores, diariamente, durante o evento. Embora os custos dessa promoção sejam cada vez mais elevados, o Comitê Rio 2004 calcula que se obteria aqui uma receita da ordem de 1 bilhão 575 milhões de reais contra gastos de 1 bilhão 560 milhões de reais – um lucro, portanto, de 15 milhões de reais.

O Projeto Rio 2004 – um sonho possível

Uma decisão de capital importância para governos e habitantes de 11 cidades do mundo será tomada na cidade suíça de Lousanne, dentro de pouco mais de um ano: um grupo de dirigentes do esporte vai escolher, em setembro de 97, qual será a cidade-sede das Olimpíadas de 2004. Atenas, Buenos Aires, Cidade do Cabo, Estocolmo, Istambul, Lie, San Yuan de Porto Rico, São Petesburgo e Sevilha concorrem com o nosso Rio de Janeiro pelo privilégio de abrigar um evento cuja significação ultrapassa em muito os limites do esporte.

O Projeto da Rio 2004 aspira a tornar vitoriosa a candidatura do Rio de Janeiro para sediar os Jogos Olímpicos que serão realizados no ano de 2004, e atrair, assim, para a cidade, o maior acontecimento desportivo mundial. Os Jogos olímpicos possibilitarão, de forma concreta, a melhoria da qualidade de vida da população do Rio de Janeiro. É importante ressaltar que, desde Barcelona, palco dos Jogos de 1992, o Comitê Olímpico Internacional vem utilizando o evento como forma de revitalizar as cidades que os sediam.

Programados para o período de 17 de julho a 3 de agosto os Jogos ganharão ressonância especial se forem realizados no Rio de Janeiro – porta internacional de entrada para o Brasil. Durante oito anos, pelos menos, e em função das obras necessárias, vai-se desenvolver um potencial de empregos para cerca de oitenta a cem mil pessoas. Com uma única exceção, todas as competições serão realizadas numa mesma cidade. Isso favorece não só o deslocamento dos atletas, mas também o do público, dado que todas as provas irão acontecer a uma distância que chegará, no máximo, a 20 km entre uma e outra. Corresponde, portanto, aos Jogos das distâncias curtas. A única prova mais afastada, a de canoagem em águas revoltas, se realizará no interior do Estado.

O clima do Rio é outro aspecto importante. Nessa época do ano chove pouco e a umidade relativa do ar é perfeita para competições desse nível. A temperatura varia em torno de 23º C, o que favorece a quebra de recordes. Outro fator relevante é que nosso continente, assim como a África, nunca sediou os Jogos Olímpicos. País sul-americano de maior área e população, o Brasil participa, desde 1920, de atividades desportivas internacionais.

Quem apoia a idéia

Em maio de 1995, a Rio 2004 S/C foi constituída e teve a aprovação do Comitê Olímpico Brasileiro para representar junto ao COI a candidatura do Rio de Janeiro. O presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, o Presidente da Rio 2004, Ronaldo César Coelho, governos federal, estadual e municipal, políticos, ONGs, empresas e entidades, estão envolvidos direta ou indiretamete no projeto e alimentam grandes esperanças na vitória da candidatura da cidade.

O Rio de Janeiro possui uma infra-estrutura esportiva de excelente categoria: 60% das instalações de treinamento e de competições já existem, afirma João Havelange, Presidente da FIFA e membro do COI, grande entusiasta do projeto.

Situação Econômica

A organização dos Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro custará cerca de 1 bilhão e 600 milhões de dólares. Já existe um plano de receita para cobrir esse montante: todos os recursos são provenientes da iniciativa privada e mais de 70% do exterior, através da venda de direitos para televisão, participação na receita dos patrocínios internacionais, venda de licenciamentos, etc.

Vantagens para a cidade

O projeto da Rio 2004 prevê a criação de seis áreas destinadas às instalações esportivas: Fundão, Maracanã, Flamengo, Lagoa e Copacabana, Barra da Tijuca e Vila Militar.

As seis áreas ficarão interligadas basicamente por duas vias principais de transporte. Uma será a Linha Vermelha, que conecta quatro dessas áreas; a outra, a Linha Amarela, que será concluída este ano. Portanto, a infra-estrutura do transporte básico da família olímpica estará garantida, incrementando também o setor de transporte público.

Outro fator a destacar é que todos esses projetos estão sendo concebidos levando em conta o uso posterior das instalações. Quando não houver garantia de seu uso, as construções terão caráter temporário, e a organização dos Jogos arcará com os custos. Por exemplo, na área do Fundão, no centro nervoso dos Jogos, ficarão a Vila Olímpica, o Comitê Organizador, a Vila da Mídia e o Hospital Olímpico. No decorrer de um evento da magnitude de uma Olimpíada é importante que estejam à disposição de todos que dela participam (atletas, dirigentes e públicos) recursos médicos capazes de atender às necessidades de uma clientela de ambos os sexos e de idades variáveis.

O Hospital Universitário Clementino Fraga Filho atende uma população de mais de 1 milhão de habitantes, nas especialidades clínicas e cirúrgicas e conta com um corpo de médicos e enfermeiros altamente especializados, além de uma tecnologia cuja referência extrapola os limites do município recebendo pessoas de todo o país.

Após o término dos Jogos, o centro de TV, Rádio e Imprensa será transformado em Centro de Convenções; a sede do Comitê de organização obrigará a nova Reitoria da UFRJ e o Hospital Olímpico será entregue à Comunidade. A Vila Olímpica e a Vila da Mídia vão atender às necessidades de alojamento dos estudantes universitários.

Um belo projeto arquitetônico unirá a área do Maracanã às da Quinta da Boa Vista e do Pavilhão de São Cristóvão, criando-se na Zona Norte do Rio, região que carece de espaços de lazer, um parque de área equivalente ao Central Park, em Nova York.

Meio-ambiente

Outro ponto a destacar no projeto que vem despertando interesse cada vez maior, por parte do Comitê Olímpico Internacional, é a preservação do meio ambiente. A candidatura do Rio está sendo assessorada, desde já por nove organizações não-governamentais especializadas em meio ambiente, entre os quais o Greenpeace. Além disso, o projeto da candidatura do Rio de Janeiro acelera o processo de despoluição da Baía da Guanabara, a ser utilizada nas provas de vela. A área da Lagoa Rodrigo de Freitas passará por um processo de limpeza que lhe permitirá sediar as competições de remo e canoagem.

Uma cidade bem preparada

A realização de um grande evento internacional com os Jogos Olímpicos exige um planejamento de segurança específico e rigoroso – como aliás, foi feito durante a Conferência da Eco 92, que reuniu mais de 100 chefes de Estado e milhares de participantes, sem que ocorresse qualquer incidente. Uma das grandes vantagens do Projeto em relação à segurança é a localização da Vila Olímpica no Fundão, local cujo acesso é facilmente controlado e próximo ao Aeroporto Internacional.

Considerações Finais

Para sediar uma Olimpíada, a cidade escolhida é obrigada a realizar inúmeras obras de infra-estrutura que, obviamente, não são destruídas depois de encerrado o evento. No caso do Rio de Janeiro, será preciso investir maciçamente não apenas na construção e reforma de instalações esportivas, mas em obras de que a cidade muito necessita, em especial nos setores de saneamento básico, urbanização de favelas, ampliação e modernização da rede hoteleira, melhoramentos no sistema de transporte, na segurança e nas telecomunicações. Tudo isso, mais a construção de três novos parques urbanos, vai acarretar a criação de 100 mil novos empregos. Sem falar na projeção internacional que a cidade vai ganhar, com reflexos diretos sobre o turismo. Espera-se que, ao final dos Jogos Olímpicos de 2004, o Rio de Janeiro esteja totalmente renovado, dispondo de uma infra-estrutura capaz de acompanhar o progresso das décadas seguintes.

Para que essas projeções se concretizem contudo faz-se evidentemente necessário, antes de mais nada unir esforços na luta de idéias e opiniões diferentes, e até mesmo conflitantes, a se juntar em prol do ideal comum de tornar vitoriosa a candidatura do Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos de 2004. Vencida esse batalha fundamental, ainda não estará ganha a guerra. Faz-se necessário que os setores responsáveis que incluem governos federal estadual e municipal, além do empresariado e da comunidade esportiva não percam de vistas as questões de longo prazo. A possibilidade de enormes lucros imediatos pode desviar o foco dos organizadores o que seria lastimável ante todo o potencial que esse evento representa para uma cidade, ao mesmo tempo tão linda e tão sofrida

Esclarecimentos

É fundamental traçar o presente mapa, de uma situação extremamente favorável que envolve a candidatura do Rio para sediar as Olimpíadas para 2004. Todos os aspectos abordados no presente documento são importantes inclusive para que alguns setores da imprensa entendam que a viagem do grupo de parlamentares à Atlanta faz parte da estratégia do Comitê Rio 2004 sendo portanto perfeitamente legítima. Ou por má-fé ou por desinformação criou-se uma avalanche de críticas àquilo que, no meu entender, deveria obter apoio da imprensa nacional.

O período da ida Atlanta (31 de julho a 5 de agosto) não tem qualquer simultaneidade com a pauta extraordinária (que se encerra em 31, dias da viagem) ou da sessão legislativa ordinária (que começa dia 6 de agosto) quando já estaremos de volta. Portanto afirmar que a viagem prejudicará os trabalhos de votação é falso.

Quanto aos custos da viagem queremos afirmar que a Petrobrás e a Confederação Nacional do Comércio, além da Coca-Cola, empenharam-se em cobri-los a partir do apoio que estão dando ao Comitê 2004. Quer dizer essa relação de parceria se estabeleceu com o Comitê 2004 e não com os parlamentares do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, várias empresas e entidades, ONGs, políticos, também estão apoiando, inclusive com recursos financeiros, as atividades do Comitê 2004. As verbas necessárias para fazer frente ás atividades do Comitê são todas da iniciativa privada. Como seria a reação da imprensa se a viagem fosse custeada com dinheiro público, a exemplo da França que também está lutando para sediar os próximos Jogos?

O nosso papel em Atlanta será fortalecer o Comitê 2004. Defender o Rio de Janeiro como sede dos Jogos Olímpicos, junto ao COI. Emprestar a autoridade parlamentar que nos foi conferida pelo povo, enquanto deputados federais e senadores representantes do Rio para fortalecer a sua candidatura. Estaremos também nos reunindo com parlamentares americanos que participam do esforço pró-Atlanta, assimilando aquela experiência para melhor podermos trabalhar pela concretização do nosso sonho. Tanto assim que na volta para o Brasil estaremos participando de um Seminário para montar uma estratégia de ação que visa viabilizar mais ainda o Projeto.

Realizar os Jogos Olímpicos de 2004 pode ser a redenção do Rio de Janeiro e de todo o Brasil. Que essa idéia esteja sempre na mente dos que podem concretizar esse sonho.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Nobre Senadora, o seu discurso será publicado na íntegra, na forma regimental.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao Senador José Roberto Arruda, por 5 minutos.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB-DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, registro a satisfação de todos nós – Deputado Benito Gama, Senador Elcio Alvares, eu próprio, Líderes dos Partidos que dão sustentação política ao Governo na Câmara e no Senado – pelos resultados da convocação extraordinária do Congresso Nacional neste mês de julho.

No dia 1º de julho, quando o Congresso Nacional recebeu a convocação extraordinária, os órgãos de imprensa de todo o País registraram com profundo ceticismo os trabalhos que poderiam ser desenvolvidos neste mês.

Na verdade, imaginávamos que era possível fazer com que Deputados e Senadores estivessem em Brasília, no Congresso Nacional, para discutir e votar matérias de interesse do País, muitas das quais propostas pelo Executivo. Mas o ceticismo era grande na sociedade. Imaginavam alguns que grande número de Parlamentares candidatos a Prefeitos nos seus Municípios não conseguiriam estar em Brasília para as votações.

No entanto, assistimos, neste mês de julho exatamente o contrário. O amadurecimento da sociedade e da classe política brasileira fez com que os Deputados e Senadores, mesmo aqueles que enfrentam eleições municipais, viessem a Brasília e participassem de todas as reuniões das comissões técnicas e das sessões plenárias; nunca tivemos tantas reuniões de partidos, de lideranças, de comissões, fazendo com que os assuntos, amadurecidos

nessa tramitação, viessem a plenário, fossem discutidos e votados.

O resultado que se pode avaliar, ainda que preliminarmente, dessa convocação extraordinária é extremamente importante, em primeiro lugar, para o País, porque matérias que estavam aqui adormecidas, muitas delas com tramitação lenta, letárgica, foram discutidas e votadas.

Em segundo lugar, é importante para o Governo Federal -como Líder do Governo no Congresso, devo fazer esse registro -, que se propôs a uma profunda reforma no papel do Estado na sociedade, pela via democrática, e tem encontrado respostas claras do Congresso Nacional.

Mas é importante, sobretudo, para a imagem do Congresso Nacional, o qual mostrou, mais do que nunca, que tem contado com a responsabilidade do exercício do mandato de todos os seus parlamentares.

Apenas para que V. Exªs tenham idéia, só neste mês de julho, foram votadas todas as matérias pautadas na Câmara e no Senado; todas elas, inclusive os acordos internacionais, foram discutidas e votadas, quer seja em comissões temáticas ou no plenário.

Votamos, apenas para destacar, o Estatuto da Microempresa, a redução das multas contratuais – dois assuntos que vão beneficiar os pequenos empresários e grande parte dos cidadãos brasileiros; o projeto da escuta telefônica, que há tanto tempo estava para ser regulamentado, impedindo o trabalho da Justiça; o Estatuto dos Militares; a regulamentação da telefonia celular – espero que, a partir de agora, este aparelho passe a não ser apenas enfeite, mas comece, efetivamente, a funcionar, com a entrada de capital privado no setor produtivo da economia; só este ano já se prevê a entrada de US$7 bilhões no País nessa área, com a geração de milhares de empregos; votou-se na Câmara a extinção do IPC – é interessante observar que havia uma crítica muito grande ao IPC, do qual, inclusive faço parte; porém, depois de extinto, o assunto não foi tão discutido; foi uma decisão corajosa dos Srs. Deputados extinguir o Instituto de Previdência dos Congressistas. Votou-se aquela legislação importante sobre a destruição de aeronaves hostis – votamos leis e depois não refletimos sobre a sua importância; imaginem V. Exªs que, há algum tempo, se uma aeronave hostil ao País atravessasse o território brasileiro para atingir a nossa soberania, ainda que com armas destruidoras, não poderia ser destruída pela aeronáutica brasileira porque não havia legislação para isso; ou seja, essa era uma questão fundamental de defesa nacional. Votamos a Agência Nacional de Energia Elétrica – o órgão regulador tantas vezes reclamado pelo Senado e pela Câmara; agora, temos a Aneel, que vai ser estruturada para que o capital privado possa construir usinas e redes de energia elétrica, mas tenha o Estado o aparelho regulador que fixe tarifas máximas e qualidades mínimas de serviço. Votamos a legislação que tipifica os crimes de tortura, capítulo importante na conquista dos direitos humanos neste País. Votamos o crédito de R$150 milhões, absolutamente necessário para que a Justiça Eleitoral possa realizar as eleições nas grandes capitais, já com o sistema computadorizado. Também foram aprovadas as contas do Governo Itamar Franco; foi criado o Serviço Civil Obrigatório; foi aprovada a CPMF, fundamental para que a saúde pública brasileira, ainda que de forma transitória, tenha uma melhoria, que as santas casas de misericórdia não fechem, e aqueles milhares de brasileiros que não têm conta em banco e estão nas filas dos hospitais possam, pelo menos, ser melhor atendidos. Falta apenas a votação de plenário ao projeto da Educação Fundamental, o qual, não tenho dúvida, vai revolucionar a educação básica no Brasil, de 1ª a 8ª série, ao criar os fundos de recursos estaduais, ao fazer com que sejam garantidos, ao menos, R$300,00 por ano para cada aluno da rede pública brasileira – são 30 milhões – e ao devolver a dignidade ao professor primário, o qual terá novamente um salário digno.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se no dia 1º de julho disséssemos que durante todo o mês teríamos um **quorum** de quase 500 Deputados – 490, 495 – na Câmara e de 71 a 75 Senadores no Senado, diriam que éramos visionários. No entanto, tivemos tudo isso. Esta Casa trabalhou muito durante o mês de julho. O Congresso Nacional deu uma demonstração ao País do seu interesse e da sua responsabilidade de dar legitimidade, pelo processo democrático, ao projeto de mudanças, de reformas, liderado pelo Presidente Fernando Henrique.

Trago aqui, portanto, os agradecimentos do Presidente Fernando Henrique, do Governo Federal, e o seu reconhecimento pelo trabalho feito pelo Congresso Nacional neste período de convocação extraordinária.

Viveremos alguns dias de trabalho menos intenso, o que é natural, porque há períodos regimentais que devem ser obedecidos na tramitação das matérias, mas isso nos anima e nos motiva a voltar na primeira semana de agosto a sessões deliberati-

vas e continuar a discutir e a votar esse projeto de mudanças no País.

Não tenho a menor dúvida de que a sociedade brasileira, neste momento, reconhece que o Congresso Nacional está cumprindo o seu papel de, democraticamente, discutir e votar as mudanças necessárias para termos um projeto de país mais justo e menos desigual.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda, por 20 minutos.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero prestar merecida homenagem a uma exemplar instituição pernambucana, o Hospital Universitário Oswaldo Cruz, que completa este ano 112 anos de existência.

Hospital público e hospital-escola, o Oswaldo Cruz é uma casa de saúde aberta ao povo, prestando importante serviço à população de Recife, especialmente às camadas amplas do povo que dependem exclusivamente de atendimento público.

A associação do hospital com a Faculdade de Ciências Médicas garante à instituição a atualização científica permanente e um constante esforço de aperfeiçoamento na prática da medicina hospitalar.

O Hospital Universitário Oswaldo Cruz já nasceu voltado para a defesa da saúde do povo. Foi inaugurado em 1884, por iniciativa de governos estaduais preocupados com sucessivas epidemias que assolavam a cidade de Recife. Especialmente graves, recorrentes e mortíferas eram as epidemias de varíola. A varíola matava principalmente os pobres. A vacinação já era conhecida, mas sua aplicação sistemática e generalizada ainda não havia sido alcançada. Lideranças médicas do Recife pressionaram as autoridades para que instalassem uma casa de saúde especializada no atendimento a epidemias, e assim nasceu o Hospital Santa Águeda.

Depois de prestar grande socorro ao povo de Recife, durante décadas, no combate a doenças contagiosas, o Hospital Santa Águeda, em 1925, foi reformado, e também ganhou novo nome, em homenagem ao famoso sanitarista Oswaldo Cruz.

Em 1964, por convênio celebrado entre o Governo do Estado, a Santa Casa de Misericórdia do Recife e a Faculdade de Ciências Médicas, o Hospital Oswaldo Cruz passou a ser utilizado como hospital-escola daquela instituição de ensino superior. Dois anos depois, era feita a transferência da Faculdade para as dependências do Oswaldo Cruz, no bairro de Santo Amaro.

Essa, a trajetória histórica do Hospital Universitário Oswaldo Cruz. Hoje, é um grande hospital, estruturado para atender à população em áreas da medicina as mais diversas, e que promove a contínua expansão de suas atividades, qualitativa e quantitativamente.

Por outro lado, cumpre o hospital também sua função de apoio à formação de profissionais de saúde, nas áreas de ciências biológicas, médicas, enfermagem e odontologia. Oferece a residência médica em diversos ramos da medicina e especialização em cardiologia, doenças infecto-contagiosas, urologia, dermatologia e outras.

A receita financeira do hospital é constituída, de um lado, por subvenção do Estado para pagamento da folha de pessoal do quadro permanente; de outro, recebe retribuição de serviços prestados ao Sistema Único de Saúde, o SUS. Aí, como sabemos, há uma grande insuficiência, pois são baixos os valores dessa retribuição. Tampouco o Hospital Universitário Oswaldo Cruz está livre das dificuldades financeiras que, em inúmeras instituições de saúde pública brasileiras, solapam gravemente a qualidade da medicina oferecida às comunidades.

Mas o Oswaldo Cruz, por meio de grandes esforços, tem conseguido manter-se dinâmico, ativo e com qualidade médica, pode-se dizer, exemplar. Isso, apesar de alguns dos serviços mantidos pelo hospital serem especialmente onerosos, como os de tratamento de câncer e da AIDS. São serviços, entretanto, de grande repercussão social.

O Oswaldo Cruz conta com trezentos e dezessete leitos distribuídos pelos serviços de Cardiologia, Cirurgia Geral, Oncologia, Clínica Médica, Cirurgia Toráxica, Isolamento de Doenças Infecto-contagiosas, AIDS e vários outros. Isso, quanto ao atendimento interno. Nos serviços de ambulatório, são dezoito diferentes especialidades médicas, sendo que, para emergência cardiológica e doenças infecto-contagiosas de adultos e crianças, o hospital mantém atendimento ininterrupto de vinte e quatro horas.

O Hospital Universitário Oswaldo Cruz é uma instituição que se dedica à integração entre sua atividade docente e sua atividade assistencial. Incentiva seus quadros profissionais à constante atualização científica e tecnológica. Mantém um programa de melhoramento de sua estrutura física e de aquisição de equipamentos hospitalares modernos. Cuida da ampliação da capacidade instalada para poder

dar, cada vez mais, um atendimento de qualidade a uma parcela crescente da comunidade.

O Sr. Romero Jucá – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Ouço com satisfação o nobre Senador Romero Jucá.

O Sr. Romero Jucá – Senador Joel de Hollanda, também como pernambucano e como conhecedor da história e dos serviços prestados pelo Hospital Oswaldo Cruz à população de Pernambuco, eu gostaria de me associar ao pronunciamento de V. Exª e também me congratular pelo aniversário do referido Hospital, que, durante tantos anos, com todas as dificuldades que V. Exª coloca, com todos os problemas inerentes à saúde pública nacional por que passam os hospitais públicos que dão atendimento social, mesmo assim o Hospital Oswaldo Cruz, através de sua direção, de seu corpo de médicos e funcionários, tem sido uma página de bálsamo no sofrimento da população de Pernambuco na questão da saúde. Por tudo isso, eu gostaria de parabenizar também a direção e os funcionários do Hospital Oswaldo Cruz, ao mesmo tempo em que parabenizo V. Exª pela lembrança e por esta justa homenagem prestada a este Hospital que tem, como eu disse, uma tradição e páginas e mais páginas de história em prol da população de Pernambuco. Meus parabéns.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Agradeço ao nobre Senador, conterrâneo, Romero Jucá, a gentileza do aparte com que distinguiu este modesto pronunciamento e com muita alegria incorporo as lúcidas observações que fez ao trabalho competente e eficiente que vem sendo desenvolvido no Hospital Oswaldo Cruz.

Prossigo, Sr. Presidente.

Recentemente, como parte desses esforços de aperfeiçoamento dos serviços, o Hospital obteve da Prefeitura de Recife a doação de um terreno de oito mil metros quadrados, ao lado da área principal que ocupa, para a construção de uma nova unidade de emergência cardiológica. A nova unidade se situa em local de fácil acesso à população e deverá ficar pronta em dois anos.

Recife e Pernambuco podem se orgulhar, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de ter um grande hospital público. Apesar das extremas dificuldades por que passa toda a saúde pública brasileira o que se observa no Oswaldo Cruz é um entusiasmo profissional incomum de uma dedicada e competente equipe de médicos e professores, à frente o Dr. Ênio Cantarelli, exemplo de dedicação de medicina pública. Isso se deve aos esforços que mencionamos de execução de numerosos projetos que implicam a melhora dos serviços e a qualificação profissional. São fatores que confirmam o Hospital Universitário Oswaldo Cruz como centro de referência, no Norte-Nordeste brasileiro, nos setores de Cardiologia, Clínica Médica, Cirurgia Geral, Doenças infecto-contagiosas, Oncologia e Pneumologia.

Enfim, é um hospital que atende a trinta mil pacientes por mês, e que, pela qualidade de seus serviços, tem um sensível impacto positivo sobre a saúde na cidade e na região. Uma parte de seu sucesso, em meio às tantas dificuldades do setor de saúde, se explica pelo gerenciamento criterioso de recursos que são escassos. Outro fator decisivo é a condição peculiar do hospital de funcionar também como escola. O Oswaldo Cruz tem o dever de estar sempre atualizando as técnicas empregadas nos tratamentos médicos e fornecendo uma melhor estrutura física, levando em conta os dois mil alunos que ali fazem treinamento.

Em Recife, Pernambuco, no Nordeste, o Hospital Universitário Oswaldo Cruz é um verdadeiro marco em prol do povo. É mais do que justa a homenagem, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que aqui lhe presto no seu centésimo duodécimo aniversário.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) – Concedo a palavra ao nobre Senador Romero Jucá. V. Exª dispõe de vinte minutos para o seu pronunciamento.

O SR. ROMERO JUCÁ (PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, mais uma vez, venho à tribuna tratar de questões que não gostaria de expor porque dizem respeito a absurdos que acontecem no meu querido Estado de Roraima.

Antes de tocar especificamente no ponto fulcral do meu discurso, gostaria novamente de deixar clara a minha posição de repúdio às corrupções, desvios de verba, abuso de poder econômico, enfim, atividades irregulares e capciosas promovidas pelo Governador do Estado, Sr. Neudo Campos.

Ao denunciar essas questões, quero deixar claro que não estou atacando o Estado de Roraima; pelo contrário, esse é um Estado formado por trabalhadores, por pessoas, homens, mulheres, jovens, crianças que têm crença na democracia, nas liberdades e no respeito às leis.

Ao vir tratar de absurdos cometidos pelo Governador do Estado e seu grupo político, estou, sim,

defendendo a população do Estado de Roraima que, à mercê desses políticos e administradores públicos, constroem, no dia-a-dia, uma história que engrandece o nosso Estado. Portanto, não aceito a pecha de alguns políticos que vêm colocar, que, ao falarmos mal do Governador, ao denunciarmos os absurdos que estão acontecendo em Roraima, estamos falando mal do Estado. Pelo contrário, estamos querendo livrar o Estado desses maus administradores que desrespeitam as verbas públicas.

No caso específico, Sr. Presidente, quero tratar de uma questão que considero extremamente grave. Já vim aqui denunciar, como disse, corrupção, desvio de verbas da educação para a construção de fontes luminosas, enfim, uma série de irregularidades administrativas, mas estou vindo hoje aqui denunciar algo mais grave, que é o descumprimento da Constituição Federal. O Governador Neudo Campos, com seus atos, está rasgando a Constituição Federal.

Esse dispositivo, no seu art. 37, XXI, § 1º, consigna:

> "A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos."

Isso está na Constituição, Sr. Presidente, Constituição que teve, como Relator, o eminente Senador Bernardo Cabral, que está aqui presente.

O que estamos vendo em Roraima? O Governador criou uma marca de Governo: um N inicial do Sr. Neudo Campos. Essa marca de Governo está entrando em toda publicidade do Governo: **outdoors**, papel timbrado, filmes na televisão, camisetas, bonés, tudo que o Governo fez tem um N, de Neudo Campos, que até parece o N de Napoleão. Penso que o Governador mirou-se na História da França e, talvez, como um "Napoleão do lavrado" esteja querendo perpetuar a sua sigla através de verbas públicas.

O Deputado Eradilson Sampaio, da Oposição, entrou com uma ação popular na Justiça para coibir esse abuso e fazer-se respeitar a Constituição. Pois bem, Sr. Presidente, o Juiz da Primeira Instância, Elder Girão, mandou suspender, retirar do ar a publicidade regular do Governador. E o que vimos? Vimos o Tribunal de Justiça, órgão máximo da Justiça estadual, que deveria zelar pela Constituição Federal do nosso País, cassar a liminar do Juiz Elder Girão. E mais do que isso: no seu despacho vimos o desembargador ameaçar o juiz pela decisão que havia tomado, mandando o Governador voltar a fazer a publicidade pessoal.

Com o respaldo do Tribunal, esta semana, não satisfeito em botar o seu "N" de Neudo Campos e de Napoleão, o Sr. Governador está agora veiculando propaganda em que aparecem ele e a sua mulher, a Primeira-Dama, candidata à Deputada Federal. E a Constituição do Brasil, que funciona nas demais localidades do País, em Roraima está sendo aviltada.

Quero dizer que estamos recorrendo. Se for preciso, iremos ao Supremo Tribunal Superior, porque aquela Corte é a guardiã da Constituição para impedir que absurdos como esse não ocorram novamente.

Mas isso, Sr. Presidente, serve para demonstrar que em Roraima tudo é possível. Lá, é possível que o Desembargador mande descumprir a Constituição. Em Roraima, é possível que o dinheiro da Educação do Estado seja direcionado para construir fontes luminosas. Tudo é possível em Roraima. Nós estamos repudiando essa ação do Desembargador, nós estamos repudiando esse descaso para com a Constituição, nós estamos repudiando esse desrespeito com o dinheiro público. E gostaríamos de apelar no sentido de que o Tribunal de Justiça de Roraima, já que essa decisão do Desembargador foi pessoal, como um todo, tome em brios e, efetivamente, assuma uma posição quanto a essa questão. Não é possível vermos os absurdos que estão ocorrendo hoje em Roraima, campanhas políticas sendo feitas com verbas públicas. Nós estamos vendo absurdos, abuso de poder econômico e abuso de poder político às vésperas de uma eleição, praticados pelo primeiro mandatário que seria, exatamente, quem deveria ser o guardião da moralidade e da integridade das verbas públicas.

O Sr. Joel de Hollanda - Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. ROMERO JUCÁ - Pois não. Ouço, com muita satisfação, o aparte de V. Exª, nobre Senador Joel de Hollanda.

O Sr. Joel de Hollanda - Nobre Senador Romero Jucá, são muito graves as denúncias que V. Exª traz ao Senado nesta manhã. Tenho a certeza de que o Tribunal de Contas do Estado e o Tribunal de Contas da União, bem como os demais órgãos de fiscalização da aplicação dos recursos públicos, devem uma resposta à comunidade e à opinião pública. Num momento de escassez dos recursos financeiros, num momento de crise econômica, num

momento em que setores como o da educação e o da saúde e tantos outros estão carentes, não se pode admitir que recursos públicos sejam desviados da finalidade a que se destinam. Portanto, V. Exª como Senador vigilante, atuante traz para esta Casa denúncias que, volto a dizer, são graves, são muito fortes e, por isso, devem chamar a atenção das autoridades, do Governo Federal, dos Estados, ou seja, é preciso reforçar a fiscalização para dar uma baixa a essa má aplicação, assegurando aos recursos públicos a sua finalidade social.

O SR. ROMERO JUCÁ – Senador Joel de Hollanda, acolho com muita satisfação o aparte de V. Exª, até porque, pelo grande trabalho que realizou como Secretário da Educação de Pernambuco, V. Exª pode, tem condições morais para demonstrar como devem ser aplicadas as verbas públicas destinadas à educação. Tenho certeza de que nem V. Exª, nem o Deputado José Jorge, que foram Secretários de Educação, jamais aplicaram verbas públicas destinadas à educação na construção de fontes luminosas, ou de qualquer outro empreendimento que pudesse ser caracterizado como desvio de verbas públicas.

As palavras de V. Exª são um estímulo para que comuniquemos não só ao Tribunal de Contas do Estado mas também ao Tribunal de Contas da União essas irregularidades que estão ocorrendo.

Finalmente, quero registrar que fico triste ao ver algumas pessoas dizerem que não há clima de violência em Roraima. A meu ver, rasgar a Constituição é uma violência; aplicar verbas públicas em campanhas políticas de determinados candidatos é uma violência. Violência não é só assassinato; a violência começa quando se rasga a Constituição, quando se desvia recursos e vai num crescendo, terminando em assassinatos, como tem ocorrido na história política de Roraima.

Em 1992, mataram um conselheiro federal da OAB na campanha política municipal; seqüestraram e torturaram um motorista na campanha política de 1992. Já alertamos o Ministro da Justiça, já alertamos a Polícia Federal; não adianta virem para cá dizendo que não há clima de violência, quando há toda uma armação para que a violência seja desencadeada durante o período da campanha.

Estamos denunciando e vamos ficar vigilantes, não só quanto à aplicação de verbas públicas mas também quanto à tentativa de intimidação da Oposição em relação aos governantes, aos grupos políticos majoritários de Roraima, de tentarem tendenciar a liberdade, a vontade popular, através de falcatruas, de abuso de poder econômico, de pressão política, que são inadmissíveis nos períodos democráticos do Brasil, que vivemos hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) -

OFÍCIO

DE MINISTRO DE ESTADO

Nº 635/96, de 17 de julho de 1996, do Ministro do Planejamento e Orçamento, referente ao Requerimento nº 506, de 1996, de informações, do Senador Eduardo Suplicy, mediante o qual encaminha resposta aos itens 1 a 5 e esclarece que deixa de responder o item 6 por considerar que a avaliação solicitada pressupõe uma opinião pessoal do Ministro, não se enquadrando, portanto, no conceito de informação, tal como previsto no § 2º, do art. 50, da Constituição Federal.

As informações encontram-se à disposição do requerente na Secretaria-Geral da Mesa.

O Sr. Senador Casildo Maldaner enviou discurso à Mesa para ser publicado, na forma do disposto no art. 203, do Regimento Interno.

S. Exª será atendido.

O SR. CASILDO MALDANER (PMDBSC) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, as novas técnicas descobertas, desenvolvidas ou criadas pela inventividade humana contribuem para a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. E dentre tantas, podemos relacionar: energia elétrica, telefone, rádio, estradas de rodagem asfaltadas, elevador, computadores, televisão etc.

As comunicações fazem hoje prodígios que nem a melhor ficção científica dos anos trinta foi capaz de supor. Um telescópio colocado em órbita, o Hubble, está provendo os cientistas com mais e melhores informações do que aquelas colhidas ao longo de toda a história da astronomia.

Quero dizer com isso, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, que, segundo nosso entendimento, ninguém pode ter a audácia de se insurgir contra o desenvolvimento tecnológico. Por vezes, acontece de esse processo ser tão vertiginosamente rápido que se torna difícil acompanhá-lo ou, mesmo, compreendê-lo.

Na década de cinqüenta possuir um telefone era privilégio raro. Falar de uma cidade para outra era muito difícil. De país a outro era um fato a ser comemorado. Hoje, qualquer pessoa pode pegar seu telefone celular e conversar com amigo, parente ou correligionário em qualquer parte do País ou do mundo.

O acesso à informação também se democratizou. Vamos lembrar a Segunda Guerra Mundial vista, melhor dizendo, ouvida do Brasil. Poucos tinham aparelhos de rádio. Os jornais publicavam notícias uma ou duas semanas após a ocorrência dos fatos, transmitidas com enorme dificuldade por teletipos extremamente precários. A televisão surgiu no Brasil na década de cinqüenta. As notícias chegavam lentamente e poucos tinham acesso a elas. Hoje, qualquer evento político, econômico ou esportivo é do imediato conhecimento do mundo.

A Guerra do Golfo mostrou à humanidade essa nova característica das comunicações. Um repórter da televisão norte-americana, da rede CNN, Peter Arnett, aparecia em rede, ao vivo, diretamente de Bagdá, e colocava sua imagem e sua voz em todos os recantos do planeta. Por intermédio do trabalho desse profissional foi possível conhecer a chamada guerra asséptica, aquela em que os norte-americanos mandam bombas inteligentes, guiadas por sensores de última geração incapazes de errar o alvo. O petardo quase pede licença para entrar no prédio, vai até o terceiro andar, onde explode, sem danificar os pisos inferiores.

A tecnologia, como sublinhamos no início desse pronunciamento, não é boa, nem má. Ela é uma conquista do homem. Pode ser colocada a serviço da melhor causa ou das ditaduras políticas, ou, ainda, dos engenheiros de comportamento. A fissão do átomo foi uma descoberta notável. A bomba atômica, conseqüência imediata dessa descoberta, é a arma mais letal já concebida pelo homem. Ela mostrou sua face no horror de Hiroxima e Nagasáqui. Pela primeira vez na história do Planeta, o homem descobriu a possibilidade de se extinguir não apenas como indivíduo, mas como espécie.

Falei dos engenheiros de comportamento, porque a televisão cria modismos e costumes. A imagem, acompanhada de voz, que pode ser captada nos lares de todo o País, constitui uma tecnologia relativamente recente, sobre a qual ainda existe pouca elaboração teórica. Sabe-se, sem dúvida, que ela é capaz de educar, é capaz de ensinar a ler, escrever e falar em português, no caso brasileiro, e também dispõe de vastíssima capacidade de informar. Pode também, em sentido contrário, difundir comportamentos errôneos, modismos perigosos e ser condescendente com as drogas.

A televisão brasileira, em especial, ultrapassou seus problemas técnicos com muita velocidade e hoje se situa no patamar de qualidade das melhores do mundo. Basta ligar o receptor em casa, para que o cidadão tenha acesso às notícias nacionais e internacionais. O mundo, definitivamente, ficou pequeno. Está ao alcance da mão. Repórteres brasileiros estão em todos os lugares do Planeta para informar seus espectadores. Nesse particular, o crescimento da qualidade da televisão é notável.

Mas, no aspecto artístico, também ocorreu um importante desenvolvimento. Soubemos pelos jornais que as recentíssimas eleições na Russia foram, em alguma medida, influenciadas por uma telenovela brasileira que estava sendo exibida naquele País. A globalização deu essa alternativa nova para os homens das artes da representação no Brasil. Há uma avenida de oportunidades abrindo-se diante deles. Não há dúvidas, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que o progresso dos meios de comunicação, dentro da segunda natureza, já constitui um fato notável no Brasil moderno.

No entanto, há um aspecto que deve ser discutido e condenado. Estou aqui, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, fazendo um elogio à capacitação técnica, jornalística e artística da televisão brasileira. Não posso, contudo, dizer a mesma coisa de quem elabora o "cardápio" de programas das emissoras, de quem, afinal, faz a chamada "grade de programação". Os programas da manhã, nos dias de semana, são destinados ao público infantil. São do tipo Xuxa, que intercala algumas atrações com desenhos animados.

Os desenhos, em geral, possuem um fortíssimo conteúdo de violência. São inteiramente inadequados para o horário. Os apelos comerciais falam de consumo, consumo e consumo. E usam a criança para estabelecer um contraditório com os pais. Esses programas dão péssimos exemplos de comportamento, promovem uma formação deturpada para crianças de todas as idades e ainda insinuam algum preconceito racial, como naquele programa cujas convidadas são sempre meninas brancas e louras.

As emissoras de TV, invariavelmente, colocam no ar, de forma explícita, cenas de sexo e violência, independentes do horário, num claro estímulo ao desvio de costumes e comportamento das nossas crianças e adolescentes. Em qualquer país do mundo, esses tipos de filmes, quando permitido, são exibidos durante a madrugada. O que incomoda é a falta de sensibilidade e respeito das emissoras de televisão com as opções políticas, culturais e comporta-

mentais de seus espectadores. Não é mais possível, nem desejável, permitir que a família brasileira fique exposta, diariamente, a uma série de informações perniciosas à sua formação. E nós, aqui do Senado da República, não podemos assistir calados e indiferentes a essa real ameaça que ronda a nossa sociedade.

É preciso tomar providências, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores. Não defendemos a censura. A arte deve ser exibida ao povo, como fazem países europeus e norte-americanos. Mas lá existe, sempre, uma classificação do filme ou do espetáculo de acordo com seu público e com o horário em que aquele tema possa ser tratado. Creio, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Senadores, que se adotarmos no Brasil procedimentos semelhantes aos da Itália ou dos Estados Unidos teremos contribuído para a democracia e ajudado as nossas crianças e jovens a terem uma vida menos turbulenta.

Os filmes e outras manifestações artísticas devem continuar a ser exibidas na televisão e nos demais meios de comunicação. O que deve mudar é o horário de exibição, pois assim não acontecendo, as emissoras estarão prestando um desserviço à Nação, violando-se os princípios básicos dos usos, costumes, ética e moral que sempre nortearam a família brasileira.

Cabe-nos, assim, e até por dever, em conjunto com os meios de comunicação, promover, no menor prazo possível, essa mudança, cujo objetivo é oferecer à criança e ao adolescente brasileiros uma perspectiva de formação mais saudável.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) –Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo a tratar, encerro a presente sessão.

O SR. PRESIDENTE (Jefferson Péres) –Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11h38min.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. JOSAPHAT MARINHO NA SESSÃO DE 25-7-96, E QUE ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) –Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, servidores das universidades federais de diferentes categorias estão submetidos, neste instante, a uma enorme insegurança com relação a seus direitos de remuneração.

Lamento que, a esta hora, não estejam presentes no plenário os nobres Líderes do Governo, porque desejaria lhes fazer o apelo de que levassem a matéria ao conhecimento do Poder Executivo, na tentativa de uma solução razoável.

Ocupo, entretanto, a tribuna, neste momento, porque o Ofício-Circular nº 30, de 11 de julho corrente, baixado pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério da Administração, deve produzir efeitos a partir do mês de agosto.

Cumpro, portanto, o dever de examinar a matéria, para que não se consuma grave ilegalidade contra servidores em atividade e aposentados.

Em primeiro lugar, o ofício-circular baixado é curioso, porque não é um ato do Ministro. É um ato do Secretário de Recursos Humanos, e que começa por assinalar a necessidade de uniformizar os procedimentos em relação ao pagamento dos proventos dos que se aposentaram –atente bem o Senado –até 31 de outubro de 1991.

Prossegue assinalando que o Tribunal de Contas da União, respondendo a consulta que lhe foi feita sobre os efeitos da Lei nº 8.168, de 1991, assevera dito que "não há mais razão para se utilizar os parâmetros definidos pela Portaria MEC nº 474/87."

Prossegue o ofício: "...a Portaria MEC nº 474/87 não poderia majorar valores remuneratórios e que não existe respaldo legal para as incorporações de Funções de Confiança –FC".

Continua o ofício assinalando que sendo a Função Comissionada –FC, um cargo em comissão, de natureza transitória, não se lhe aplica "o princípio da irredutibilidade de que tratam os dispositivos constitucionais antes citados...".

Por fim, declara: considerando ainda as disposições da Súmula nº 473 do STF e do art. 114 da Lei nº 8.112/90, que determinam –diz o ofício –que a administração reveja os seus atos a qualquer tempo, conclui por esses fundamentos:

"1 –Tornar sem efeito a orientação contida na letra **e** –deve referir-se ao Decreto nº 322 de 1991;

2 –Acrescentar as seguintes orientações:

m –Efetuar a correlação da Função Comissionada-FC, exercida à época, com o Cargo de Direção –CD, ou Função Gratificada –FG correspondente.

n -Proceder à revisão dos valores devidos a partir da folha de pagamento do mês de agosto de 1996."

Como se vê, por um ofício circular, baixado pelo Secretário de Recursos Humanos do Ministério da Administração, foi determinada a revisão de valores salariais concedidos na conformidade da legislação então vigente, e assim fixados segundo orientação ou interpretação estabelecida por portarias, circulares, atos, enfim, do Ministério da Educação, o órgão competente para regular a matéria.

Frise-se bem: o ofício não está determinando a fixação de valores, apenas, a partir da nova legislação, diversamente do que se fazia antes. Está ordenando que, a partir de agosto, se façam as revisões de vencimentos e proventos concedidos de acordo com a legislação anterior, e na forma pela qual o Ministério da Educação interpretou.

Pergunta-se: que decidiu o Tribunal de Contas na deliberação invocada pelo ofício? Aqui está a decisão:

"Decisão nº 322/95-TCU – Plenário

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator, DECIDE:

8.1. conhecer da consulta do Ministério da Administração, na forma do disposto no art. 216 do Regimento Interno, para responder à autoridade consulente que:

8.1.1 a partir dos efeitos financeiros da Lei nº 8.168/91, não há mais razão mais para se utilizar os parâmetros definidos pela Portaria MEC nº 474/87, referente à remuneração da Função de Confiança-FC;

8.1.2 efetuada a transformação da Função de Confiança-FC em Cargo de Direção-CD ou em Função Gratificada-FC, é devida a GADF de que trata o art. 14 da Lei Delegada nº13/92 (cf. art. 5º da Lei nº 8.538/92);

8.1.3. o pagamento de quintos dever ser feito com base no valor do Cargo de Direção-CD ou da Função Gratificada-FG, em que foi transformada a Função Comissionada-FC, e não nos parâmetros da Portaria nº 474/87. Observar, no caso dos servidores ex-celetistas, que os efeitos financeiros da incorporação dos referidos quintos são contados a partir da publicação da Lei nº 8.911/94, sem prejuízo de considerar o disposto na Medida Provisória nº 831 de 18/01/1995 e reedições posteriores;

8.1.4. os parâmetros de cálculo da GADF são os estabelecidos nos arts. 14 (**caput**) e 15 da Lei Delegada nº 13/92, com as alterações introduzidas pelo art. 10 da Lei nº 8.622/93;

É evidente, pelo texto dessa decisão, que se está referindo a vantagens que venham a ser deferidas após a vigência das leis mencionadas. Em nenhuma parte dessa decisão se faz menção ao poder de rever o Governo, administrativamente, situações consolidadas no patrimônio dos servidores em atividade ou aposentados.

O Ministro da Administração, inconformado com esse decisório, dele pediu revisão. O Tribunal de Contas, nos termos da Decisão nº 064, de 1996, responde "não conhecer do pedido de reexame, interposto contra a Decisão nº 322/95 deste Plenário, ante a ausência de previsão legal e regimental."

Logo, o Tribunal de Contas, não conhecendo do pedido de revisão, confirmou a decisão que o Ministério da Administração desejava ver modificada.

Apenas se verifica que assessores do Tribunal, ao opinarem, fizeram menção a outro entendimento do Tribunal, que permitiria a revisão de vencimento e de proventos, até invocando o art. 40, § 4º, da Constituição. Mas convém relembrar esse dispositivo que os assessores invocaram:

"Os proventos da aposentadoria serão revistos na mesma data, sempre que se modificar a remuneração dos servidores em atividade, sendo também estendidos aos inativos quaisquer benefícios ou vantagens posteriormente concedidos aos servidores em atividade, inclusive quando decorrentes da transformação ou reclassificação do cargo ou função em que se deu a aposentadoria, na forma da lei."

A quem leia, com olhos de ver, é meridiano que a Constituição quis assegurar aos aposentados todas as vantagens que adviessem da revisão; e não cuidar de reduzir vantagens de aposentados em face de discussão sobre a situação de funcionários em atividade. Apenas saliento, de passagem, essa circunstância, porque, em verdade, o Tribunal não tomou conhecimento desse tipo de informação, porque deliberou não conhecer do pedido de revisão.

Foi mantida, assim, a decisão 322 que, pelas referências que faz a leis de 1991, 1992, etc, somente cuida, claramente, de situações que viessem a ocorrer. Nem poderia ser diferente, porque a lei fundamental, em torno deste assunto, é o novo esta-

tuto, que traça o Regime Jurídico dos Servidores Públicos, a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, a qual declara, em sua parte final, no art. 252:

> "Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir do primeiro dia do mês subseqüente."

Sendo a lei de 11 de dezembro de 1990, evidentemente os seus efeitos financeiros seriam a partir de janeiro de 1991.

No art. 253 declara: "Ficam revogadas as leis nºs. 1.711, de 28 de outubro de 1952" –o antigo Estatuto dos Funcionários Públicos –"e respectiva legislação complementar, bem como as demais disposições em contrário". Logo, essa lei dispôs –e não poderia dispor de outro modo –para vigorar a partir da data de sua publicação e, em seguida, revogou a legislação peculiar preexistente.

Natural é compreender-se que a lei dispôs para o futuro –"a partir da data de sua vigência" –e teve cuidado o legislador de dizer que os efeitos financeiros dela se verificariam a partir do primeiro dia do mês subseqüente, ou seja, 1º de janeiro de 1991.

Não obstante isso, o Ministério da Administração, deslocando para a sua competência assuntos que deveriam ser da jurisdição do Ministério da Educação, está promovendo a alteração ilimitada de vencimentos e proventos concedidos, sob o fundamento de que –e isso está dito no ofício circular que li de início –as leis então vigentes não permitiam a interpretação dada pelas normas que foram baixadas pela própria Administração Federal.

Como isso é possível, Sr. Presidente? Como se há de entender tamanha insegurança, Srªs e Srs. Senadores? Como, se a Constituição, no art. 5º, XXXVI, declara que a lei não pode atingir o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada? Como se há de admitir que funcionários que estão percebendo vencimentos há cinco, seis e mais anos, com fundamento na interpretação que as autoridades federais deram a essas normas, possam ter suas vantagens agora reduzidas, sob o fundamento de ilegalidade? Onde está a garantia do direito adquirido, estabelecido na Constituição?

Mas o autor do ofício circular, ainda invocou a Súmula nº 473 do Supremo Tribunal Federal, interpretando-a como se ditasse ao Poder Administrativo a revisão daqueles atos. Veja-se o texto da Súmula nº 473:

> "A Administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos, ou revogá-los por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a aplicação judicial."

Em primeiro lugar, note-se que a Súmula não ordena, mas autoriza e, ao autorizar, distingue duas situações: a de anulação do ato administrativo e a de revogação do ato administrativo. Quando trata da nulidade do ato administrativo, diz que "a Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos". Não se trata disso no caso.

Atente-se em que a Administração não anulou nenhum ato, sob o fundamento de ilegalidade. A Administração está tentando modificar atos que foram praticados não pelo funcionário unilateralmente, mas pela Administração que interpretou as leis vigentes.

Dir-se-á: mas não haverá, então, o caso de revogação? Pelo que pude expor, invocando os textos oficiais, o Governo não revogou os seus atos e nem quer revogá-los. Está querendo, por medidas administrativas, alterar vantagens concedidas a funcionários em atividade e a servidores já aposentados. Mas o que a Súmula também permite, é a revogação, de atos por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos. E a Administração, por intermédio do Ministério da Administração, não quer respeitar a barreira dos direitos adquiridos.

O que se pretende fazer é violência contra os servidores, é modificação que ofende a garantia do direito adquirido estabelecido na Constituição.

Não quero conduzir o debate para crítica acerba à Administração. Quero concorrer para uma solução adequada. Como disse de princípio, se aqui estivessem os Líderes, eu lhes faria pessoalmente o apelo. Como aqui não se encontram, terei o cuidado de encaminhar-lhes oportunamente, mas com a brevidade possível, o texto deste pronunciamento, pedindo-lhes que assumam a responsabilidade de levar ao Governo as ponderações cabíveis em favor de toda uma comunidade de servidores das universidades federais no País.

Sugiro, então, que os ilustres Líderes proponham ao Ministério da Administração chamar a participar das deliberações o Ministério da Educação, autor de muitas das interpretações consubstanciadas em portarias e circulares e por meio das quais os funcionários tiveram aquelas vantagens asseguradas. Em segundo lugar, que se faça participar da discussão da matéria representante das universida-

des federais, que pudesse oferecer à administração os subsídios indispensáveis à demonstração de que os servidores não são culpados do que se fez, mas receberam vantagens, e muitos estão recebendo há mais de cinco anos, por efeito de interpretações da administração federal, sobretudo no Ministério da Educação. E, por fim, que, para evitar pareceres impróprios, o Ministério da Administração convidasse a participar desse exame conjunto o Advogado-Geral da União.

Era essa a proposta que faria, ou que faço, e que, com esse pronunciamento, ao ser encaminhado aos Líderes, será levado ao conhecimento do Governo.

O Sr. Totó Cavalcante – Senador Josaphat Marinho, V. Exª me permite um aparte?

O SR. JOSAPHAT MARINHO – V. Exª tem o aparte.

O Sr. Totó Cavalcante –Antes de mais nada, Senador e mestre Josaphat, quero cumprimentá-lo pela grande aula jurídica que nesta Casa faz hoje, em especial sobre esse conflito entre o espírito da Lei Mãe e as adaptações, resultantes do jogo de interesses, no disciplinamento da matéria. Acompanhando atentamente V. Exª, vejo que às vezes aqui edificamos, construímos a moldura de uma lei com o sentido de beneficiar a sociedade e autorizamos determinados setores a discipliná-la. A exemplo, a lei de securitização aprovada –ainda anteontem eu debatia isso no meu Estado, Tocantins –determina que seja utilizado o critério da equivalência-produto. No entanto, uma resolução do Banco Central limita a utilização da equivalência/produto apenas para o milho e a soja, enquanto a lei mãe inclui o algodão, o feijão, o arroz, o trigo, o milho e a soja. Ora, aqui aprovamos essa lei dando liberdade ao produtor para que ele exercitasse o livre arbítrio, na sua negociação, de acordo com a sua necessidade de plantio e colheita. No entanto, o Banco Central disciplina que aquelas casas de crédito só façam a securitização, em especial os agropecuaristas, para o milho e a soja. Cumprimento V. Exª por esse alerta em defesa dos professores. Porém, quero aproveitar esta oportunidade para lembrar à Nação que os terminais na aplicação de determinadas leis, que autorizamos determinados setores a disciplinar, vêm contrariar o princípio da lei mãe, que abre em benefício da própria sociedade brasileira. V. Exª está de parabéns com o seu pronunciamento, meu querido mestre!

O SR. JOSAPHAT MARINHO – Muito obrigado, nobre Senador Totó Cavalcante. O seu aparte, complementando o que acabo de observar, demonstra que o equívoco de interpretações se vai desdobrando dentro da administração noutros aspectos ou noutros setores. É disso que precisamos alertar a administração. O poder de interpretar as leis não envolve o de subvertê-las. O poder de rever atos administrativos não pode contrariar o princípio constitucional do respeito ao direito adquirido.

Daí as ponderações que acabo de trazer, para conhecimento do Governo. Como o ato prevê que os seus efeitos se dêem a partir de agosto, ou seja, que as folhas de agosto já sejam elaboradas com as alterações nele determinadas, é imperioso que os nobres Líderes, atentando nessa violência –como acaba de dizer o Senador Bernardo Cabral -, ponderem ao Ministro da Administração a propriedade de suspender a execução desse ato, até que aquele estudo conjunto seja feito e conclusões razoáveis possam ser elaboradas, em defesa da administração e em respeito também aos direitos dos servidores.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 23-7-96, E QUE SE REPUBLICA POR SOLICITAÇÃO DO PARLAMENTAR.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB-PB. Pronuncia o seguinte discurso.) –Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o tema que abordo hoje já foi tratado nesta tribuna por vários Srs. Senadores e, ainda hoje, pelo nobre Senador Ronaldo Cunha Lima da Paraíba. Trata-se do célebre relatório da ONU, cuja repercussão na imprensa brasileira deixou em má situação o meu Estado, a Paraíba.

A recente divulgação do relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (IPEA), sobre o desenvolvimento humano do Brasil, leva-me a algumas reflexões de que eu gostaria de tratar nesta tribuna, particularmente pelo fato de o meu Estado, a Paraíba, ter sido colocado em destaque negativo como o de menor índice de desenvolvimento humano do País.

Na verdade, o anúncio dos resultados da referida pesquisa pela mídia nacional fez-se com ênfase um tanto quanto desfocada, pois, na verdade, os dados publicados refletem situação do final da década passada e início da atual, não expressando, portanto, a situação com total fidedignidade e realidade dos dias de hoje. Ou seja, alguns indicadores, como atestam pesquisas mais recentes, com relação a alguns Estados – em particular, no tocante a Paraíba – já apresentam um nítido melhoramento.

Com efeito, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o citado relatório divide o Brasil em três áreas que se compariam respectivamente à Bélgica, à Bulgária e à Índia, com o que teríamos um novo perfil de desenvolvimento para o País: uma Região, o Sul-Sudeste, com renda **per capita** significativa; outra, o Centro-Oeste e parte do Norte, nivelada com o Leste Europeu; e o Nordeste e parte do Norte, apresentando os mesmos índices medíocres do país indiano. De modo que não teríamos mais a situação dual de uma Belíndia, como se classificava há alguns anos a situação brasileira.

Assim, segundo o Relatório, o Brasil teria alcançado em 1991 um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,797, numa escala de zero (índice mínimo) a um (índice máximo), situando-o entre os países de nível médio de desenvolvimento humano, próximo dos que apresentam alto índice nesse aspecto, ou seja, 0,888. O Rio Grande do Sul é colocado como o Estado brasileiro de mais alto IDH (0,871) e a Paraíba com o menor (0,476). Não se pode deixar de mencionar que apesar da manutenção de fortes desequilíbrios sociais, ao longo das duas últimas décadas, tivemos um melhoramento dos três indicadores que compõem o IDH, ou seja, a esperança de vida, a escolaridade e a renda. E mais: o relatório aponta para uma importante mudança do perfil demográfico brasileiro, por conta de uma importante queda da taxa de crescimento populacional, o que constituiria excelente oportunidade até o ano 2020 para concentração de esforços na qualificação dos serviços de saúde e educação.

Ademais, o relatório afirma "que as projeções de cenários futuros indicam que o Brasil poderá alcançar melhores níveis de desenvolvimento humano, mais compatíveis com o grau de progresso econômico que o país vem atingindo". E, assim, estaríamos hoje claramente em uma situação melhor do que a do início dos anos 90, quando ostentávamos os maiores índices de desigualdades do mundo.

Mas, vejamos, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em síntese objetiva, quais foram os principais resultados do relatório PNUD/IPEA sobre o Desenvolvimento Humano brasileiro? Inicialmente, ressalta-se o fato de que em 1990 contávamos com 42 milhões de brasileiros vivendo abaixo da linha de pobreza, implicando isso dizer que não auferiam renda suficiente nem sequer para prover sua sobrevivência. Um dado grave, mas que o relatório reconhece já ter sido razoavelmente mitigado, pois hoje o número de indigentes do país seria, na verdade, bem menor.

Com relação à classificação de três subpaíses, teríamos oito Estados do País com um IDH mais alto, a saber, pela ordem: Rio Grande do Sul, Distrito Federal, São Paulo, Santa Catarina, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo. Depois, viriam sete com desenvolvimento humano médio: Amazonas, Amapá, Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, Roraima e Rondônia. E no terceiro, Pará, Acre, Sergipe, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Maranhão, Ceará, Piauí, Alagoas e Paraíba, destacando-se, assim, a grave situação do Nordeste. Considerando-se ainda que o Estado de Tocantins não fez parte do estudo por absoluta falta de dados à época, em razão de ser uma entidade de recente instalação.

O documento faz um diagnóstico da evolução do desenvolvimento humano no Brasil nas últimas décadas, mostrando que a esperança de vida ao nascer, a escolaridade e a renda melhoraram nesse período, mas ressaltando que a chamada década perdida de 80 levou a um aumento de desigualdade e de pobreza, acentuando a concentração de renda que representa seguramente a causa fundamental de nossas dificuldades.

Quanto a esse último aspecto, os dados são de que os 20% mais ricos de nosso País detêm 65% da renda total e os 50% mais pobres ficam com 12%. Essa relação, em 1960, era de 54 contra 18%. Ademais, a renda média dos 10% mais ricos é quase 30 vezes maior do que a renda média dos 40% mais pobres. E mais: a parte da renda dos 20% mais ricos cresceu 11% entre 1960 e 1990, enquanto a dos 50% mais pobres caiu 6%, e a das classes intermediárias permaneciam praticamente inalteradas.

Em termos de percentual de participação dos pobres no conjunto da população, segundo o relatório, na região Norte eles representam 43%; no Nordeste, 46%; no Sudeste, 23%; no Sul, 20%; e no Centro-Oeste, 25%; destacando-se, como é óbvio, o fato de que a maior parte da população pobre, 39%, encontra-se nas zonas rurais no País. Sobre o nível educacional, para certa surpresa, a pesquisa mostra que a percentagem do PIB aplicada em educação em nosso País, no ano de 1990, situou-se em 3,7%. Um dado interessante, se comparado com a situação dos países de IDH alto, em que essa aplicação fica em torno de 4%, devendo-se levar em conta que os seus PIBs são consideravelmente maiores do que o nosso. Nesse campo, segundo o relatório, o número médio de estudo dos homens brasileiros, comparando-se os anos de 1960 e 1990, cresceu de

2,4 para 5,1, e, no caso das mulheres, aumentou de 1,9 para 4,9.

No tangente à saúde, o número de habitantes por médico, em 1991, era de 641, variando por regiões. Os gastos federais nesta área, no início da década de 80, correspondiam a cerca de 12% da receita. Em 1989, foi para 17%. Devendo-se ressaltar o fato de que a redução da mortalidade infantil, das doenças infeto-contagiosas e parasitárias, nas últimas décadas, determinou uma substancial modificação do perfil da demanda de saúde no País. Há, hoje, menos internações por partos, por exemplo.

E a maior demanda vem acontecendo nos casos de tratamentos do aparelho circulatório, que atualmente é a maior causa de mortes, seguido dos acidentes, em particular, os de trânsito.

O Relatório diz que a mortalidade infantil vem declinando no Brasil, desde a década de 40. E, por sua vez, a taxa de fertilidade que, até 1970, era de 5,8 filhos por mulher, caiu fortemente, a partir daquele ano. Do mesmo modo, reduziu-se a taxa de crescimento da população, que baixou para 1,9% no ano de 1991. Expressando-se, diante de tudo isso, um processo de "envelhecimento" da população brasileira, com o que tem aumentado acentuadamente o papel das pessoas com mais de 65 anos. E, na medida em que o ritmo de diminuição do número de crianças e jovens é bem maior do que o ritmo de aumento das pessoas idosas, o número de dependentes da população economicamente ativa deverá declinar muito até o ano 2020. Gerando-se, assim, a expectativa de que no novo século tenhamos seguramente uma condição bem melhor, em termos de saúde, educação, habitação e trabalho.

E, com relação ao crescimento e à estabilidade, o documento ressalta que, entre 1980 e 1992, a economia brasileira cresceu apenas 1,25% ao ano, em média. Sendo que, na medida em que o crescimento populacional se deu com taxas mais altas naquele período, a renda **per capita** decresceu 7,6%.

Dados que levaram os seus elaboradores a analisar muito corretamente, a meu juízo, que, no tocante às ameaças e às oportunidades que hoje se apresentam para o Brasil, por conta das rápidas mudanças da economia mundial, e concluir que urge proceder no País a uma transformação produtiva e uma reestruturação industrial com vistas ao atingimento de um melhor nível de competitividade e estabilização macroeconômica.

Mas, como eles dizem, para isso se faz necessário um melhoramento rápido e acentuado da distribuição interpessoal e inter-regional da renda; uma redução substancial da pobreza e a busca de padrões de vida mais elevados, bem como o aperfeiçoamento do funcionamento político-democrático, juntamente com o desenvolvimento das reformas do Estado. Sem deixar de mencionar a questão da preservação ambiental. Um processo, enfim, que implica seguramente uma maior interação entre o setor público e o setor privado, permeada pelo pluralismo econômico, social e político.

Entretanto, esse Relatório, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não obstante a importância e a seriedade das duas renomadas instituições por ele responsáveis e da competência técnica da equipe que o elaborou, convenhamos, não poderia ter sido divulgado da maneira que foi feita. Ou seja, sem a necessária ressalva de que aqueles dados representavam uma fotografia socioeconômica tirada há sete anos. Para a opinião pública foi passada a idéia de que se tratava fidedignamente da realidade atual. Deixando de apresentar as conclusões dos seus elaboradores, considerando as mudanças para melhor em alguns indicadores havidos nos últimos anos.

Contudo, não quero com isso dizer que são equivocados ou distorcidos os dados do Relatório que mostram o Nordeste como a área nacional em que as desigualdades continuam a nos desafiar. A propósito, não tem sido por outra razão que a nossa preocupação tem se voltado justamente para a necessidade de o Governo Federal adotar medidas mais fortes e abrangentes em favor do desenvolvimento dessa região, considerando-a prioridade nacional.

Ainda hoje, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, os Senadores do Nordeste deverão ter, acima dos partidos e das ideologias, um encontro com o Sr. Secretário de Política Regional, Ministro Fernando Catão, no seu gabinete de trabalho, sobre o documento que foi entregue há pouco tempo ao Senhor Presidente da República, justamente reivindicando alguns pleitos da maior importância, visando à reestruturação do desenvolvimento econômico naquela região.

E, no caso específico do meu Estado, a Paraíba, é preciso destacar aqui o grande esforço despendido pelos anteriores Governos de Ronaldo Cunha Lima, Cícero Lucena e do saudoso Antônio Mariz, agora continuado pelo seu sucessor José Maranhão, no sentido de reverter, até onde é possível, por suas próprias forças, aquela situação de 1991, detectada pelo relatório do PNUD/Ipea.

É fato, por exemplo, que, dos indicadores do Índice de Desenvolvimento Humano, nosso Estado

vem melhorando significativamente no que concerne à questão de renda. Sua posição hoje é muito melhor nesse aspecto do que a que foi apresentada no referido Relatório. Com efeito, os dados mais recentes da Sudene, ainda não oficializados, dão conta de que o PIB **per capita** paraibano, que era de US$1.965,2 em 1994, aumentou para US$2.054,1 já no ano seguinte, ou seja, um aumento de 4,5%. E o PIB total passou de US$6,5 bilhões, em 1994, para US$6,9 bilhões, em 1995. Com o que a Paraíba registrou a maior taxa de crescimento econômico do Nordeste (6,6%).

Esses números, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estão devidamente corroborados por um estudo denominado "Convergência da Renda Nacional no Brasil e Fatores Socioeconômicos Condicionantes", coordenado pelo economista e professor Álvaro Zinni Júnior, da Faculdade de Economia e Administração da USP, que integra um projeto do economista Jeffrey Sachs, da Universidade da Harvard (EUA).

Nesse estudo, entre outras análises, uma se refere especificamente às rendas **per capita** estaduais, num período de nove anos, compreendido entre 1985 e 1994, em que a Paraíba e Goiás se destacam como os Estados que mais cresceram nesse aspecto, com uma taxa de aumento de 1,3%. Devendo lembrar que a Paraíba, como mostra essa pesquisa, nos vinte e quatro anos relativos ao período de 1970-1994, teve um crescimento da sua renda **per capita** da ordem de 5,1%. Bem maior do que o crescimento do Piauí (3,4%) e o de Pernambuco (4,1%) e Maranhão (4,5%).

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, o meu Estado, a Paraíba, tem sido inteiramente relegado pelo Governo Federal no tocante a investimentos. Há muito tempo não temos grandes investimento federais no Estado, e a nossa luta tem sido justamente nesse sentido. Daí por que estamos trabalhando, por exemplo, para que o projeto que apresentei aqui, o qual cria a Zona de Livre Comércio de Cabedelo, porto do Estado da Paraíba, seja aprovado na Câmara dos Deputados e, afinal, sancionado pelo Senhor Presidente da República. Como a Sudene já deliberou a respeito, a exemplo do Norte, onde temos cerca de cinco a seis Zonas de Livre Comércio, entre as quais, a de Manaus, no Amazonas, em Roraima, no Acre e no Tocantins, o Nordeste deveria também ter algumas zonas de livre comércio como novo impulso para o seu desenvolvimento regional.

Além disso, estamos também pugnando, desde há muito tempo, para conseguirmos os recursos indispensáveis e, sobretudo, o apoio dos setores competentes do Governo Federal, a fim de transformar o porto de Cabedelo num porto pesqueiro internacional. A economia do Estado sofreu um grande abalo com a proibição da pesca da baleia, pois cerca de três mil famílias dela dependiam. Embora considerando que foi adequada a sua proibição, porque se tratava de preservar uma espécie animal da maior importância para a fauna marítima, tivemos um problema muito sério de ordem social, até agora ainda não resolvido. Porém, estamos para resolvê-lo, graças a um projeto aprovado recentemente entre o Governo Federal e o Governo do Estado, com o apoio do Ibama, com vistas à implantação da pesca do atum em Cabedelo e em Lucena, já estando autorizada a operação de dois barcos pesqueiros de um grupo de galegos espanhóis, que tem uma grande experiência no ramo e, certamente, vai dar uma grande contribuição ao desenvolvimento econômico do nosso Estado.

Com relação ao índice de esperança de vida ao nascer, há mesmo que se fazer um reparo ao relatório do PNUD/IPEA, com relação ao meu Estado. Na verdade, o índice apresentado para a Paraíba, nesse aspecto, foi de 43,8 anos. Um número realmente defasado, pois reflete uma situação mais anterior ainda, de 1980, quando já se sabe que em 1990 esse indicador já estava em 64 anos.

Outra defasagem diz respeito à mortalidade infantil. Como mostra o economista Ademir Alves, do Departamento de Economia da UFPB e membro da equipe responsável pelo Plano de Desenvolvimento Sustentável do Estado da Paraíba, os dados do Relatório sobre esse aspecto, referentes a esse Estado, são oriundos de levantamento do IBGE da época de 1970, quando a taxa era assustadoramente alta, ou seja, 174 por 1.000 crianças, taxa essa que hoje, pelos novos levantamentos, já se reduziu para 65,5 por 1.000, o que demonstra um flagrante melhoramento desse indicador em meu Estado.

Apenas no concernente à questão da escolaridade é que a realidade paraibana, temos que admitir, não é nada confortável. Os dados atuais mostram que as condições realmente pioraram com relação ao Censo do IBGE de 1991. Naquele ano, tínhamos na Paraíba um índice de 46,9% de escolaridade e as estimativas relativas a 1994 mostram uma queda desse índice para 41,7%.

Mas, ainda sobre o desenvolvimento sócio-econômico do Estado da Paraíba, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no sentido de neutralizar conclusões apressadas, em face dos números do re-

latório do PNUD/IPEA, deve-se dizer que, desde 1994, o crescimento da economia paraibana vem-se dando de forma mais dinâmica e mais equilibrada, superando o de outros Estados do Nordeste e mesmo do País em todos os setores produtivos. Houve inusitado aumento do consumo de energia elétrica por conta do sucesso da eletrificação rural empreendida pelos últimos dois governos e pelo atual. Verificou-se em 1995 o crescimento do ICMS da ordem de 67% em relação ao ano anterior, cerca de 23% a mais do que a média do crescimento da arrecadação desse imposto nos outros Estados nordestinos em igual período.

Nesse sentido, vale dizer que o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Paraíba, antes mencionado, em seu diagnóstico sobre a situação do Estado, já havia detectado que "a desaceleração e vulnerabilidade da economia, associadas aos níveis de concentração de renda e à reduzida capacidade do Estado de absorver parte significativa de sua força de trabalho em empregos produtivos, deram lugar a indicadores de condições de vida extremamente precárias no Estado, não obstante a evolução positiva de muitos desses indicadores".

De resto é preciso lembrar o contexto peculiar em que se colocou o Nordeste, em particular a Paraíba, que explica as dificuldades para o melhoramento da qualidade de vida de suas populações. Sem dúvida há que se responsabilizar os modelos de desenvolvimento atualmente concentradores de renda a que o próprio Relatório do PNUD/IPEA se refere, como já dissemos antes, o que tira dos governos da Paraíba, nos últimos anos, a responsabilidade por essas dificuldades.

Na verdade, a questão fundamental causadora da aceleração do processo de empobrecimento do Nordeste, particularmente da Paraíba, tem justamente a ver com a enorme queda de investimento do Governo Federal. Segundo a Sudene, em 1975, a União contribuía com 43,5% dos investimentos públicos do Nordeste. Mas, com a degeneração econômica do País e a falência fiscal do Estado, nos anos seguintes, principalmente a partir da crise de 80, os investimentos federais caíram para 26,8%, em 1984, chegando a apenas 10,3%, já no ano seguinte; tendo-se recuperado um pouco mais nos primeiros quatro anos desta década, quando se situaram em 19%. Mas, ainda assim, muito abaixo dos percentuais verificados na década de 70. Um quadro que desmente frontal e cabalmente àqueles que acusam o Nordeste de receber um grande volume de recursos do Governo Federal sem deles fazer a correta aplicação.

Por aí então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, se pode concluir como, inevitavelmente, o Erário estadual paraibano, como os demais Estados nordestinos, ficou altamente comprometido com os investimentos, não tendo condições, por força do debilitamento geral das finanças do Estado em geral, de fazê-los com suficiência, resultando desse fato um acentuado declínio de investimentos em áreas importantes, como a da construção civil, em obras de infra-estrutura e de equipamentos sociais básicos, sobretudo.

Neste ponto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, desejo chamar a atenção do Senado e da Nação para o fato de que já é tempo do Senhor Presidente da República, que é um socialdemocrata – embora tenha o seu comprometimento com o neoliberalismo, que foi uma das bases de sua sustentação eleitoral -, voltar-se para atender os reclamos de crescimento da economia nacional; não só de crescimento, mas, sobretudo, de distribuição da renda. E aí entraria uma questão importante que se relaciona com a nova postura que estaria a assumir, pelo menos pela imprensa, o novo Ministro do Planejamento, no sentido de organizar um Plano de Metas, visando, justamente, a exemplo de Juscelino Kubitschek de Oliveira, atingir, dentro de algum tempo, um crescimento econômico razoável.

Lembro, por exemplo, que no Governo de V. Exª, Sr. Presidente José Sarney, apesar da inflação dos últimos tempos, V. Exª não teve um só ano de sua administração em que não tivéssemos um grande crescimento da economia nacional.

Neste instante em que o Governo está tão voltado –e com muita propriedade –para a estabilização econômica, tendo já alcançado um triunfo razoável no combate à inflação, sem prejuízo da sua preocupação com a mesma, com o que recebe o nosso apoio, é preciso que também se volte para o crescimento econômico, a fim de que possamos atingir uma meta de emprego e renda, combatendo, assim, não só o desemprego, mas também distribuindo melhor a renda entre as pessoas e as regiões. Nesse particular, faço menção especial ao Programa de Garantia de Renda Mínima, do nobre Senador Eduardo Suplicy, que está em debate no Congresso Nacional.

Acredito que todas as proposições que dizem respeito à criação de novos empregos e melhor distribuição da renda nacional devem merecer, neste momento, grande atenção do Congresso Nacional, porque já fizemos e estamos fazendo um grande esforço para manter estabilizada a economia. Mas não

é só isso que resolve o problema nacional. Temos que estar atentos para a grande pobreza que ainda há neste País, sobretudo no Nordeste, onde o índice de pobreza absoluta é cada vez maior, a fim de que possamos ter em conta que é necessário tomarmos algumas medidas, algumas providências imediatas no sentido de que também se possa conseguir a estabilização social, que é fundamental para garantirmos a estabilidade político-institucional do País.

O Sr. Casildo Maldaner – Permita-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA – Ouço V. Exª com muito prazer.

O Sr. Casildo Maldaner – Nobre Senador Humberto Lucena, V. Exª vem, nesta tarde, como de outras vezes, externar uma preocupação enorme em relação a esse assunto. Ainda ontem à tarde, tivemos oportunidade de, nesta Casa, analisarmos, mais ou menos dentro desses mesmos parâmetros, o quadro que assola o País, principalmente em relação aos que estão fora do acesso à mão-de-obra, à participação do bolo do País, aos que estão aquém da própria pobreza em si. Eu relatava, ainda ontem, que, no caso das microindústrias, principalmente as que trabalham com alimentação, cerca de 40% da alimentação, hoje, no Brasil, é produzida por micro-agroindústrias, que oferecem mais de 50% da mão-de-obra na industrialização da alimentação. Veja bem, Senador, seria uma maneira de propiciarmos uma oferta enorme no campo da mão-de-obra. Penso que podíamos colocar à mão esses mecanismos. São meios com os quais poderíamos ir ao encontro do pronunciamento de V. Exª, da preocupação que traz hoje, à tarde, nesta Casa. Por isso é que gostaria de aliar-me à preocupação que V. Exª externa.

O SR. HUMBERTO LUCENA – Grato a V. Exª pelas suas palavras, que vêm ao encontro de ponto de vista semelhante que tenho defendido desta tribuna, no sentido de um maior apoio às micro e pequenas empresas. V. Exª tem absoluta razão.

O Governo anunciou, ultimamente, a montagem de um programa de R$300 milhões, através do BNDES, para financiamentos, a juros mais baixos, às pequenas e micros empresas. Mas, pelo que sei, esse programa ainda não começou a funcionar. Tanto esse programa, como outros que vierem a ser realizados, seja através de bancos oficiais ou particulares, visando a estimular a micro e pequena empresa, será uma das maneiras de atenuar, pelo menos, as dificuldades sociais do País.

Por fim, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ainda em relação ao meu Estado, há que se insistir e louvar o fato de que o atual Governo da Paraíba, a exemplo dos dois governos anteriores, tem dado um meritório exemplo de esforço por manter um quadro de austeridade, contribuindo com a sua cota de sacrifício para o processo de estabilização econômica do País.

E dizer, também, que isso vem sendo feito com a busca concomitante de se encontrarem novas formas de acumulação de recursos necessários ao seu desenvolvimento, como bem expressa o seu slogan: "Austeridade e desenvolvimento."

É um esforço que implica, evidentemente, uma nova postura em relação ao setor produtivo privado, abrindo-se o Estado da Paraíba ao estabelecimento de parcerias objetivas com esse setor, nos âmbitos estadual, regional, nacional e internacional e, um processo que, diga-se de imediato, já vem produzindo bons frutos. Pois, como se sabe, vários grupos empresariais para lá têm aportado, dispostos a investir na Paraíba, refletindo a justeza da visão estrategicamente positiva do Governo paraibano em abrir a economia do Estado para o mundo, isso fazendo através da sua regulação e coordenação. Ressaltando-se, ainda, sua preocupação com reestruturação e ampliação da base econômica, com o aumento dos investimentos em recursos humanos, com a cidadania e a qualidade de vida da sociedade paraibana, como um todo.

Era o que tinha dizer. Muito obrigado.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 917, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11107/96-0, resolve dispensar o servidor HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula 2858, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialmente de Processo Legislativo, da Fundação Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete do Senador Freitas Neto, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1996, e lotá-lo na Subsecretaria de Edições Técnicas a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 918, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11107/96-0, resolve designar o servidor HONORATO DA SILVA SOARES NETO, matrícula 2858, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área – 2 – Especialidade de Processo Legislativo, para exercer a Função Comissionada de Encarregado de Pesquisa, Símbolo FC-04, da Subsecretaria de Edições Técnicas, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1996.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 919, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11101/96-2, resolve dispensar o servidor LAURINDO TEIXEIRA COSTA, matrícula 2019, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo – Área 2 – Especialidade de Processo Legislativo, da Função Comissionada de Auxiliar de Controle de Tombamento, Símbolo FC-03, da Subsecretaria de Administração de Material e Patrimônio, com efeitos financeiros a partir de 22 de julho de 1996, e lotá-lo na Subsecretaria de Coordenação Legislativa do Congresso Nacional a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 920, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11.149/96-5, resolve dispensar a servidora do Cegraf, HEINE OLIVEIRA LIMA, matrícula 2048, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete, Símbolo FC-03, do Gabinete da Quarta Secretaria, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1996, e lotá-la na Secretaria de Documentação e Informação a partir da mesma data.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 921, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 11.149/96-5, resolve designar a servidora do Cegraf, HEINE OLIVEIRA LIMA, matrícula 2048, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para exercer a Função Comissionada de Assistente de Controle de Informação, Símbolo FC-04, da Secretaria de Documentação e Informação, com efeitos financeiros a partir de 23 de julho de 1996.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

ATO DO DIRETOR-GERAL Nº 922, DE 1996

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 6º, § 2º, do Plano de Carreira dos Servidores do Senado Federal, aprovado pela Resolução nº 42, de 1993, e tendo em vista o constante no Processo nº 10.185/96-8, de interesse do Gabinete do Senador Ernandes Amorim, resolve designar o servidor do Cegraf, SÍLVIO OLIVEIRA SARAIVA, matrícula 2081, ocupante do cargo efetivo de Técnico de Indústria Gráfica Legislativa, para substituir a servidora Else Rosiene Maia de Castro Duarte, na Função Comissionada de Chefe de Gabinete, Símbolo FC-08, do Gabinete do Senador Ernandes Amorim, no período de 25 a 30-6-96, por motivo de afastamento da titular.

Senado Federal, 26 de julho de 1996. – **Agaciel da Silva Maia,** Diretor-Geral.

MESA

Presidente
José Sarney – PMDB – AP

1º Vice-Presidente
Teotonio Vilela Filho – PSDB – AL

2º Vice-Presidente
Júlio Campos – PFL – MT

1º Secretário
Odacir Soares – PFL – RO

2º Secretário
Renan Calheiros – PMDB – AL

3º Secretário
Levy Dias – PPB – MS

4º Secretário
Ernandes Amorim – PMDB – RO

Suplentes de Secretário

Antônio Carlos Valadares – PSB – SE
Eduardo Suplicy – PT – SP
Ney Suassuna – PMDB – PB
Emília Fernandes – PTB – RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR

Corregedor
(Eleito em 16-3-95)
Romeu Tuma – PSL – SP

Corregedores – Substitutos
(Eleitos em 16-3-95)
1º Senador Ramez Tebet – PMDB – MS
2º Senador Joel de Hollanda – PFL – PE
3º Senador Lúdio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Designação: 16 e 23-11-95)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Waldeck Ornelas – PFL – BA
Emília Fernandes – PTB – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – PT – DF

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Vilson Kleinübing – PFL – SC
Ramez Tebet – PMDB – MS

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jáder Barbalho

Vice-Líderes
Ronaldo Cunha Lima
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Gilvam Borges
Fernando Bezerra
Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão
Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Joel de Holanda
Romero Jucá

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sérgio Machado
Vice-Líderes
Geraldo Melo
José Ignácio Ferreira
Lúdio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Epitacio Cafeteira

Vice-Líder
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder
José Eduardo Dutra

Vice-Líder
Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder
Júnia Marise

Vice-Líder
Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB
Líder
Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
Romeu Tuma

COMISSÃO REPRESENTATIVA DO CONGRESSO NACIONAL

(Mandato: de 2 a 31 de julho de 1996)

SENADO FEDERAL

Titulares	Suplentes
PMDB	
1. Renan Calheiros	1. Ney Suassuna
2. Fernandes Amorim	2. Nabor Júnior
PFL	
1. Antônio Carlos Magalhães	1. Júlio Campos
2. Odacir Soares	2. Hugo Napoleão
PSDB	
1. José Roberto Arruda	1. Sérgio Machado
PPB + PT + PTB + PDT + PSB + PSL + PPS	
1. José Eduardo Dutra	1. (vago)
2. Epitácio Cafeteira	2. (vago)

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Titulares	Suplentes
PFL/PTB	
1. Álvaro Gaudêncio Neto	1. Paulo Gouvea
2. Carlos Magno	2. Paes Landim
3. Hugo Rodrigues da Cunha	3. Philemon Rodrigues
4. Pedrinho Abrão	4. Ursicino Queiroz
PMDB/PSD/PSL/PSC/PMN	
1. Eliseu Padilha	1. Eudoro Pedrosa
2. Fernando Diniz	2. Hélio Rosas
3. Geddel Vieira Lima	3. Lídia Quinan
PPB/PL	
1. Jofran Frejat	1. Benedito Domingos
2. José Rezende	2. Valdemar Costa Neto
3. Márcio Reinaldo Moreira	3. Wigberto Tartuce
PSDB	
1. Antônio Aureliano	1. Aécio Neves
2. Antônio Carlos Pannunzio	2. Arnaldo Madeira
3. Marconi Perillo	3. Ubiratan Aguiar
PT	
1. Chico Vigilante	1. Gilney Viana
2. Pedro Wilson	2. Maria Laura
PDT	
1. Severiano Alves	1. Eurípedes Miranda

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC
Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE
(Eleitos em 28.2.96)

Titulares		Suplentes
	PMDB	
1. Casildo Maldaner		1. Onofre Quinan
2. Ramez Tebet		2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior		3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna		4. Coutinho Jorge
	PFL	
1. Élcio Álvares		1. José Agripino
2. Francelino Pereira		2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornelas		3. Vilson Kleinübing
4. José Alves		4. José Bianco
	PSDB	
1. Lúcio Alcântara		1. Jefferson Peres
2. (vago)		2. José Ignácio Ferreira
	PPB (ex-PPR + ex-PP)	
1. Epitácio Cafeteira		1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias (PSDB)		2. Antônio Carlos Valadares (PSB)
	PTB	
1. Emília Fernandes		1. Arlindo Porto
	PT	
1. Marina Silva		1. Lauro Campos
	PDT	
1. Darcy Ribeiro		1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários:
ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários:
EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários:
ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *2
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
GILVAN BORGES	AP-2151/52	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- MAURO MIRANDA	GO-2091/92
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07
ONOFRE QUINAN	GO-3148/49	4-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/22
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
JADER BARBALHO	PA-3051/53	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	8-VAGO	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
VILSON KLEINÜBING	SC-2041/42	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74
JONAS PINHEIRO	MT-2271/72	3- WALDECK ORNELAS	BA-2211/12
BELLO PARGA	MA-3069/70	4-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
FREITAS NETO	PI-2131/32	5-JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	6-ELCIO ALVARES	ES-3130/31
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80	7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	2-SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82
PEDRO PIVA *1	SP-2351/52	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
GERALDO MELO	RN-2371/72	4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
OSMAR DIAS	PR-2121/22	5-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72	2-LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56
PT			
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	1- JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/92
EDUARDO SUPLICY	SP-3213/15	2- VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1046/1146	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
JÚNIA MARISE	MG-4751/52	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	1-ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS. SALA Nº 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
GILVAN BORGES	AP-2151/57	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/50
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	3-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	5-VAGO	
MAURO MIRANDA	GO-2091/97	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-VAGO	
VAGO		8-VAGO	
VAGO		9-VAGO	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-JOSÉ BIANCO	RO-2231/37
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2411/12	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	4-FREITAS NETO	PI-2131/37
BELLO PARGA	MA-3069/72	5-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
WALDECK ORNELAS	BA-2211/17	6-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	7-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
VAGO		8-VAGO	
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/37
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-GERALDO MELO	RN-2371/77
CARLOS WILSON	PE-2451/57	3-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
OSMAR DIAS	PR-2121/22	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/57	1-EPITÁCIO CAFETERIA	MA-4073/74
JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/77	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/87	1-JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	2-VAGO	
PTB			
VALMIR CAMPELO	DF-1248/1348	1-EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/31	1-JUNIA MARISE	MG-7453/4018
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-VAGO	

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA Nº 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
IRIS REZENDE	GO-2031/37	1- VAGO	
RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27	2-PEDRO SIMON	RS-3230/32
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-GILVAN BORGES	AP-2151/57
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	4-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/06
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/62	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	7-VAGO	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ELCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/17	2-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	3- ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/80
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	6-FREITAS NETO	PI-2131/37
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27	1-BENI VERAS	CE-3242/43
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	3-PEDRO PIVA	SP-2351/52
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-VAGO	
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/97	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/27	1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA	PR-4059/60
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-JÚNIA MARISE	MG-4751/52
PSB			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/67	1- VAGO	
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57		

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e o Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
IRIS REZENDE	GO-2031/32	2-ONOFRE QUINAN	GO-3148/49
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-FLAVIANO MELO	AC-3493/94
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
JADER BARBALHO	PA-2441/42	5-HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40
JOÃO FRANÇA	RR-3067/68	6-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	7-NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378
VAGO		8-VAGO	
PFL			
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
WALDECK ORNELAS	BA-2211/12	2-VILSON KLEINUBING	SC-2041/42
FREITAS NETO	PI-3131/37	3-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/92
JOSÉ BIANCO	RO-2231/32	5-BELLO PARGA	MA-3069/70
ELCIO ALVARES	ES-3130/32	6-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	7-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
PSDB			
ARTHUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-BENI VERAS	CE-3242/43
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	4-OSMAR DIAS	PR-2121/27
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393	5-VAGO	
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/56	2-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
MARINA SILVA	AC-2181/82	1-BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/72
LAURO CAMPOS	DF-2341/42	2-ROBERTO FREIRE *1	PE-2161/67
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/32	1-REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/22
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30	1-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2244/46
PSB			
VAGO		1-VAGO	

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS. SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-GILVAN BORGES	AP-2151/52
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	3-VAGO	
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/40		
JADER BARBALHO	PA-2441/42		
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/74	1-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
VILSON KLEINUBING	SC-2041/42	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOSÉ ALVES	SE-4055/56		
EDISON LOBÃO	MA-2311/12		
PSDB			
CARLOS WILSON	PE-2451/52	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/22
SÉRGIO MACHADO	CE-2281/85		
COUTINHO JORGE	PA-3050/4393		
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/72
PT			
EDUARDO SUPLICY	SP-3215/16	1-LAURO CAMPOS	DF-2341/42
PTB			
JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
DARCY RIBEIRO	RJ-4229/30		
PSB / PPS			
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04		

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/2097	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/4346
ONOFRE QUINAN	GO-3148/3150	2-VAGO	
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	4-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/3106
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467	5-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201	6-VAGO	
VAGO		7-VAGO	
PFL			
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/3086	1-FREITAS NETO	PI-2131/2132
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	2-JOSAPHAT MARINHO	BA-3173/3174
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	3-JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
VILSON KLEINUBING	SC-2041/2047	4-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ELCIO ALVARES	ES-3130/3132	5-WALDECK ORNELAS	BA-2211/2217
JOEL HOLLANDA	PE-3197/3199	6-JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-GERALDO MELO	RN-2371/2377
LÚDIO COELHO	MS-2381/2387	2-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2012	3-COUTINHO JORGE	PA-3050/4393
PEDRO PIVA	SP-2351/2353	4-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PPB			
LUCÍDIO PORTELLA	PI-3055/3057	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-2071/2077
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/2247	1-DARCY RIBEIRO	RJ-4229/4231
PTB			
REGINA ASSUMPÇÃO	MG-2321/2321	1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA	PR-4059/60
PT			
JOSÉ EDUARDO DUTRA	SE-2391/2397	1-MARINA SILVA	AC-2181/2187
PSB			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/2107	1-VAGO	
PPS / PSL			
ROBERTO FREIRE	PE-2161/2162	1-ROMEU TUMA	SP-2051/2057

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA Nº 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PMDB			
RAMEZ TEBET	MS-2222/23	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
FLAVIANO MELO	AC-3493/94	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-RONALDO CUNHA LIMA	PB-2421/27
PEDRO SIMON	RS-3230/31	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
HUMBERTO LUCENA	PB-3139/41	5-IRIS REZENDE	GO-2031/37
ROMEU TUMA *1	SP-2051/57	6-RAMEZ TEBET	MS-2221/22
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99
ANTONIO CARLOS MAGALHÃES	BA-2191/97	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/86	3-JOÃO ROCHA	TO-4071/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	5-VILSON KLEINÜBING	SC-2041/47
PSDB			
GERALDO MELO	RN-2371/77	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/36	2-CARLOS WILSON	PE-2451/57
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-PEDRO PIVA	SP-2351/53
PPB			
EPITÁCIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-JOSÉ BONIFÁCIO	TO-3055/57
PT			
BENEDITA DA SILVA	RJ-2171/77	1-MARINA SILVA	AC-2181/87
PTB			
EMÍLIA FERNANDES	RS-2331/34	1-VALMIR CAMPELO	DF-12/1348
PDT			
SEBASTIÃO ROCHA	AP-2241/47	1-DARCY RIBEIRO	RJ-3188/89
PSB / PPS			
ADEMIR ANDRADE	PA-2101/02	ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/04

*1 - ROMEU TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496

SALA Nº 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)

(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER
Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO
Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares	Suplentes
PMDB	
José Fogaça	Marluce Pinto[1]
Casildo Maldaner	Roberto Requião
PFL	
Vilson Kleinübing	Joel de Hollanda
Romero Jucá	Júlio Campos
PSDB	
Lúdio Coelho	Geraldo Melo
PPB	
Esperidião Amin	
PTB	
Emília Fernandes	

DEPUTADOS

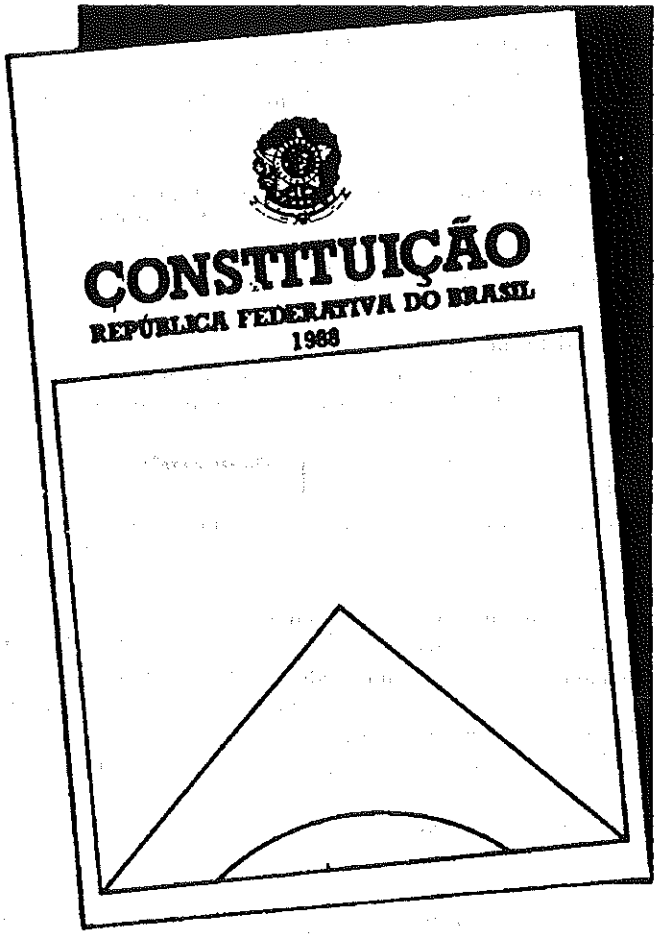
Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar PFL/PTB	
Luciano Pizzatto	Antônio Ueno
Paulo Bornhausen	José Carlos Vieira
PMDB	
Paulo Ritzel	Elias Abrahão
Valdir Colatto	Rivaldo Macari
PSDB	
Franco Montoro	Yeda Crusius
PPB	
Fetter Júnior[3] [4]	João Pizzolatti
PP	
Dilceu Sperafico	Augustinho Freitas
PT	
Miguel Rossetto	Luiz Mainardi

---

1 Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.
2 Filiado ao PSDB em 22-6-95.
3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95
4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

PP	
Osmar Dias[2]	
PT	
	Benedita da Silva
	Eduardo Suplicy
	Lauro Campos

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLUÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

Os pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589
Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:
Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho – 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito – André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução – Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes – Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? – José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais – Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais – Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade – Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravo de instrumento – Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer – René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas – Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei – Gilmar Ferreiral Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) – Robison Gonçalves de Castro

Requisitos par Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas – Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 – Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul – José Matias Pereira

Ônus sucumbenciais. Situações controvertidas. – Élio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) – Ivo Dantas

Notas sobre a exegese do artigo 102, I, *n*, da Constituição Federal – Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald – Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal cono tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistem penal) – Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira – Fernado Braga

O direito eleitoral português – Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos – Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha – Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição – Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo – Heleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal – Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão – Tânia Mara Botelho

Agamennon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político – Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência compreensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar – Miracy Barbosa de Sousa Gustin

---

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGILATIVA

Números 125 a 128: R$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome: .....

Endereço: .....

Cidade: ..... UF: ..... Telefone: ..... Fax: ..... Telex: .....

Data: ..... Assinatura: .....

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nºs 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; *2º Volume:* A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; *3º Volume:* O regime comum de origem no Mercosul; *4º Volume:* ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; *5º Volume:* Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; *6º Volume:* Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; *7º Volume:* O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; *8º Volume:* Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hediondos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL E POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R$ 12,00)

10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegebilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à
Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N–2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

COMPACT DISK
CD/ROM

– Normas jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodasen.

– O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:

– Diário Oficial da União (a partir de 1808)

– Diário OFicial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)

– Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)

– Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)

– Diário da Justiça (a partir de 1925)

– Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.

– O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R$ 65,00
Despesas postais: R$ 5,00

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

Assinatura s/ o porte	R$ 31,00
Porte do Correio	R$ 96,60
Assinatura c/porte	R$ 127,60 (cada)
Valor do número avulso	R$ 0,30

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil – Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações – Coordenação de Atendimento ao Usuário.

EDIÇÃO DE HOJE: 64 PÁGINAS